

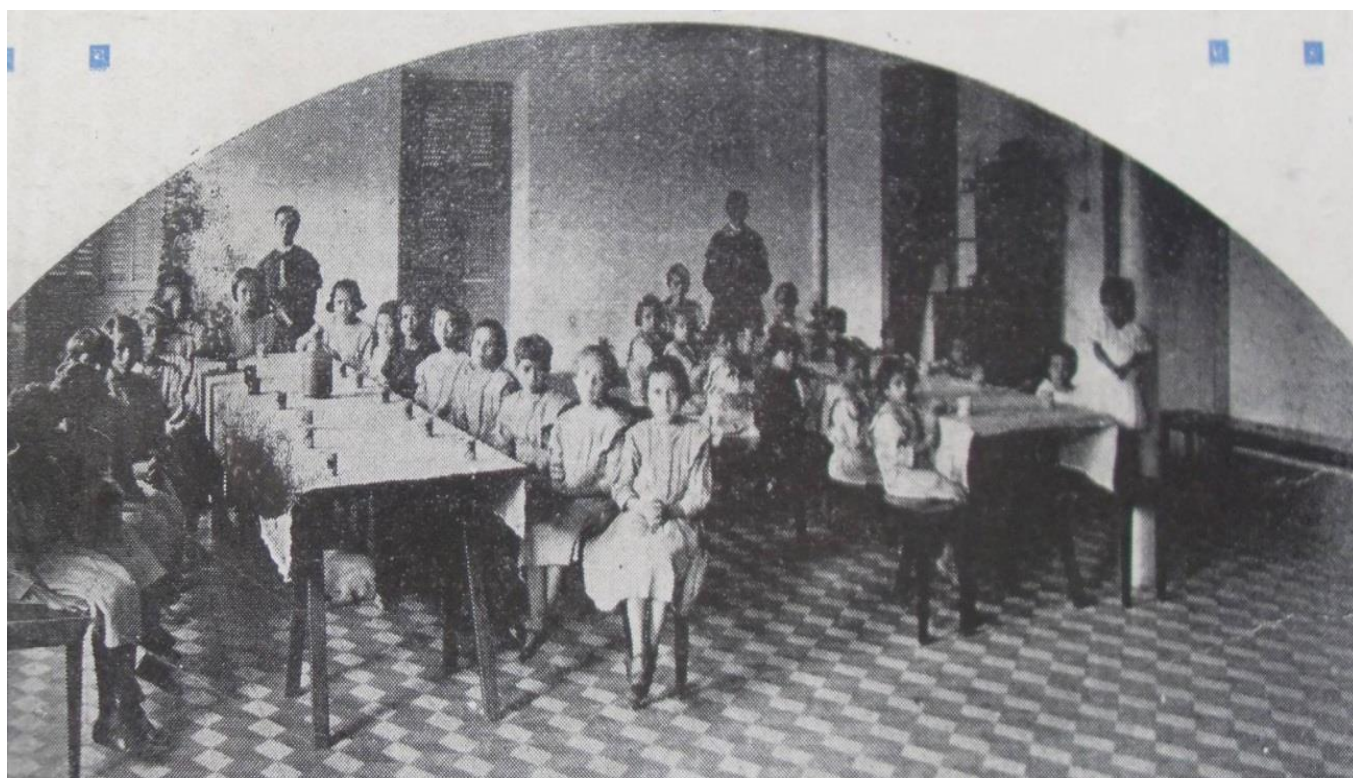


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



ROBERTA MARIA AGUIAR DO NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO E DESTINO DAS MENINAS DESVALIDAS DO ORPHANATO D.
ULRICO: no cenário da Cidade da Parahyba (1913-1929)**



João Pessoa

2015

Roberta Maria Aguiar do Nascimento

**EDUCAÇÃO E DESTINO DAS MENINAS DESVALIDAS DO ORPHANATO D.
ULRICO: no cenário da Cidade da Parahyba (1913-1929)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Mauricéia Ananias

João Pessoa

2015

N244e Nascimento, Roberta Maria Aguiar do.
Educação e destino das meninas desvalidas do
Orphanato D. Ulrico: no cenário da Cidade da Parahyba (1913-
1929) / Roberta Maria Aguiar do Nascimento.- João Pessoa,
2015.
136f. : il.
Orientadora: Mauricéia Ananias
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE
1. Educação. 2. Instituição educativa. 3. Cidade da
Parahyba. 4. Meninas desvalidas.

UFPB/BC

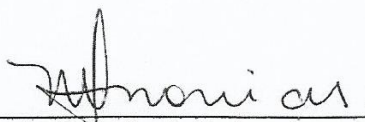
CDU: 37(043)

Roberta Maria Aguiar do Nascimento

**EDUCAÇÃO E DESTINO DAS MENINAS DESVALIDAS DO ORPHANATO D.
ULRICO: no cenário da Cidade da Parahyba. (1913-1929)**

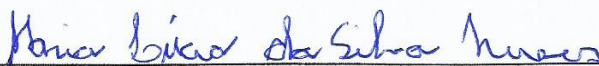
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dra. Mauricéia Ananias
Orientadora PPGE/UFPB

Prof. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Examinadora Externa PPGH/UFPB



Prof. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes
Examinadora Interna PPGE/UFPB

Aprovada em 31 de agosto de 2015

Dedico à dissertação: Mamys, Rafa e Rebys,
por acreditarem que eu seria capaz e por
toda paciência e amor.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento de despedida de um trabalho árduo, instigante, cheio de desafios, de certezas, inseguranças acadêmicas e pessoais. Cada linha escrita mostra um pouco do que eu sou e vivi. Pesquisar em história da educação foi uma realização, pois, sempre tive afinidade com a linha pesquisa, ainda na graduação, ficava ansiosa para que chegasse a minha vez de participar do processo seletivo e ingressar como mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação.

Ingressei no ano de 2013, sou da turma 33, já conhecia alguns colegas dos corredores da UFPB e outros fui conhecendo aos poucos no decurso do mestrado. Assim, coloquei minha melhor roupa, comprei cadernos e lápis e fiquei com expectativa e ansiedade do que estava por vir. Ao mesmo tempo tinha receio de não ser boa o suficiente para fazer o mestrado. Medo das minhas limitações serem superiores a minha força de vontade. Passado os primeiros momentos nos deparamos com uma rotina de leituras, discussões em sala de aula, ter que se preocupar em seguir o padrão das normas da abnt, debate com colegas e a vida de mestranda seguindo.

A rotina no mestrado foi possível graças às colegas: Sawana Araújo, Lays Regina, Camila Araújo, Ingrid Karla e Amuriele Andrade. Amizade consolidada na vivência dos 30 meses. As minhas amigas agradeço pelo incentivo, pelas leituras críticas ao meu texto, por tirar as minhas dúvidas das regras da abnt, pela companhia no arquivo e na biblioteca, por fim, pelas trocas de experiências nas conversas durante o café, o almoço e os lanches.

Não existem palavras que possam exprimir o quanto sou grata a minha orientadora Mauriceia Ananias. Primeiro, ela aceitou orientar minha pesquisa mesmo sabendo das minhas limitações com a língua portuguesa e da minha fraca produção acadêmica na graduação. Segundo, durante os 30 meses do mestrado, ela foi uma profissional ímpar, demonstrou compreender o meu primeiro ano de mestrado nos quais sem bolsa de estudo tive que estudar e trabalhar, além disso, buscou sempre tirar o máximo do meu trabalho e estimulou caminhos e a formação do meu senso crítico com indicações de leituras e questionamentos. A orientação foi primordial para realização do trabalho ora apresentado.

Por fim, quero agradecer de maneira especial a comissão examinadora composta pelas professoras Lúcia Nunes e Elizete Guimarães que, se dispuseram a estar colaborando com esta pesquisa de dissertação de mestrado.

[...] Que modos que delicadeza... E como é prendada para idade! Toca piano divinamente.

- Espanta-me a capacidade que têm as moças de se tornarem tão prendadas – disse Bingley.

- Todas as moças são prendadas! Meu caro Charles, que quer dizer com isto?

- Sim, todas desenham mesas, forram biombos e fazem bolsas de tricô. Não conheço uma só moça que não saiba fazer todas estas coisas. E nunca ouvi mencionar o nome de uma moça pela primeira vez sem que informassem que era muito prendada. [...]

A palavra “prendada” é aplicada --muitas moças somente porque sabem tricotar uma bolsa ou forrar um biombo. Mas estou longe de concordar com você no seu julgamento sobre as moças em geral. [...]. Uma mulher deve conhecer bem a música, deve saber cantar, desenhar, dançar e falar as línguas modernas, a fim de merecer esse qualitativo, e --além disso, para não o merecer senão pela metade, é preciso que possua um certo quê na maneira de andar, no tom da voz e no modo de exprimir-se. (AUSTEN, Orgulho e Preconceito, 1982 p. 41)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal compreender o Orphanato D. Ulrico como uma Instituição educativa que se responsabilizou pela educação de meninas pobres na Cidade da Parahyba dentro de uma conjectura do discurso de civilizar, modernizar e higienizar a cidade. A Instituição ora apresentada será visualizada considerando a sociedade paraibana do início do século XX (dentro do período histórico que corresponde anos de 1913 a 1929), pois partilhou das ideias que se tinham das mulheres pobres e da educação. Compreendemos o Orphanato como uma produção sociohistórica da Cidade da Parahyba no período estudado. Para tal entendimento utilizamos de autores como Dermeval Saviani (2007), Justino Magalhães (2004), Castanho (2007), Farias (1997) e Nascimento (2013). A Instituição Educativa fez um duplo movimento no que se refere à preparação das jovens, oferecendo-lhes conteúdos e ideologias com a finalidade da aceitação das leis e da disciplina impostas. A partir da opção pela análise do perfil das internas buscamos desvendar a educação defendida para as jovens pobres do início do século XX na Parahyba do Norte. Para a realização do estudo, utilizamos as seguintes fontes: fichas de matrículas das internas do Orphanato dos anos 1922-1929; Ata da Assembleia Geral de 23 de março de 1922; Atas da Comissão Protetora e Permanente; Estatuto Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico de 1913; e o Jornal *A Imprensa* de 1913 a 1928. O perfil de mulher defendido pelos gestores do Orphanato D. Ulrico indicava que ela deveria ser educada para cuidar do lar, dos filhos e do marido, demonstrando uma aproximação com os ideais presentes na sociedade da época. Tal modo de compreensão sobre a mulher, principalmente daquelas das classes mais baixas, passou a ser naturalizado e se formou uma cultura que estipulava a forma de ação das jovens que frequentaram a Instituição condicionada às suas origens sociais. Desde muito cedo as internas tiveram uma aprendizagem exclusivamente relacionada com as atividades domésticas. Não precisavam desenvolver hábitos e costumes considerados modernos já que os espaços da sociedade urbanizada que frequentavam não requeriam habilidades civilizatórias. O que pudemos constatar, a partir da análise dos documentos, indica que as internas tiveram uma educação voltada para as prendas domésticas e que, ao saírem da instituição, iam trabalhar nas casas dos sócios beneméritos do Orphanato apenas em troca de abrigo e comida, indicando assim a fatalidade traçada nos destinos dessas jovens pobres.

Palavras-chave: Instituição Educativa. Cidade da Parahyba. Meninas desvalida.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to comprehend the D. Ulrico Orphanage as an educational institution that took responsibility over the education of unprivileged girls in the Parahyba city in the conjecture of speech to civilize, modernize and sanitize the city. The institution now presented will be visualized taking into consideration the society of Paraiba in the early XX century (in the historic period corresponding to the year between 1913 to 1929). For both shared ideals about unprivileged women and education. The Orphanage is understood as a socio-historical production of the Parahyba city in the studied period. For such understanding, a few authors were referenced, such as Dermeval Saviani (2007), Justino Magalhães (2004), Castanho (2007), Farias (1997) and Nascimento (2013). The educational institution executed a double movement in the preparation of the younglings, offering them content and ideologies with the intent of acceptance of the imposed law and discipline. Starting from the option to analyse the profile of the interneers it was attempted to unravel the type of education that was defended for unprivileged young women in the early XX century in Parahyba do Norte. The realization of his study utilized the following sources: enrolment files of the interneers from the years 1922 to 1929; the Record of the May the 23rd of 1922 General Assembly; Records of the Protector and Permanent Commissions; Statutes of Protector and Permanent Commissions from 1913; and exemplars of the *A Imprensa* newspaper from 1913 to 1928. The profile of woman advocated by the managers of the D. Ulrico Orphanage indicated that she was to be educated to care for the home, the children and the husband. It showed proximity to the ideals present in the society of that period. Such manner of comprehension about women, especially those of lower classes, became natural and turned into a culture that dictated the ways and manners of the young women who attended the institution conditioned by their social origins. Since very early, the interneers were to have an education exclusively related to domestic duties. They did not need to develop habits and mores considered modern once their society roles did not require civilizing skills. What could be found, from the documents analysis, indicates that the interneers had an education directed to house duties. Moreover, upon leaving the institution they would go work on the houses of the Orphanage's benefactor associates only in exchange for shelter and food. Therefor indicating a delineated fatality in the fate of these young unprivileged women.

Keywords: Educational Institution. Parahyba city. Unprivileged girls education.

LISTA DE IMAGENS

Fig. 1: Zelia Aguiar (minha mãe) em frente à Igreja São Pedro Gonçalves.....	16
Fig. 2: Escola Estadual D. Pedro II.....	17
Fig. 3: Festividades de Inauguração do Orphanato D. Ulrico	44
Fig. 4: Pavilhão do Orphanato D. Ulrico durante a Festa de N. S. das Neves.....	62
Fig. 5: Pavilhão da Polyclinica Infantil durante a Festa de N.S. das Neves.....	63
Fig. 6: As garçonetes do pavilhão do Asylo de Mendicidade.....	63
Fig. 7: Prédio do Orphanato D. Ulrico, 1922	64
Fig. 8: Frente do Orphanato D. Ulrico - junho de 2011	67
Fig. 9: Fachada do prédio principal do Orphanato D. Ulrico.....	67
Fig. 10: Patronato - junho de 2011.....	68
Fig. 11: Objetos do Orphanato D. Ulrico - junho de 2011.....	69
Fig. 12: Busto do Heráclito Cavalcanti - junho de 2011.....	70
Fig. 13: Cozinha e refeitório do Orphanato - junho de 2011.....	71
Fig. 14: Imagens do jardim - junho de 2011.....	72
Fig. 15: Imagens da Capela do Orphanato D. Ulrico - junho de 2011.....	72
Fig. 16: Membros da primeira diretoria do Orphanato D. Ulrico.....	75
Fig. 17: Ficha de Matrícula de 1922.....	78
Fig. 18: Ficha de Matrícula de 1946.....	78
Fig. 19: Internas do Orphanato D. Ulrico.....	85
Fig. 20: Certidão de Batismo de P.F.N do ano de 1912.....	101
Fig. 21: Colégio Nossa Senhora da Luz.....	106
Fig. 22: Capella e Collegio da Providencia, Bahia.....	111
Fig. 23: Colégio Sagrado Coração de Jesus Bananeiras-PB.....	112
Fig. 24: Casa de Caridade do Padre Ibiapina-Pocinhos-PB.....	113
Fig. 25: Ex-internas do Orphanato D. Ulrico.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições Educativas para as crianças pobres na Cidade da Parahyba	23
Quadro 2 - Instituições Educativas para as meninas desvalidas.....	27
Quadro 3 - Presença do juiz de órfãos.....	82
Quadro 4 - Demonstrativo sobre matrículas de 1922-1929.....	89
Quadro 5 - Quanto à filiação das internas	93
Quadro 6 - Idade de Admissão das internas no Orphanato D. Ulrico.....	95
Quadro 7 - Procedência das Internas.....	97
Quadro 8 - Quanto ao Apadrinhamento.....	100
Quadro 9 - Destino das Internas.....	102
Quadro 10 - Internas que passaram pelo Patronato.....	108

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: ESTUDOS DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS NA CIDADE DA PARAHYBA. O INÍCIO DO SÉCULO XX.....	12
1.1 As instituições educativas para pobres no Brasil	20
1.2 O conceito de Instituições Educativas.....	27
1.3 Pesquisa Documental: Memória, Documento/Monumento	29
1.4 O acervo do Orphanato D. Ulrico	31
1.5 Fontes utilizadas na pesquisa	32
1.5.1 As Fichas de Matrículas das Internas	33
1.5.2 Mensagens do Presidente do estado de 1913-1929	34
1.5.3 Estatuto da Comissão Protetora e Permanente do Orphanato Dom Ulrico - 1913.....	34
1.5.4 Relatório Apresentado a Assembleia Geral do Orphanato D. Ulrico.....	34
1.5.5 Biografia do Desembargador Heráclito Cavalcanti.....	35
1.5.6 Notas Históricas Relativas ao Orfanato Dom Ulrico	36
1.5.7 Atas das Reuniões da Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico....	36
1.5.8 Legislação.....	39
1.5.9 O jornal <i>A Imprensa</i> e as notícias sobre o Orphanato D. Ulrico	39
 CAPÍTULO II- <u>UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DO ORPHANATO D. ULRICO</u>	
SUBMERSA NO CENÁRIO DA CIDADE DA PARAHYBA.....	45
2.1 A produção da Cidade da Parahyba e do Subúrbio de Jaguaribe (início do século XX) ..	46
2.2 O papel das Instituições Educativas na modernização da Cidade da Parahyba: higienizar, educar e civilizar	50
2.3 Apontamentos acerca do processo de criação do Orphanato D. Ulrico	55
2.4 O Orphanato D. Ulrico: descrição e impressões do ambiente educacional.....	65
2.5 A chegada das Irmãs Pobre de Santa Catarina de Sena à Cidade da Parahyba.....	72
 CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO DAS MENINAS DESVALIDAS DO ORPHANATO D. ULRICO.....	76
3.1 A questão jurídica das menores abandonadas: a tutela e a adoção no Orphanato D. Ulrico	80

3.2 As meninas e jovens desvalidas do Orphanato D. Ulrico: características do ingressos, permanências e destinos	84
3.2.1 As matrículas das internas do Orphanato D. Ulrico (1922-1929)	87
3.2.2 Orfandade	90
3.2.3 A idade de ingresso da internas	93
3.2.4 A procedência das internas	95
3.2.5 Apadrinhamento	97
3.2.6 Destinos	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	126

CAPÍTULO I

CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: ESTUDOS DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS NA CIDADE DA PARAHYBA. O INÍCIO DO SÉCULO XX

Costuma-se dizer que a árvore impede a visão da floresta, mas o tempo maravilhoso da pesquisa é sempre aquele em que o historiador mal começa a imaginar a visão de conjunto, enquanto a bruma que encobre os horizontes longínquos ainda não se dissipou totalmente, enquanto ele ainda não tomou muita distância do detalhe dos documentos brutos, e estes ainda conservam todo o seu frescor. Seu maior mérito talvez seja menos defender uma tese do que comunicar aos leitores a alegria da descoberta, torná-los sensíveis - como ele próprio o foi - às cores e aos odores das coisas conhecidas. Mas ele também tem a ambição de organizar todos esses detalhes concretos numa estrutura abstrata, e é sempre difícil para eles (felizmente!) desprender-se do emaranhado das impressões que o solicitaram em sua busca aventureira, é sempre difícil conformá-las imediatamente à álgebra no entanto necessária de uma teoria. (MAISONS-LAFFITTE, 1973, p. 09).

Ao trilhar o caminho de uma pesquisa acadêmica, nem sempre as vias a serem percorridas estão visíveis ao pesquisador, pois, no desenrolar do trabalho, são as incertezas que nos instigam a buscar novas fontes e novas interpretações capazes de referendar ou negar os problemas iniciais apontados.

Pesquisar a história de uma instituição educativa é compreendê-la a partir de um recorte social e temporal com isso, torna-se possível a identificação de elementos que iluminem as perspectivas de idealização e criação do espaço escolhido para a análise.

O Orphanato D. Ulrico¹ foi uma Instituição Educativa de benemerência feminina, idealizado no ano de 1913, mas sua inauguração só aconteceu em 1922. Teve como idealizador Heráclito Cavalcanti². Foram nove anos de arrecadação de

¹ Para a escrita da dissertação optamos por manter a escrita do nome da Instituição com a ortografia do período, para sermos fiéis ao registro documental que tivemos acesso. Assim como também as citações do jornal *A Imprensa*.

² Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro nasceu na cidade de Bananeiras da então Província da Parahyba do Norte, no ano de 1872. Diplomou-se em Ciência Jurídica e Sociais pela Academia de Direito de Recife. Exerceu respectivamente as atividades de docência - nas cadeiras de português e francês-, secretário da junta comercial do estado da Parahyba, promotor público, curador de órfãos, juiz de direito da comarca de Itabaiana e depois retornou para capital e continuou servindo na área jurídica. Na capital da Parahyba idealizou e fundou do Orphanato D. Ulrico. Esteve no comando da Instituição de 1913-1930 como seu diretor presidente.

donativos, para que o empreendimento fosse realizado com sucesso. Teve como benfeitores políticos, médicos, professores, comerciantes, que contribuíram para construção do prédio. Tal esforço, por parte das elites, era reconhecido pelos jornais do período, como veremos no decorrer deste trabalho, especialmente, no jornal, *A Imprensa*.

O Orphanato D. Ulrico, construído na Avenida João Machado, na Cidade da Parahyba (hoje João Pessoa), é a Instituição Educativa objeto de análise desta dissertação. A perspectiva de entendê-lo, considerando a conjuntura do discurso do civilizar, modernizar, higienizar e instruir a cidade, marcou nossa intenção.

O jornal noticiava os eventos como saraus, quermesses, as festas de Nossa Senhora das Neves e jogos de futebol para arrecadação de capital financeiro para construção e manutenção do prédio do Orphanato. Havia, também, reportagens sobre o andamento da obra, sobre a importância da Instituição para sociedade e sobre o presidente diretor- Heráclito Cavalcanti.

O objetivo desta pesquisa foi compreender o Orphanato D. Ulrico como uma Instituição Educativa que se responsabilizou pela educação de meninas desvalidas na Cidade da Parahyba, no início do século XX. Destarte, visamos demonstrar a educação ofertada para as internas, que pôde ser demonstrada a partir das informações das fichas de matrículas que traziam indicações das origens, da permanência e dos destinos das jovens.

A orientação da pesquisa partiu da questão se ocorreu uma procura pela Instituição por parte das famílias pobres, bem como identificar os interesses e expectativas das elites para defender tal criação. Também identificar os sujeitos- as meninas- que foram internas. Esses foram os objetivos propostos.

Analizamos o Orphanato D. Ulrico, tendo como cenário a Cidade da Parahyba numa tentativa de esboçar o quadro histórico e social da capital paraibana, no início do século XX, período marcante não só na Cidade, mas também, em todas as principais capitais brasileiras, devido às mudanças de ordem política, econômica, cultura e educacional.

O interesse pelo objeto de estudo foi uma convergência de circunstâncias familiares e acadêmicas e de um amadurecimento da pesquisa, na busca do entendimento sobre a Instituição Educativa e seus sujeitos.

Durante a minha infância, sempre escutei histórias sobre a cidade de João Pessoa- PB dos anos de 1950. Minha mãe contava sobre os bairros, as ruas, o

locomover dos habitantes por meio dos bondes, os prédios principais da cidade que eram construídos e outros que foram demolidos, bem como as narrativas das famílias abastadas, das famílias das classes baixas e as histórias do cotidiano da cidade. Ela relatava o cotidiano dos cidadãos que habitavam a Rua da Praça São Frei Pedro Gonçalves, palco das peraltices das crianças, que tinham como cenário o Hotel Globo e a Igreja São Pedro Gonçalves. As crianças daquela localidade eram protegidas pelo “Frei Albino” que, muitas vezes, protegia os meninos e meninas de levarem uma surra por serem pegos roubando frutas.

Na figura 1, podemos ver minha mãe em frente à Igreja São Bento Gonçalves, quando era bebê. Nas imagens do lado esquerdo, do lado direito e ao fundo, vemos parte da Igreja. Esse foi o cenário da sua infância e de tantas outras crianças que lá viviam.

Figura 3: Zelia Nascimento (minha mãe) em frente à Igreja São Pedro Gonçalves.



Fonte: Arquivo pessoal

Minha mãe contava que o meu tio subia na torre da Igreja São Pedro Gonçalves para escapar do cinto do meu avô. Ouvi, também, as histórias sobre a maçonaria, já que meu avô fez parte de uma das sociedades e de como ela o protegeu do vício no jogo de cartas. Meu avô não viveu por muitos anos, acometido de diabetes; deixou minha mãe órfã aos 05 anos de idade, tendo sido criada apenas por minha avó.

O meu encantamento pelo cenário da Cidade da Parahyba foi sendo construído, aos poucos, desde a infância até a adolescência.

Minha vida escolar foi marcada por instituições presentes no cenário urbano de

João Pessoa. Das nove escolas que estudei, destaco: Escola Estadual D. Pedro II, onde estudei a “4ª série”, localizada na Rua das Trincheiras, 53, Bairro de Jaguaribe.

Figura 4: Escola Estadual D. Pedro II



Fonte: Pinheiro, 2002, 142.

Aquele Colégio parecia, aos meus olhos, na época, um castelo esquecido; as minhas aulas aconteciam em um anexo atrás do prédio principal. Entrar na escola suscitava uma sensação de mistério, medo e desafio. Era um orgulho estudar em um prédio com arquitetura tão imponente e com marca no tempo e em minha memória.

A segunda Instituição em destaque na minha história de vida trata-se da Escola Estadual de Ensino Fundamental Profa. Argentina Pereira Gomes³, localizada na Avenida Camilo de Holanda, 1003, centro, João Pessoa-PB. Nela vivenciei os meus melhores anos escolares. Escutava dos diretores a importância da escola para a cidade, no passado, como escola modelo. Novamente meu orgulho de pertencimento àquele lugar se fortalecia, mas desconhecia a história da professora Argentina Pereira Gomes.

Ao adentrar no ensino médio, fiquei ansiosa para estudar no Lyceu Paraibano⁴.

³ A professora foi tema de pesquisa da dissertação intitulada **Memórias e Práticas Educacionais da Educadora Argentina Pereira Gomes: o seu legado no cenário educativo da Paraíba (1916-1962)**, defendida por Márcia Cristiane Ferreira Mendes, no ano de 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPB.

⁴ A instituição foi alvo da tese de doutoramento defendida por Cristiano de Jesus Ferronato, “**Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte**”, no ano de 2012, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPB.

Mais uma vez meus olhos se encantavam pelas grandes arquiteturas das instituições educativas que marcaram momentos na história da Cidade.

Além da arquitetura e da importância histórica das instituições educativas que tiveram destaque na minha vida, outro elemento norteou a escolha do meu objeto de estudo, pois, em um momento, passei por uma circunstância semelhante às das internas do Orphanato D. Ulrico. Quando tinha 13 anos, meus pais moravam no interior do Estado da Paraíba e acharam que eu teria mais oportunidades e uma educação de melhor qualidade, se eu fosse morar com minha tia que residia na capital do Estado.

Assim, aos 13 anos, deixei a minha família para morar com minha tia. Ela se responsabilizou pela minha matrícula em uma escola, por roupas, moradia e alimentação, mas, aos poucos, fui entendendo a minha função naquela casa, que era cuidar dos serviços domésticos com maior presteza possível. Quando por algum motivo as coisas não saíam como deveriam, ela costumava me expor para outras pessoas.

Todas as memórias pessoais já a algum tempo encobertas ficaram mais nítidas com as descobertas feitas com relação aos sujeitos das pesquisas, as internas, porque, quanto mais conhecia as histórias das internas do Orphanato D. Ulrico, mais me identificava com as escolhas feitas no objeto de pesquisa.

Portanto, sempre em construção, o objeto de pesquisa desta dissertação carrega as marcas do meu passado, tanto da infância e adolescência, como também da minha trajetória iniciada durante a graduação no curso de Licenciatura plena em Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba.

O interesse teve início, ainda de maneira muito tímida, por uma preferência pela disciplina de História da Educação e intensificado a partir da minha participação no projeto de pesquisa “Estado da Arte da Produção Sobre História da Educação Negra no Brasil⁵” do Programa de Licenciaturas (Prolicen), nos anos de 2010 e 2011. Como parte das atividades desenvolvidas, destaco como importantes e motivadoras as discussões, as leituras e pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste Oitocentista (GHENO). As leituras compuseram o referencial teórico para construção do objeto de pesquisa e integram o conjunto da dissertação. Meu interesse por história da educação já estava evidenciado, no entanto, faltava definir o recorte da pesquisa.

A escolha do objeto de análise se deu através da leitura da tese de doutorado do Professor Waldeci Chagas (2004), que possibilitou um primeiro contato com

⁵ Sob a coordenação da professora Surya Aaronovich Pombo de Barros, da Universidade Federal da Paraíba.

informações valiosas sobre o Orphanato D. Ulrico. Durante a graduação não tive acesso às pesquisas sobre orfanatos ou sobre a própria Instituição, o que traçou os caminhos e descaminhos para a construção da dissertação.

Destacamos o fato de a Instituição Educativa com seus 97 anos de existência (1913-2010) até então, não ter sido objeto de pesquisa em História da Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba e em outros programas.

A diferença entre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)⁶ e este trabalho não se restringe apenas ao acesso às fontes documentais, às fichas de matrículas das internas da década de 1920 e às Atas da Comissão protetora do Orphanato D. Ulrico que, à época, não tive acesso. No TCC, o recorte temporal foi de 1913-1949 com as fichas da década de 1940 e as informações das décadas 1920 e 1930, retiradas da tese do professor Waldecir das Chagas. Naquele momento, as análises foram feitas de forma mais geral, com foco na educação da mulher, sem perceber as diferenças entre a educação das meninas das elites e a educação das meninas desvalidas, bem como seus propósitos e intencionalidades.

A análise que será aqui desenvolvida considera o debate na história da educação sobre as instituições educativas e a importância delas no processo de conformação das redes de educação na Paraíba.

O período a ser analisado tem início em 1913, ano de idealização do Orphanato D. Ulrico, e estende-se até 1929. O recorte temporal da pesquisa considera as mudanças na sociedade paraibana e na cidade, com a finalidade de compreender o papel das instituições educativas no espaço urbano. Novas ideologias foram agregadas às relações pedagógicas. O discurso da modernização e do movimento higienista corroborou para uma nova concepção de cidade.

De acordo com Melo (1996), ao tratar da educação das jovens internas no Orphanato D. Ulrico de maneira sintética faz referência às escolas rudimentares, elementares e complementares, acompanhadas de uma doutrina cristã, sob a tutela das Irmãs Pobres Santa Catarina de Sena, que cuidavam da instrução das centenas de meninas que passaram na supracitada Instituição. No que se refere às escolas rudimentares, elementares e complementares, encontraremos registro nas fichas de matrículas apenas na segunda metade da década de 1930, e ainda assim, a informação

⁶ NASCIMENTO. Roberta Maria Aguiar do. **História da Educação do Orfanato Dom Ulrico (1913-1949)**. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPB, 2012.

aparece apenas em algumas fichas de matrícula. No período histórico utilizado na pesquisa encontramos uma homogeneidade nas informações encontradas nas fichas de matrículas e também na educação ofertada para internas da Instituição.

Nesse período, as instituições educativas se consolidaram como símbolos da modernização e desenvolvimento da sociedade, bem como, caracterizava uma relação entre a construção de prédios para a educação e a própria conformação do espaço urbano.

A articulação entre o espaço urbano e os prédios que deram origens às instituições educativas se destaca, no final do século XIX, no Brasil, e esteve atrelada às novas construções arquitetônicas e à racionalidade do fazer pedagógico. Portanto, eram estruturas centrais para a demarcação no tempo e espaço e consolidação dos anos iniciais do período republicano (BISERRA, 2015).

Vários edifícios foram construídos especialmente para essas escolas, adotando estilos arquitetônicos neoclássicos e ecléticos. Muitos deles se notabilizaram pela monumentalidade, suntuosidade, beleza e comodidade de suas instalações, revelando, além do prestígio e da importância da escola primária para os republicanos, a visibilidade da atuação do poder público no campo da educação popular. (SOUZA, 2004, p. 116,).

Desde modo, nossa pesquisa se pauta no entendimento das instituições educativas enquanto “[...] instituições modelares, signos de uma cultura urbana, exerceram relevante importância social na educação brasileira [...]” (BISERRA, 2015, p. 49).

Nessa perspectiva, no desenvolver da dissertação, o leitor irá se deparar com referências bibliográficas acerca das instituições educativas da Cidade da Parahyba e de cidades de outros estados brasileiros. Instituições educativas que foram consideradas importantes para estruturação do espaço urbano como símbolo de modernidade e civilização, como também, as que tinham como práticas educativas a submissão da população pobre promovendo, muitas vezes, a utilização da sua força de trabalho sem remuneração.

No primeiro capítulo, apresentamos instituições educativas destinadas para a população pobre na Paraíba e no Brasil, com a finalidade de mostrar as semelhanças com a Instituição Educativa alvo dessa dissertação e que permitiu compreender como as elites propuseram a educação para meninas pobres.

Para conceituar o termo central da pesquisa - instituição educativa - priorizamos as contribuições de Magalhães (2004), Saviani (2007) e outros pesquisadores da área. A

partir da compreensão sobre instituição educativa e do entendimento do que deveria ser ensinado as meninas pobres do ponto de vista das elites locais, no início do século XX, fizemos o levantamento documental contando com o jornal *A Imprensa*. O supracitado periódico era de grande circulação na Cidade da Parahyba, no período histórico analisado.

No entanto, por vezes foi um limitador aos objetivos da pesquisa, porque o periódico da época tinha a tendência de enaltecer as os grandes feitos das principais personalidades da cidade e pouco noticiavam a população pobre. Notamos nas exceções das notícias referentes aos pobres da cidade, as mesmas reforçavam a visão das elites com relação à população pobre, relatavam a incapacidade dos pobres de arcar com os custos da vida urbana, assim precisavam das ações filantrópicas, tendo por protagonistas os ricos. Portanto, enaltecia o discurso e a prática das elites na cidade de conter, ordenar, subjugar e civilizar os pobres para o serviço.

Por isso, o desenrolar do estudo necessitou do trabalho com outras fontes, dentre eles: mensagens dos presidentes de província, o Estatuto da Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico (1913), a biografia de Heráclito Cavalcanti (1972), as Atas da Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico, Código de Menores de 1927, Código Penal de 1890 e as Fichas de Matrículas das Internas do Orphanato D. Ulrico (1922 a 1929).

Realizadas as averiguações das mensagens dos Presidentes da Província proporciona informações dos subsídios fornecidos ao Orphanato D. Ulrico, porém tratavam-se de dados muito restritos e pontuais relacionadas à assistência social.

Para suprir as informações financeiras da criação e manutenção do Orphanato consultamos o Relatório de Inauguração do Orphanato D. Ulrico de 1922, em que o Diretor-Presidente Heráclito Cavalcanti apresenta as despesas e receitas do Orphanato, também trouxe considerações sobre os sócios beneméritos e tratou dos nove anos de dificuldades para construção do prédio para abrigar as internas.

O Estatuto da Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico datado de 1913, juntamente com a biografia, publicada em 1972, sobre Heráclito Cavalcanti o idealizador e o diretor-presidente da citada Instituição possibilitou conhecer momentos da história do Orphanato.

As atas da Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico (1913, 1914, 1919 e 1922) aponta as discussões superficiais ocorridas entre os membros da comissão e dos sócios beneméritos, todavia sem abordarem as questões internas da

Instituição, tais discordâncias entre os membros eram genéricas e superficiais, com ênfase nos detalhes dos festejos para angariar recursos para a construção predial do Orphanato, bem como, para a exposição dos representantes das elites como protagonistas das benemerências.

Destrinchamos o perfil das meninas internas, a origem familiar e os percursos durante e depois da internação das meninas nas Fichas de Matrículas das internas do Orphanato D. Ulrico de 1922 a 1929, ao total de cento e trinta e cinco (135) fichas. Além disso, a fonte nos permitiu inferir o propósito da educação recebida pelas internas do Orphanato D. Ulrico, a ser abordado no último capítulo.

Nas próximas páginas, fomentamos uma discussão sobre o conceito central da pesquisa - instituição educativa - esboçamos um balanço de algumas instituições educativas no Brasil e na Paraíba e, por fim, frisamos os procedimentos metodológicos apontando o trabalho de pesquisa com as fontes.

1.1 As instituições educativas para pobres no Brasil

A criança e a infância emergem como categorias históricas, constituídas no cotidiano das relações sociais. Aparecem como sujeitos do ontem que nos provocam a pensar sobre o hoje e a sonhar com o amanhã, na lição praticada de uma pesquisa acadêmica comprometida com os rumos da sociedade. (VIDAL, 2004, p.07).

Nas pesquisas com abordagem à história da infância predominam uma percepção do ser criança construída pelos adultos, entretanto, não abarcam a compreensão e identificação que as crianças têm de infância. Também estamos em consonância a esta barreira. Primeiro devido às fontes tratadas na pesquisa serem escritas por adultos conforme suas representações e interesses, desta forma, pouco aparece da visão das crianças. Segundo, por ser uma pesquisa com sujeitos históricos da década de 1920 não foi possível realizar entrevistas com os mesmos para suprir as lacunas das fontes. Terceiros da mesma forma, julgamos e escolhemos aquilo que deveria ser mostrado, ou não, de acordo com os objetivos propostos para este trabalho.

Ainda assim, para Kuhlmann e Fernandes (2004, p. 21):

[...] se a história da criança não é passível de ser narrada na primeira pessoa, se a criança não é nunca biógrafa de si própria, na medida em que não toma posse da sua história e não aparece como sujeito dela, sendo o adulto quem organiza e dimensiona tal narrativa, talvez a forma mais direta de perceber a criança, individualmente ou em grupo, seja precisamente tentar captá-la com base nas significações

atribuídas aos diversos discursos que tentam definir historicamente o que é ser criança.

A partir da propositura de Kuhlmann e Fernandes (2004) e ressaltando os limites das fontes consultadas, com isso, buscamos apreender as particularidades das experiências de cada uma das internas do Orphanato D. Ulrico, no período de 1913 a 1929.

Observamos outros estudos sobre instituições educativas com características similares à do Orphanato D. Ulrico. Destacamos algumas pesquisas por terem recortes espaciais situados no estado da Paraíba e por apresentarem preocupação com a população pobre. Também, procuramos pesquisas que trouxessem como objetivo de estudo a educação para meninas desvalidas, com a finalidade de compreender como esta realidade estava sendo visualizada em outras regiões do país.

No quadro 1, expusemos as instituições educativas para as crianças pobres na Cidade da Parahyba, do final do século XIX ao século XX. Constam no citado quadro as duas primeiras instituições que foram fundadas no século de XIX. As Casas de Caridade eram exclusivas para o sexo feminino; o Colégio de Educando Artífices/ Escola de Aprendizes Artífices, para meninos pobres da capital.

Quadro 3- Instituições Educativas para as crianças pobres na Cidade da Parahyba

Instituição	Ano de Criação	Pesquisador (a)
Casas de Caridade do Padre Ibiapina – PB	1860	Maria Célia Marinho Nascimento. PPGH-UFPB. (Dissertação)
Colégio de Educando Artífices/ Escola de Aprendizes Artífices ⁷	1865	Guaraciane Mendonça de Lima-PPGH-UFPB (Dissertação) e Luciano Candeia PPGE- UFPB (Tese)
Colégio São José	1909	Kulesza (2006) e Xavier (2015)
Escola Santa Inez	1905	Kulesza (2006) e Xavier (2015)
Curso Santa Izabel	1909	Xavier (2015)
São Vicente de Paula	1911	Xavier (2015)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da pesquisa bibliográfica.

Fundada em 1860, As Casas de Caridade do Padre Ibiapina serviram para acolher e educar mulheres órfãs, desvalidas, pobres e ricas “nas regras do bom viver”. A

⁷ O Colégio de Educando Artífices foi criado em 1866 e extinto no ano de 1874. Vinte anos após o seu fechamento, em 1909 foi criada a Escola de Aprendizes Artífices.

partir de uma vasta documentação⁸, Nascimento (2009) identificou a convivência entre meninas ricas e pobres, mas esta relação não foi o foco da dissertação. A pesquisadora teve como intenção maior dar voz às mulheres (Beatas) que compunham as Casas do Padre Ibiapina.

A Escola de Aprendizizes Artífices foi criada no ano de 1865 e teve um papel fundamental no desenvolvimento de ofícios destinados à formação da infância desvalida, na então Parahyba do Norte, demonstrando uma preocupação das elites em retirar as crianças das ruas.

De acordo com Gondra e Schueler (2008), durante o século XIX, como já mencionamos, houve um intenso debate sobre a implantação de instituições de educação, assistência, abrigo, asilamento e orfanatos em todo o país.

Além das escolas elementares, secundárias e superiores, outras instituições educativas se destacaram como instrumentos modelares para a promoção dos ideais de civilização, então almejados por parcelas das elites políticas e intelectuais, que disputaram projetos distintos de construção da nação e de formação do povo. Entre tais instituições, os asilos e internatos para as infâncias adquiriram enorme relevância, na medida em que foram propostos em várias localidades do país, criados e disseminados por iniciativa de várias agências educativas (indivíduos, grupos, associações leigas e religiosas, igrejas e poderes públicos) (SCHUELER, 2009, p.02).

A Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba (1909) foi analisada por Candeia (2013) na tese “*Mente amore pro patria docere: a Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba e a formação de cidadãos úteis à nação (1909 - 1942)*”. Candeia (2013) apresentou a Instituição como formadora de jovens que, segundo o discurso oficial, deveriam ser úteis à sociedade paraibana. A Escola se responsabilizou pelo disciplinamento de meninos, instruindo-os para uma possível profissionalização, segundo a lógica da racionalidade do trabalho e de construção da nacionalidade brasileira.

Outras instituições educativas como o Colégio São José, Escolas Santa Inês, Curso Santa Isabel e a São Vicente de Paula não foram objetos de pesquisa, porém estão mencionadas nos trabalhos de Kulesza (2006) e Xavier (2015).

⁸[...] Estatuto, Regras, Instruções e Cartas redigidas por Ibiapina e endereçadas às Superiores das Casas de Caridade. Parte dessa correspondência foi encontrada na obra do historiador Celso Mariz, no Arquivo da Casa Paroquial de Solânea e em Santa Fé, na Paraíba, local de sepultamento do missionário que tem atraído devotos e peregrinos de diversas partes. (NASCIMENTO, 2009, p.12)

Na tese “Razões e Sensibilidades: um estudo sobre a construção do imaginário da docência feminina (1865 – 1917)”, de Wilson Xavier (2015), a relação entre a designação dos educandários particulares femininos e as “Classes de Santas” foi feita, distinguindo assim as meninas das elites e as pobres. Vamos nos ater aos educandários para as meninas pobres, já que estas são os sujeitos de nossa pesquisa.

De acordo com Xavier (2015), as instituições educacionais como Santa Inês e Santa Isabel foram criadas para instruir moças pobres. Aponta para relação entre o santo ou santa que davam nomes aos espaços e a classe social que pertencia as alunas.

As Filhas de Maria comprometiam-se à sua entrada na entidade a uma tripla devoção: Santa Maria e Santa Inês, como principais figuras de adoração, e Sant’Anna, como figura respeitada, mas de menor destaque dentro da associação. Assim, percebe-se que mesmo tendo o dever de reverenciar as Santas Mães, é Santa Inês que será escolhida para dar o nome à escola para meninas pobres, reproduzindo mais uma vez a hierarquia das santas e sua destinação social. É bem verdade que essas escolhas podiam ganhar uma tonalidade respeitosa por parte da diocese, com relação às santas de grande apelo popular, e com as quais mulheres dos estratos sociais menos favorecidos economicamente podiam facilmente se identificar, por meio de diversos aspectos e passagens de suas vidas – Santa Inez era ardorosa devota de Santa Maria, cumpridora fiel do culto mariano desde a infância, e defensora dos pobres até o fim da vida; e Santa Izabel (embora rainha e de educação esmerada) era apaziguadora e dedicava-se aos trabalhos assistenciais com os desvalidos, vivendo uma profunda caridade, sempre sensível às necessidades dos pobres e excluídos. (XAVIER, 2015, p. 79).

O Colégio São José e a Escola Santa Inês foram mencionados no capítulo do livro Pesquisa e Historiografia brasileira de 2006, do professor Wojciech Kulesza. O autor discutiu a relação da Igreja Católica e a educação na Cidade da Parahyba enquanto “[...] formadora das elites dirigentes através da criação de inúmeros colégios católicos” (KULESZA, 2006, p. 88) e que tinha na figura do bispo Dom Adauto, o grande articulador político para os interesses das instituições educativas ligadas à sua diocese. Contudo, a oferta da educação para as elites, não era suficiente, havia um grande contingente de meninos e meninas pobres sem instrução, e a Igreja tratou também de arrebatar para sua doutrina. Assim, temos no ano de 1905 a criação do Colégio São José.

Dentro da concepção hierárquica da sociedade sustentada pela Igreja, as classes menos favorecidas precisavam também ser instruídas, ou seja, preparadas para o trabalho. Assim, em 1905 fundou dom Adauto o Colégio São José, para “meninos pobres”. Dirigidos por sacerdotes seculares nomeados pela autoridade diocesana, o colégio, conjuntamente com doutrina cristã, - ministrava “o ensino do curso

primário e noções elementares de artes e agronomia” (na escola equivalente, para meninas, ensinava-se prendas doméstica). (KULESZA, 2006, p. 98)

Conforme Kulesza (2006), a Escola Santa Inês foi fundada na cidade da Parahyba, por Dom Adauto, no ano de 1909. A Instituição teve como público as meninas pobres. O estado também contribuiu com as subvenções, assim como participou da direção e da contratação e pagamento das professoras normalistas que lecionaram na escola.

De acordo com Manoel (1996), a oferta do ensino gratuito foi uma das formas utilizadas pela Igreja Católica para corroborar com a manutenção da base social conservadora e tradicionalista do Brasil, permeada de paternalismo, evocando a seus beneficiários o “favor” e a benevolência que lhes eram concedidos. No início do século XX temos um aumento das instituições educacionais católicas em todo Brasil, pois viam a educação, também, como uma forma de evangelização.

[...] é educar é um dos veículos alternativos para preservação da fé cristã e da posição social, prestígio e influência política da Igreja enquanto instituição norteadora das práticas cristãs no Brasil. (SILVA, 2013, p.1).

Apesar de o estudo estar demarcado no início do século XX, julgamos necessário recuar no tempo para compreender a preocupação que as elites e a Igreja Católica tinham com as crianças desvalidas.

As instituições educativas citadas tiveram como objetivo a educação das meninas pobres. Em estudos sobre a infância há também pesquisas que tratam da educação de meninos pobres. Essas leituras foram fundamentais para a compreensão da educação da população pobre como um todo.

As pesquisas explanadas no quadro 2, de instituições educativas de outros estados brasileiros revelam certas similitudes com a educação proposta no Orphanato D. Ulrico, bem como, com outras existentes na Paraíba para as meninas pobres que foram fundadas no século XIX. Parte delas continuou seu funcionamento durante o século XX.

Quadro 4 - Instituições Educativas para as meninas desvalidas

Instituição	Ano de criação	Pesquisador (a)
Asilo de Órfãs de Campinas	1876	Ana Maria Negrão-Unicamp
Colégio Nossa Senhora do Amparo	1860	Elianne Barreto Sabino – UFP
Asilo Filhas de Ana	1891	Sidnara Anunciação Santana Souza – UEFS
Asilo de Órfãos de Santos	1908	Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira-USP
Escola Santa Inês – Piauí	1906	Samara Mendes Araújo da Silva- UESPI
Escola São José – Piauí	1907	Samara Mendes Araújo da Silva- UESPI

Fontes: Quadro elaborado pela autora a partir da pesquisa bibliográfica realizada sobre a temática.

A partir das leituras das pesquisas cujos objetivos eram instituições educativas identificamos um aumento significativo de tais instituições no século XIX. Elas recebiam diferentes nomenclaturas, tais como: Asilo, Casa de Recolhimento, Colônia Orfanológica, Companhia de Aprendizizes e Escola de Aprendizizes. Essas instituições tinham em comum, apesar das diferentes atuações, o objetivo de disciplinar e instruir para os ofícios meninos e meninas pobres.

As instituições também podem ser classificadas quanto ao tempo de permanência do aluno: internos residiam na instituição; os semi-internos permaneciam de segunda à sexta e retornavam para suas famílias nos finais de semana, feriados e recesso escolar e, por fim, os externos que ficavam na instituição apenas por período do dia, de segunda a sexta-feira, sem morar no espaço (RIZZINI, 2004).

Negrão (2002), em sua tese a “Infância, Educação e Direitos Sociais: “Asilo de Órfãs” (1870 – 1960)” problematizou a vida da orfandade pertinente à realidade que encontramos no Orphanato D. Ulrico, dentre elas destaca-se, a utilização de mão de obra em troca de comida e abrigo. A criação do Asilo de Campinas surgiu depois de uma epidemia de febre amarela que aumentou o número de órfãs. As meninas ficaram sob os cuidados das irmãs da congregação francesa de São José de *Chambéry*. A autora

apontou o apadrinhamento das asiladas, a proposta educacional para as internas e as intencionalidades na criação da Instituição que passou a ser vista na cidade como uma escola de formação de empregadas domésticas.

Na dissertação “A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)”, a pesquisadora Sabino teve como objeto de estudo o Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará, fundado em 1860. A autora detectou um número considerável de crianças abandonadas que perambulavam pelas ruas e eram um incômodo para as elites da Província.

As instituições para o enclausuramento foram criadas, pois pretendiam disciplinar, ordenar e utilizar de maneira produtiva e pacificamente as crianças desvalidas. Assim, como o Orphanato D. Ulrico, a maioria das meninas do Colégio Amparo eram órfãs sociais. Muitas tinham pai e mãe, mas devido às condições econômicas eram abandonadas, assim foram denominadas de meninas desvalidas. O ensino das prendas domésticas era disciplina obrigatória. As jovens que não casavam poderiam prestar serviços de doméstica nas casas das “boas famílias” da Província do Pará.

A tese defendida em 2011, por Marina Vieira, intitulada de “O Asilo de órfãs de Santos na engrenagem na cidade (1908-1931)” verificou que uma das principais preocupações com as órfãs da cidade de Santos-SP era prepará-las para conviver na sociedade de maneira civilizada. A cidade passava pelo processo de modernização, ao mesmo tempo, as elites daquela localidade demandavam por profissionais como “[...] jardineiros, copeiras, cozinheiras, costureiras, bordadeiras, babás” (VIEIRA, 2011, p. 63). Assim, as meninas recebiam uma educação apropriada aos padrões de civilidade, de forma à ocuparem os espaços que lhes eram destinados, sem contestação da nova ordem vigente.

O Asilo Filhas de Ana, localizado em Cachoeira-BA tinha como suporte educacional a formação para ser esposa e mãe. Pesquisa intitulada de “As órfãs e desvalidas do Asilo Filhas de Ana: regras de conduta e feminilidade em Cachoeira (1891 – 1905)”. Em 1905 a instituição passou aos cuidados das irmãs da ordem do Santíssimo Sacramento. Souza (2009) analisou o Asilo considerando o exercício da caridade que se constituiu, em fins do século XIX, como instrumento eficaz para a normatização da conduta feminina na sociedade de Cachoeira.

As Escolas Santa Inês e São José, do Piauí, foram mencionadas na pesquisa de Silva (2007). Ambas eram de responsabilidade das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena. Eram anexas aos Colégios particulares das Irmãs Catarinas, criados no mesmo ano. As órfãs ficavam responsáveis pelos serviços, de limpeza, arrumação e cozinha, e eram proibidas de falar com as alunas pagantes. As desvalidas e pagantes usavam fardamentos diferenciados e as festas escolares aconteciam em momentos diferentes. Durante a pesquisa, a autora entrevistou algumas ex-alunas pagantes e as mesmas desconheciam a presença das órfãs, mas uma das entrevistadas mencionou de forma tímida que as órfãs moravam no sótão da escola. Podemos apreender na análise do discurso e da prática de desenvolvimento os princípios educativos das Irmãs Catarinas: o silenciamento e a obediência. Assim, com a pesquisa é notória no tratamento das meninas pobres internas em instituições educativas católicas, a questão da invisibilidade.

Uma das proposituras que lançamos neste capítulo foi a de discutir o conceito de Instituições Educativas. Para além do entendimento que se tinha dos estudos sobre esses espaços, que eram vistos apenas por uma abordagem descritiva, pautada em narrativas oficiais, nesta pesquisa buscaremos demonstrá-las inseridas na dimensão social e histórica, considerando a complexidade da realidade educacional e cultural.

1.2 O conceito de Instituições Educativas

[...] não há instituição escolar ou educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica. O maior ou menor grau de relevância de uma instituição, seja do ponto de vista econômico, político, educacional e segundo critérios específicos, não pode tolher a escolha do historiador. Não há instituição sem história e não há história sem sentido. O desafio é trazer à luz esse sentido e, com frequência, há boas surpresas. (SANFELICE, 2007, p. 79).

O termo instituição educativa é algo mais amplo e comporta não apenas a escola, com a estrutura que conhecemos hoje, mas outros espaços históricos duradouros criados a partir das necessidades humanas.

De acordo com Magalhães (2004), é preciso não reduzir o estudo às abordagens descritivas ou políticas, relacionando as instituições com o seu entorno de forma isolada. É necessário associá-las entre si e com outros aspectos da sociedade estudada.

Assim, necessário se faz envolvê-las no espaço mais amplo do universo escolar, introduzindo-as nos contextos e circunstâncias históricas de forma a perceber a

vicissitudes dentro dos espaços macro, meso e micro. (MAGALHÃES, 2004). Na dissertação ora defendida, buscamos compreender o macro, como parte da sociedade paraibana que criou o Orphanato D. Ulrico para atender as demandas das elites. O meso, o próprio Orphanato e sua proposta de educação para as internas e o micro, os sujeitos da pesquisa, as órfãs. Esses espaços macro, meso e micro são indissociáveis e foram pensados dentro de lógicas racionalistas e ideológicas que perpassaram os diversos estados brasileiros.

Para Saviani (2007), uma instituição não surge de um simples desejo de uma determinada parcela da sociedade, não se encontra no campo das ideias abstratas. Mas no campo do concreto, do real, é algo que é pensado a partir da realidade das necessidades humanas. Por isso, deve-se considerar o tempo-espaço nos estudos sobre as instituições educativas, que não se fazem do nada e nem ao acaso do tempo.

Assim, além de ser criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso, a instituição é criada para permanecer. Se observamos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita. Para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições. (SAVIANI, 2007, p. 04).

De acordo com Magalhães (2005), a história das instituições educativas é um saber que se encontra em expansão devido à renovação da própria área de conhecimento. Tal renovação só foi possível através da inserção de novas fontes na pesquisa histórica, acompanhada de um referencial teórico-metodológico específico que proporcionou um aumento no campo de investigação para a História da Educação, promovendo a integralização dos planos: macro, meso e micro.

Embasado nas contribuições de Magalhães (2005), Castanho afirmou que:

Essa integração dos planos, macro, meso e micro, que em outro registro se pode designar como um movimento teórico envolvendo o global, o particular e o singular, é que permite a história institucional da educação não seja uma mera descrição interna das unidades educativas, mas evolua para um conhecimento totalizante do fenômeno educacional que, sem embargo, inclui a vida de tais unidades. (CASTANHO, 2007, p.41).

A integralização dos planos permite que a história das instituições educativas não se restrinja a uma mera descrição do ambiente físico, mas que contemple o máximo possível da complexidade do sistema educacional proporcionado pelas relações com a

sociedade. Assim podemos afirmar que foram criadas pelos homens para cumprir necessidades permanentes como educar, cuidar e abrigar.

Ainda segundo Castanho,

[...] instituição educativa é um termo mais amplo e abrange não apenas a escola como a conhecemos no seu evoluir histórico, mas também outras formas sociais duradouras em que se desenrola o processo de transmissão cultural. (CASTANHO, 2007, p. 40).

Considerando essa amplitude, a análise sobre os orfanatos contempla a orientação de pensar às múltiplas relações que compuseram o universo da educação das meninas pobres. Para Rizzo (2003), os orfanatos surgiram para prestação de atendimento assistencial social às essas crianças órfãs. O termo também poderia se referir aos espaços de abrigo aos sujeitos desamparados, mendigos e velhos.

Para Gondra e Schuler (2008), esse tipo de instituição esteve presente em quase todo território brasileiro e tinha como foco atender à população pobre. Os primeiros asilos, segundo eles, foram de iniciativa da Santa Casa de Misericórdia “[...] instituição de recolhimento, criação e educação de crianças pobres e abandonadas”. (GONDRA e SCHULER, 2008, p. 114).

A preocupação com o perigo representado pela pobreza também esteve nas cabeças dos homens do Executivo, como podemos perceber nas palavras do Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1841. Para ele, era necessário converter aptidão de ébrios e mendigos, vadios, arruadores turbulentos, jogadores de profissão, órfãos desvalidos, filhos sem pai, moços sem ofícios, donzelas sem amparo, tidos como parasitas da árvore social, em trabalho, que é a riqueza. (GONDRA e SCHULER, 2008, p. 115).

O termo orfanato, presente no nome da Instituição Educativa, objeto de análise desta dissertação, era entendido como um local para abrigar as órfãs abandonadas e/ou desamparadas. Além da condição social era necessário ser órfã de pai e mãe ou de apenas um, conforme veremos na sequência da narrativa.

1.3 Pesquisa Documental: Memória, Documento/Monumento

O Orphanato D. Ulrico foi uma edificação histórica e simbólica para a cidade, inaugurado no início do século XX foi compreendido como um monumento histórico. Como afirma Le Goff (2005), o monumento pode ser analisado como um sinal do passado, ou seja, as obras comemorativas dos arquitetos que podem evocar o passado e

perpetuar a recordação. Portanto, caracteriza-se por “[...] ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado a memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só uma parcela mínima são testemunhos escritos”. (2005, p. 536).

Para Le Goff (2005), os pesquisadores que trabalham com os documentos oficiais, considerando-os como provas irrefutáveis do passado, ao se manterem o mais próximo do conteúdo documental se afastam da busca por interpretar a realidade. Por isso, a relevância em se trabalhar com outros tipos de documentos históricos dentre eles: a memória, a fotografia, os objetos utilizados, o espaço físico entre outros.

Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas, os seus segredos [...]. Devem escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação. Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está à história. (LE GOFF, 2005, p. 537).

Ainda de acordo com o referido autor, os pesquisadores em história devem analisar os documentos como monumentos a partir da construção de uma crítica e da atividade de decifrar traços deixados pelas sociedades. Para tanto, é preciso isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação e constituir em conjunto.

O valor histórico do documento é dado a partir de uma análise crítica do pesquisador, e da relação que este faz com os acontecimentos de uma determinada época e lugar. O documento isolado não traz significação histórica, mas é o conjunto do que está escrito e do que foi vivido que lhe confere valor histórico. (LE GOFF, 2005).

Qualquer documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso. O trabalho do pesquisador consiste em fazer com que “[...] a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF, 2005, p. 477).

De acordo com Bacellar (2010), no que se refere à leitura de alguns documentos manuscritos, o pesquisador deve acostumar-se com a caligrafia, a ortografia e a gramática utilizada nos documentos. Nem sempre encontraremos as condições ideais para a leitura e as transcrições dos documentos. Alguns estarão em estado de degradação com papéis velhos, amarelados, com traças, roídos e com mofo. De posse desses documentos, o pesquisador deve relacioná-los com o contexto vivenciado, traçando paralelos e observando numa tentativa de se fazer uma pesquisa na perspectiva histórica.

O acesso ao acervo documental do Orphanato D. Ulrico não foi diferente das dificuldades verificadas e descritas acima; os documentos se encontravam em local de

difícil acesso, devido aos espaços e diversos objetos que atrapalhavam a locomoção. Da mesma forma, foram guardados sem nenhuma ordem de arrumação e, sem proteção, foram deteriorados pela ação do tempo.

Para Vidal (2007), o grande desafio da pesquisa sobre as instituições escolares na história da educação é conferir por meios dos espaços, objetos e dos documentos os significados para a vivência de professores e alunos. É também o de repensar juntamente com a comunidade escolar a importância sobre o lugar do arquivo, dando maior visibilidade às culturas e práticas escolares.

Nessa perspectiva, a escola passou a ser considerada uma grande produtora de documentos e, portanto, responsável pela guarda e conservação, definindo o que arquivar e eliminar.

Assim, a escola e seu arquivo (integração necessária e basilar do programa) poderiam estar em permanente diálogo com os museus escolares e centros de documentação e memória, constituídos dentro ou fora das instituições escolares, criados como lugares de memória. (VIDAL, 2007, p.69).

A autora propõe um diálogo entre o arquivo escolar e os museus, centros que têm como finalidade a guarda de documentos e da memória dos lugares. Medidas como esta solucionariam o problema de espaço das escolas, não haveria necessidade de reserva de um espaço para o arquivo, conseguir-se-ia preservá-los e também os pesquisadores teriam um lugar adequado para a coleta dos documentos.

A partir dessas reflexões e de pesquisas iniciais sobre o Orphanato D. Ulrico, visitas foram feitas ao prédio com o intuito de averiguar se de fato existia um acervo na Instituição e as possibilidades de ter acesso aos documentos. As visitas também foram importantes para o reconhecimento do objeto de estudo, para fazer os registros fotográficos e registros das percepções sobre o estabelecimento de ensino.

Assim, na sequência, apresentaremos o acervo encontrado e em seguida discutiremos sobre quais foram utilizados para obtenção dos resultados da pesquisa.

1.4 O acervo do Orphanato D. Ulrico

Um dos principais entraves para a realização da pesquisa foi o acesso ao acervo documental do Orphanato. Na busca, esperávamos encontrar informações sobre a origem da Instituição, bem como os registros das matrículas das internas. No período de catalogação da documentação, no prédio do Orphanato, estava instalada a Escola

Municipal Analice Caldas. Foi possível perceber certo descaso com os documentos, muitos objetos foram jogados fora, destruídos e/ou perdidos.

O lugar em que se encontrava os documentos tratava-se de um depósito totalmente inadequado para guarda e preservação. Era um depósito de entulhos, contendo desde documentos, livros, brinquedos e caixas jogadas pelo chão. Não havia iluminação no ambiente e era forte o mau cheiro provocado pelo mofo, roedores e traças. Foi difícil até se movimentar no local.

Em outro momento, fomos avisadas por uma das funcionárias da existência de outros documentos. Assim, iniciamos o levantamento. Observamos que havia uma grande diversidade de fontes ligadas ao cotidiano da Instituição, documentos referentes às questões pedagógicas e administrativas. Entretanto, a maior parte estava datada a partir da década de 1950. Tratava-se de uma vasta documentação referente às internas, como por exemplo, as fichas de matrículas de 1940 a 2010.

Como já tínhamos feito a escolha de contarmos a história da criação do Orphanato em 1913 e não encontramos as fichas das internas na década de 1920, recorremos a outros acervos. Portanto, as fichas de matrículas utilizadas foram as cedidas pelo prof. Waldeci das Chagas. E sobre essa documentação falaremos mais à frente.

1.5 Fontes utilizadas na pesquisa

Posso chegar à instituição pela legislação educacional, pelo seu currículo, pelo seu quadro de alunos, pela sua proposta pedagógica, pela sua cultura manifesta, pelos trabalhos escolares, pela arquitetura do prédio pelos professores que dela participaram, pelos ex-alunos, pelo imobiliário, pelas memórias, pela historiografia preexistente ou por arquivos e fontes múltiplas (escritas, orais, sons e outras). (SANFELICE, 2007, p. 77).

A partir da proposta de pesquisa e do problema anunciado, algumas fontes foram priorizadas em detrimento de outras, mesmo tendo só as cópias das fichas de matrículas da década de 1920, decidimos que as analisaríamos, pois corroboravam para que chegássemos aos resultados propostos, de contar a história da idealização e criação do Orphanato, justificada a partir das necessidades de uma parte da sociedade do início do

século XX, pois, de acordo com os argumentos apresentados, segundo essas pessoas, existia um grande número de crianças que transitavam nas ruas da Cidade da Parahyba, muitas vezes, por conta da migração das pessoas do interior para a capital do estado.

As fontes apontaram que os membros sócios do Orphanato D. Ulrico eram sujeitos que prestavam assistência às menores desvalidas com o intuito de cuidar e abrigar e que defenderam uma proposta de conformação dos sujeitos à sua pobreza. A benemerência era vista como uma forma de destaque na sociedade, como uma afirmação de poder, status e prestígio social.

1.5.1 As Fichas de Matrículas das Internas

Para a análise pretendida foram basilares as fichas de matrícula das internas, que geralmente eram meninas muito pobres que os pais haviam falecido, ou meninas cujos pais não tinham condições de criá-las. Eram, em sua maioria, advindas do interior do estado. As internas eram apadrinhadas por alguém que as indicava para serem acolhidas no Orphanato. Questões que serão enunciadas no terceiro capítulo.

Em algumas fichas de matrículas pudemos observar que muitas meninas foram preparadas para a vida doméstica. Quando chegavam à maioridade (21 anos) precisavam ceder lugar para outras; nesse caso, se tivessem algum pretendente, realizavam um casamento, se não, eram indicadas para trabalhar na casa de algum sócio. Seus trabalhos domésticos não eram remunerados, pois seria uma “forma de agradecer pelos donativos recebidos”. Também existiam casos em que as internas voltavam para casa de algum parente, e ainda havia a possibilidade de continuarem no Orphanato auxiliando as freiras, porém estes casos de permanência foram poucos.

Temos disponibilizadas, em cópias, 135 fichas de matrículas correspondentes aos anos de 1922 a 1929. Pela grande quantidade de fichas, elegemos algumas categorias que nortearam a análise apresentada: número de matrículas em cada ano, a proveniência das meninas e jovens, o período de internação, as idades de admissão e os possíveis destinos das internas após a saída do Orphanato.

As fichas foram separadas e organizadas em quadros que ajudaram traçar um perfil das internas e da própria Instituição.

1.5.2 Mensagens do Presidente do estado de 1913-1929

Foram poucas as menções sobre o Orphanato D. Ulrico. Encontramos apenas dos anos de 1913, 1914, 1927 e em 1929. Todas elas fizeram referências ao Orphanato como instituição de assistencialismo público. Nas mensagens apareceram os nomes de outras instituições anteriores: Asylo de Mendicidade, Polyclinica Infantil, Instituto de Proteção e Assistência à Infância e a Santa Casa de Misericórdia, que foram entendidas como parte do contexto em que o Orphanato foi idealizado e criado.

1.5.3 Estatuto da Comissão Protetora e Permanente do Orphanato Dom Ulrico - 1913

O Estatuto da Comissão Protetora e Permanente do Orphanato Dom Ulrico foi elaborado em 03 de julho de 1913 e teve a finalidade, além de propor formas de organização para a incipiente Instituição, de angariar recursos para a construção do prédio. A Comissão, como referida no nome, tinha caráter permanente. Após a finalização da construção, os membros tornaram-se sócios fundadores da Instituição.

O Estatuto foi dividido em 19 artigos e em quatro capítulos. São eles: Da associação em Geral; Da diretoria; Dos direitos e deveres dos membros da Comissão e por fim Disposição geral. Tratavam de questões genéricas como a localização da Instituição “situada no perímetro ou no subúrbio da capital”, também mencionaram a duração do mandato da diretoria e as formas de perda do título de sócio fundador, assim como a competência de cada membro da comissão.

Composta, dentre outros, pelos membros Heráclito Cavalcanti - presidente, João Suassuna e as professoras Maria do Carmo de Inojosa Varejão, Catharina Moura e Adelaide Figueiredo e pelo o Sr. José Manoel Cunha. Estes sujeitos foram alvos de notícias por diversos motivos no jornal *A Imprensa*.

1.5.4 Relatório Apresentado a Assembleia Geral do Orphanato D. Ulrico

O documento foi publicado também no jornal *A Imprensa*, no dia 29 de abril de 1922, ano XIX, n.67, p.1. O presidente iniciou o relatório informando o nome dos

sócios beneméritos que foram assim intitulados, devido aos serviços prestados e pela contribuição significativa de donativos:

[...]os drs. João Pereira de Castro Pinto, Francisco Camillo de Hollanda, Mme. Camillo de Hollanda, dr. Eptácio Pessoa, Mme. Eptácio Pessoa, Gustavo Molmen, Augusto Simões. D. Adatao Aurélio de Miranda Henriques. Dr. João Maximiano de Figueiredo, José de Araújo Braga e Marietta de Inojosa Varejão”. (CIDADE DA PARAHYBA. 1922. Relatório apresentando em Assembleia Geral do Orphanato D. Ulrico..., em 1922).

No relatório, o levantamento das despesas e receitas de 1913 a 1922, foi apresentado com a descrição dos gastos com a verba e os donativos recebidos e de que forma foram aplicados na construção do Orphanato. A participação do estado, os festivais de caridade que compreendemos como sendo as festas (Festa de Nossa Senhora das Neves, Festas das Árvores, Aves), saraus, quermesses, entre outros eventos, organizados pela Comissão Protetora foram elencados.

1.5.5 Biografia do Desembargador Heráclito Cavalcanti

Utilizamos parte das informações encontradas sobre Heráclito Cavalcanti na biografia escrita por sua irmã Ana Monteiro Carneiro da Cunha.

A leitura desse documento indicou as questões envolvidas nos interesses políticos da construção do Orphanato. Também evidenciou as relações de poder e a visibilidade dada ao fundador, na época da formação da comissão protetora, que eram regularmente notícias no jornal *A Imprensa*.

Atentamos para os cuidados com a utilização da biografia elaborada por Ana Monteiro da Cunha, pois consideramos as marcas da subjetividade devido ao grau de parentesco da escritora.

Se observarmos o contexto histórico de quem escreveu, supomos de que a mesma era solteira, e tinha na figura daquele irmão um exemplo de pai, marido, o herói das meninas desvalidas.

1.5.6 Notas Históricas Relativas ao Orfanato Dom Ulrico

Foi uma publicação comemorativa ao aniversário de 50 anos da inauguração da Instituição, que ocorreu no ano de 1972. Na apresentação, encontramos um depoimento do General Frederico Mindêllo Carneiro Monteiro, filho de Heráclito Cavalcanti. Apresentou um retrospecto a partir de sua memória e auxiliado por alguns documentos oficiais, a publicação foi construída considerando as suas lembranças do período e de tudo que ouvira falar daqueles anos.

1.5.7 Atas das Reuniões da Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico

De acordo as informações contidas nas atas, as primeiras reuniões da Comissão Protetora do Orphanato D. Ulrico aconteceram na sede do Curso de “Francisca Moura” localizado na Rua Duque de Caxias, nº 583, na Cidade da Parahyba. No geral, as atas versavam sobre a organização de eventos que serviram para angariar recursos para a construção do Orphanato.

A primeira ata da Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico foi datada em 24/04/1913, além dos membros da comissão, havia outros participantes foram eles: Demócrito Almeida; José Frutuoso, Tenente e Coronel Francisco Coutinho de Lima e Moura; Major Manuel Dantas; Tenentes Lourival Mindêllo e Manuel Gama Cabral; D. Isabel Carneiro Monteiro, Maria de Assunção Rosas; Rita Dantas; Rita Villar, Mariana Soares e Albertina Correia Lima.

No geral, as atas versavam sobre a organização de eventos como quermesses, venda de lança-perfume e artigos carnavalescos, venda nos barracões instalados no Jardim Público, de charutos, bebidas, doces e salgados e, também, a organização de festas que aconteciam na capital e em cidades no interior, concertos musicais e festas para as crianças.

A festa mais citada e que demandava uma maior dedicação dos sócios era a Festa de Nossa Senhora das Neves. Eram meses de reunião e organização. A primeira festa para padroeira da Cidade da Parahyba que o Orphanato participou foi no ano de 1913. Nesse ano, a organização teve início em dezessete de maio, e a ata mencionava uma discussão sobre a escolha do local para a instalação do barracão do Orphanato na Festa de Nossa Senhora das Neves. Os sócios tiveram duas opções: a primeira ficava na

Rua General Osório para a venda dos lanches e bebidas, e foi, de imediato, rejeitada. Os sócios argumentaram que a localidade era frequentada pelas classes baixas, sendo assim dificilmente teriam a presença de membros das elites. Ficaram com a opção de local “[...] em frente ao beco da companhia do Mosteiro de São Bento”. (CIDADE DA PARAHYBA, 1913. Ata da reunião da Comissão... 1913).

Também foi discutida a compra de 300 cadeiras que seriam adquiridas na Europa ou no Rio de Janeiro. Percebemos certa ostentação dos membros da Comissão, no fato da intenção de se comprar 300 cadeiras da Europa. Além dos custos com a aquisição, ainda havia, as taxas para o transporte e para os impostos quando chegavam à Cidade da Parahyba. No relatório de 1922, verificamos que essas cadeiras tornaram-se parte do patrimônio da Instituição, sendo alugadas para terceiros e não só apenas os eventos organizados pela Instituição.

Na elaboração dos documentos, primeiro apareciam os nomes dos homens e depois das mulheres. Foi possível perceber os papéis masculinos e femininos bem delimitados através da divisão de atividades. Pareceu-nos que, quando se tratava de decisões sobre locais, compra de um determinado bem, tudo aquilo que envolvia dinheiro era tarefa que cabia aos sócios do sexo masculino.

A Comissão teve a presença de três mulheres: Catharina Moura, Adelaide de Figueiredo e Marieta Inojosa, professoras da Escola Normal.

Para as tarefas de organização dos eventos, comidas, bebidas, decoração, o destaque era sempre para os nomes de mulheres. Tal procedimento pode ser observado na ata do dia 20/06/1913 em que as senhoras e senhoritas Marieta Inojosa, Albertina Correia Lima, Catharina Moura, Adelaide Figueiredo, Isabel Carneiro Monteiro, Leopoldina Fernandes e Marina Pires ficaram responsáveis pela organização de uma festa infantil e pelo *buffet* que seria oferecido em um evento na cidade de Itabaiana, interior da Parahyba. Nessa mesma reunião, a comissão também decidiu sobre a organização da festa do dia 07 de setembro de 1913, que se realizou no Jardim público.

Foi apresentado também nesta reunião, a aprovação da abertura de uma conta na Caixa Econômica Federal em que foi depositado “os quatros contos de reis” que estavam em poder do Sr. Manuel da Cunha.

Tivemos as participações nas reuniões de várias pessoas da Cidade. Na Ata do dia 04/08 1919: José de Seixas Maia, Irineu Joffily, Manuel Dantas, José Evaristo da Cruz Gouvêa, João Ferreira Serrano e Frederico Carneiro Monteiro, Dona Luiza Carneiro Monteiro, Maria Isabel Dantas; Adelaide de Figueiredo Gouvêa, Cordula

Carneiro Monteiro, Alexandrina Ferreira Pinto, Isabel Carneiro Monteiro, Maria da Assunção Rosas, Albertina Correia Lima, Maria do Carmo Carneiro Monteiro, Maria das Neves Melo, Noêmia Veloso Borges. Assim como, apresentação dos novos sócios beneméritos da comissão são eles: o Sr. e Sra. Pereira Carneiro; Dr. Manuel Veloso Borges e senhora, acadêmicos Gervasio Bonavides e senhoritas Ercilia Lins Pessoa Batista, Maria das Neves Melo, Filomena Massa, Dalva Franca, Josefa de Souza Melo, Madalena Cery, Ivone Cery, Maria da Conceição Castelo Branco, Maria da Assunção Lins, Carmem Tavares, Tercia Bonavides, Maria da Piedade Nobrega, Juraci Toscano, Ilda Massa.

Nesta ocasião, foram recebidos os donativos do Sr. Eptácio Pessoa e da Sra. Leocadia Maximiano de Figueiredo que juntos somaram a quantia de 3:476\$900. Havia a informação de que a construção estava em fase de finalização. Também anunciou-se a compra de alguns objetos: cinquenta camas de ferro, colchões e travesseiros, mobiliário para o vestibulo, sala de diretoria e secretaria. A Diretoria estipulou que o número de internas que a Instituição poderia receber, naquele ano, era de no máximo 50 meninas. Não sabemos os motivos que levaram três anos para inauguração da Instituição, pois faltavam poucos reparos e o imobiliário já havia sido comprado. Faltava decidir quem cuidaria da administração interna das meninas desvalidas.

E tal fato mereceu registro na Ata da Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico no dia 23/03/1922. Restavam poucos dias para a inauguração, quando o diretor anunciou que havia chegado à capital as Irmãs Pobres Santa Catarina de Sena para constituir a Diretoria interna do Orphanato. Fato que mereceu destaque no jornal *A Imprensa*.

As atas trouxeram questões nem sempre transparentes como as divisões das atividades entre os homens e mulheres, e também fatos não vistos no relatório e que também não foram noticiados no jornal *A Imprensa*, como de uma suposta compra de um prédio para se instalar o Orphanato D. Ulrico. Acreditamos que tal aquisição servia para guardar os objetos e de sede para as reuniões, já que, as primeiras reuniões aconteceram no Curso Francisca Moura. A documentação indicou os interesses e as ações das elites nesses anos iniciais e que iriam repercutir nas propostas educacionais e nos destinos das internas desvalidas do Orphanato.

1.5.8 Legislação

Utilizamos dois códigos, o Código Penal de 1890 (decreto n. 847/1890), promulgado pelo presidente Marechal Deodoro da Fonseca e o Código de Menores de 1927 (o decreto 17.943-A/1927), no governo de Washington Luís. Esse conjunto legal encontra-se, hoje, disponível no sítio eletrônico da Presidência da República Brasileira. (BRASIL, PLANALTO, 1890).

O Código Penal de 1890 formalizou o uso da força de trabalho infantil, crianças de 9 a 14 que se encontravam em situação de pobreza e estivessem nas ruas seriam encaminhadas para cumprir pena disciplinar em algum estabelecimento “industrial”.

O Código de Menores de 1927 foi considerado, na República, a primeira ação de política pública para a infância pobre, com normas para a assistência e proteção aos menores de idade e recolhimento de crianças em jovens. (BRASIL, PLANALTO, 1927).

O estudo desses documentos permitiu verificar como a legislação anterior e posterior à criação do Orphanato compreendeu a infância pobre e possibilitou termos referencias para a análise pretendida.

1.5.9 O jornal *A Imprensa* e as notícias sobre o Orphanato D. Ulrico

O jornal *A Imprensa* foi uma iniciativa do arcebispo D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques que iniciou a circulação do jornal em 27 de maio de 1897 até 08 de abril de 1986. Os motivos para a escolha desse impresso, além de encontrarmos os exemplares de quase todos os anos pretendidos, teve a intenção de verificar a relação entre as elites e seus esforços para a concretização da inauguração do Orphanato. Os sócios apareceram com recorrência nas notícias seja nas crônicas sociais, ou como professores e professoras da Escola Normal e dos Lyceu Paraibano, Colégio Diocesano Pio X. Apareciam com títulos de coronéis, tenentes, bem como assumindo posições como comerciantes, políticos e religiosos.

A Imprensa divulgou em suas matérias jornalísticas a necessidade da criação de institutos beneficentes, pois, havia um grande número de crianças em situação de desamparo e ainda defendeu quem deveria dirigir instituições de caridade, as freiras consideradas irmãs de caridade.

Nos anos de 1913 a 1928 existiu sempre uma notificação parabenizando o Sr. Heráclito Cavalcanti por seu aniversário.

Percebemos que os jornais corroboraram com as discussões do período sobre a infância pobre. Era comum encontrar na primeira página do jornal *A Imprensa*, poemas que ressaltavam a condição de pobreza da infância com os títulos “A Engeitadinha”, “Os orphaos” e “Orphãs”.

No ano de 1915, de acordo com o jornal *A Imprensa*, uma cerimônia festiva para o início da construção do Orphanato foi anunciada. No ano seguinte, a inauguração da Estátua do D. Ulrico, até hoje existente, com a presença de políticos e religiosos marcou as páginas do jornal.

Nesse período de análise que fizemos no jornal *A Imprensa*, só encontramos uma única notícia sobre a eleição para a Diretoria do Orphanato. A mesma matéria também informou que o Sr. Heráclito Cavalcanti continuava como diretor presidente da Instituição.

O maior número de matérias que saíam no jornal era sobre as festividades organizadas em favor do Orphanato. A Comissão protetora e permanente foi responsável por concertos musicais, entre eles podemos destacar o do pianista alemão Sr. Paul Hansel. Além dos concertos houve as Festas das Árvores, Aves, Festa de Nossa Senhora das Neves entre outros eventos organizados para angariar recursos.

Em 1919, com matéria intitulada de “Orphanato D. Ulrico”, se cogitava a inauguração da Instituição, porém nos anos seguintes não houve qualquer notícia explicando qual teria sido o impedimento para que inauguração não tivesse acontecido.

Em 1922, na inauguração, foram oito reportagens, em especial citando a vinda das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena e a cobertura completa sobre o que aconteceu, também publicou na íntegra o Relatório da Assembleia Geral do Orphanato D. Ulrico dando grande destaque para inauguração. Mencionou o tempo de 10 anos para a sua abertura e que “[...] est[ava] fadada a prestar os melhores benefícios à nossa cara Parahyba”. (*A IMPRENSA*, 1922, p.01). Faziam alusão ao diretor presidente com grande eloquência, como podemos ver no trecho abaixo:

[...] parahybano dos mais distintos cujo nome passará à história do Estado como um dos maiores beneméritos da criançada patrícia, idealizou a fundação de um asylo de caridade onde os que, por um capricho e sorte, perderam os amados progenitores, podessem encontrar nestas venerandas religiosas que sem interesse pessoal de espécie alguma servem abnegadamente de segunda mãe aos orphãosinhos, arrimo seguro e bondoso. (*A IMPRENSA*, 1922, p.01).

A ligação entre o Sr. Heráclito Cavalcanti e o Orphanato lhe rendeu prestígio e notoriedade na Cidade da Parahyba. O jornal também mencionou possíveis desentendimentos entre o presidente e outras figuras das elites do período. Percebemos também no discurso do jornal uma tendência em defesa desse senhor,

Luctando com dificuldades mil de toda espécie, com a indiferença criminosa de uns e a maledicência hypocrita de quantos não têm a grandeza d'alma bastante para auxiliarem, pouco embora, obras desta natureza que exigem sacrifícios a cada momento e não dão um real de lucro pessoal, venceram a fina a victoria santa cruzada que se impuzeram aos hombros. (A IMPRENSA, 1922, p.01).

Os preparativos para inauguração foram noticiados no jornal um dia antes, a matéria estava intitulada “A inauguração do Orphanato D. Ulrico e o seu festival”, compunha informações sobre o andamento da festividade de inauguração que teve início às “4 ½ horas da tarde em ponto, do próximo domingo, 2 de abril”. A partir das 3 horas da tarde os convidados tiveram à disposição nove automóveis, quatro deles alugados e outros foram cedidos. Um caminhão do serviço de obras militares também foi tomado de empréstimo para o transporte dos convidados. As comissões de inauguração foram organizadas da seguinte forma: comissão de recepção de senhoras, senhoritas e cavalheiros; comissão de bar e tesoureiro.

[...] senhoras: D. Alice de Almeida, d. Odette Balthar Peixoto de Vasconcellos. Senhoritas: Eurydice Castro, Davina Queiroz, Eulina Rocha, dra. Albertina Correia Lima, Zinha de Hollanda, dra. Lila Guedes. Cavalheiros: Dr. José de Almeida, dr. João da Matta Correia Lima, dr. José Fructuoso Dantas, João Celso Peixoto de Vasconcellos. Comissão do Bar: Anna Alice Caldas, Maria do Carmo Carneiro Monteiro, alice Montenegro, Berengere Mindello, Ecila Lins, Santina Castello Branco, Marina Azevedo, Virgina Garcia, Edmée Barbosa, Tercia Bona vides, Esther Bezerra, Judith Lins, Helena e Thereza Maria Lima, Esrellita Andrade, Eloah de Oliveira, Yolanda e Lourdes Monteiro, Dalva e Nenna Cantalice. Thesoueiros: Aluisio Castello Branco, Adelaide Gouveia, Olivina Carneiro da Cunha. (A IMPRENSA, 1922, p. 01).

Na edição do jornal, *A Imprensa*, do dia 05/04/1922, na primeira página do periódico foi destacada a festa de inauguração do Orphanato D. Ulrico que aconteceu no dia 02/04/1922. Teve a cobertura completa, com jornalista *in loco*. Esta foi a matéria principal com grande repercussão, devido à importância do evento e o tempo em que todos estavam aguardando para que a construção estivesse finalizada.

Figura 3: Festividades de Inauguração do Orphanato D. Ulrico



Fonte: Arquivo Diocesano da Paraíba

A partir das 15 horas os primeiros convidados começaram a chegar para a solenidade. Estavam presentes “[...] as duas primeiras autoridades do Estado, o exmo. e revdmo. Sr. Arcebispo Metropolitano e o exmo. Sr. dr. Presidente do Estado”. Às 16 horas começou a fala do arcebispo que enfatizou a condição das crianças pobres que seriam cuidadas, abrigadas e educadas na Instituição. O arcebispo pronunciou as seguintes palavras: “[...] a benção de Deus àquella casa, de fim sagrado, abrigo que d’ora a vante vae ser aos orphaosinhos e desgraçados da sorte”. (*A IMPRENSA*, 1922, p. 01).

Após a benção, deu-se início à sessão magna com o discurso - do sr. Presidente do Estado – Sólon de Lucena, que ressaltou a figura do desembargador Heráclito Cavalcanti, e a relevância social da Instituição de caridade. Seguiu com a leitura do Relatório Geral em que estavam descritos os gastos e despesas com a edificação, com as órfãs que já estavam sob os cuidados do Orphanato, com o transporte das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena, com a compra do pomar, de móveis e outros utensílios.

As despesas e receitas estavam descritas de maneira sucinta e eram referentes aos anos de 1913 a 1922, isto, significa que a Comissão Protetora e Permanente não

tinha como regra a prestação de contas, pois os valores apareceram de forma aleatória e sem muitos detalhes, diferentemente do que informou os trechos da reportagem:

Nelle são descriptos, por meudo, todos os gastos e despesas com o edifício, seu modesto mobiliário e rico pomar, bem como todos os donativos recebidos da munificência do povo e do governo que aqui se associaram para tornar em realidade uma idéa que nos engrandece lá fora aos olhos de todos. (*A IMPRENSA*, 1922, p.1).

Os festejos ficaram por conta da orquestra que foi oferecida pelo Collegio Nossa Senhora das Neves. A reportagem mencionou a organização e ornamentação do *buffet* e também da seleção de músicas tocadas pelas alunas dos Collegio de Nossa Senhora das Neves. O texto terminou com amabilidades eloquentes:

As aspirações que a Parahyba, de há muito afagava como um sonho e doce ilusão, cumprem se hoje à vista de todos nós, graças ao zelo, ao critério e dedicação inexcedível do desembargador Heráclito Cavalcante. Não há, com efeito, na Parahyba quem lhe desconheça os longos trabalhos, a tenacidade, a coragem e acção fecunda, postos, muita vez a prova em duros embates. Mas a esta empresa gigantesca ligou seu nome, sendo hoje tido por todos como dos grandes beneméritos da Parahyba. (*A IMPRENSA*, 1922, p.1).

Nos exemplares do jornal *A Imprensa* encontramos matérias que ajudaram a entender as principais questões debatidas sobre o projeto nacional de civilizar, modernizar e higienizar. A partir desse ideal, várias instituições foram criadas para atender a população pobre na Cidade.

As questões relativas aos pobres no período de estiagem foram temas de reportagens que receberam uma coluna nomeada “Pro Flagellos”, que mostrava o empenho das elites em angariar recursos com eventos para proveito dos “famintos”, “flagelados” ou “desamparados”. Essas expressões foram comumente utilizadas como sinônimos de pobres nas matérias. Encontramos também o recebimento de donativos para a mesma finalidade, de outros Estados, como foi o caso do Rio Grande do Sul que enviou uma quantia ao arcebispo da Parahyba do Norte D. Adauto A. de Miranda.

Essas e outras questões serão discutidas no segundo capítulo “Uma perspectiva histórica do Orphanato D. Ulrico submersa no cenário da Cidade da Parahyba” ao contarmos a história do Orphanato D. Ulrico, a partir do contexto histórico e social da Cidade da Parahyba.

Julgamos importante também conhecer um pouco mais sobre a história das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena com a chegada ao Brasil e a compreensão das

Irmãs sobre a educação feminina, já que tinham experiência em educação de meninas no Piauí.

No terceiro Capítulo “Educação das meninas desvalidas do Orphanato D. Ulrico”, demonstramos as pretensões da educação destinada às meninas desvalidas internas no período de 1922 a 1929. Trabalhamos com as informações das fichas de matrículas das internas. As categorias de matrículas, orfandade, idades de ingresso, procedência das meninas e jovens, apadrinhamento e os possíveis destinos das internas, tais como, a permanência no Orphanato, o regresso à família, o Patronato, a vida religiosa, o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado foram analisadas.

As considerações finais corroboraram a ideia defendida de que a Instituição foi utilizada como formação de empregadas domésticas, pois as internas tinham uma educação voltada para o aprendizado das prendas domésticas, de modo que após suas saídas, na maioria dos casos, seus caminhos estavam desenhados com a obrigação de trabalharem nas casas dos sócios em troca de abrigo e comida.

CAPÍTULO II

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DO ORPHANATO D. ULRICO SUBMERSA NO CENÁRIO DA CIDADE DA PARAHYBA

O principal elemento que salta aos olhos quando paramos para observar a cidade é a heterogeneidade entre modos de vida, formas de morar, uso dos terrenos da cidade por várias atividades econômicas. Os contrastes podem chocar. (CARLOS, 2009, p.22).

Ao olharmos a cidade, podemos apreender tantos suas formas quanto os seus conteúdos. Para Carlos (2009), as diversidades dos modos de vida se expressam no traçado dos terrenos e das vias, nas formas de habitação e no uso dos lotes para desenvolvimento das várias atividades econômicas.

Neste capítulo, propõe-se uma reflexão acerca dos elementos do processo de modernização e urbanização na Cidade da Parahyba, atual João Pessoa, que confirmaram a idealização e a construção do Orphanato D. Ulrico, como também, da criação de outras instituições educativas com a finalidade de acolher e ordenar a população pobre.

Na passagem do século XIX para o século XX, o tecido urbano da Cidade da Parahyba se concentrava na Cidade Baixa e na Cidade Alta.

Respaldados nas contribuições de Kulesza (2006), de Maia (2000) e de Barreto (2010), ressaltamos que, durante o início do século XX, a Cidade da Parahyba ainda conservava características rurais, mas caminhava para uma urbanização, mantendo uma educação ainda influenciada pelas ordens religiosas católicas.

Entrementes, nas primeiras décadas do século XX, o poder público da Cidade da Parahyba iniciou as primeiras ações no sentido de modernizar e urbanizar a cidade. Tais medidas eram voltadas para higienização, salubridade, embelezamento e ordenamento do espaço urbano.

De acordo com Farias (1997), a modernidade associada à cidade é compreendida na perspectiva da disciplina e da transmissão de novos hábitos, isto é, costumes de higienização e sanitismo. É nesse contexto, conforme o discurso do período analisado, que as instituições educativas cumpriram sua função de educar, civilizar e preparar os cidadãos para viverem na sociedade moderna.

2.1 A produção da Cidade da Parahyba e do Subúrbio de Jaguaribe⁹ (início do século XX)

No início do século XX, a Cidade da Parahyba teve um considerável aumento populacional, que decorreu da migração ocorrida devido ao baixo índice de pluviosidade do interior Parahyba do Norte. Os períodos de seca no sertão proporcionou forte migração do interior para a capital.

[...] as secas periódicas que assolavam no interior deslocava enormes estoques de trabalhadores para capitais do nordeste. Não é de se estranhar que a cidade da Paraíba em apenas um decênio quase dobra a sua população dos 28.793 habitantes para, em 1920, alcançar a soma de 32.990 habitantes. (DINIZ, 2004, p. 173).

Na Cidade da Parahyba, durante o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, tínhamos um número significativo de moradores de ruas advinda do interior da Parahyba do Norte (CHAGAS, 2004). A cidade não possuía infraestrutura e ofertas de trabalho suficientes para atender à demanda de migrantes provenientes do interior. As famílias desprovidas de condições financeiras para arcar com os custos de moradia na capital circulavam pelas ruas, somando-se, assim, à população pobre já existente na capital. Outros encontravam trabalho na Cidade Baixa e na Cidade Alta, mas eram encaminhados para habitarem em áreas insalubres da Cidade da Parahyba.

Os homens pobres arrumavam empregos como operário de fábricas, na área do comércio, nas embarcações portuárias e na construção civil. Trabalhavam na alfândega, em armazéns e na estação ferroviária, situados na Cidade Baixa. Ainda tinham os que exerciam a função de vendedor de água, leite, frutos, amendoins e doces. As mulheres conseguiam trabalhar com costuras, bordados, serviços domésticos, lavadeiras, babás, cozinheiras e governantas (CHAGAS, 2004; DINIZ, 2004).

Por meio de sua força de trabalho, a população pobre participou diretamente do processo de modernização da Cidade da Parahyba. Atuou na construção dos prédios públicos e particulares, nas aberturas das avenidas - João Machado, de 1910 a 1912, e Avenida Maximiano de Figueiredo, de 1918 a 1920, no alinhamento e calçamento das principais ruas e na implementação dos serviços de abastecimento de água, iluminação e saneamento básico das vias principais situadas na Cidade Alta e na Cidade Baixa.

⁹ Optamos pelo uso da denominação Subúrbio Jaguaribe, pois esse termo é utilizado para designar a área de Jaguaribe nas escrituras de cartório de comercialização dos lotes.

No decorrer do século XX, a cidade passa por uma expansão da sua malha urbana com a consolidação da Cidade Baixa, da Cidade Alta, da área do Montepio, do Bairro Tambiá, do Bairro das Trincheiras e do Subúrbio Jaguaribe. As intervenções no sentido de urbanizar e modernizar a Cidade da Parahyba ocorreram nas áreas em que estavam localizadas as residências e pontos comerciais das elites da Parahyba - Cidade Baixa, Cidade Alta, nas ruas principais dos bairros Tambiá e Trincheiras e nas avenidas. Todavia, nas áreas de moradias mais pobres, as intervenções se voltaram mais no sentido de controle e ordenamento da ocupação. Não existia preocupação em dotar tais localidades com infraestrutura e serviços urbanos.

De acordo com Chagas (2004), o pobre era visto como um atraso para a modernidade pela à imagem que as elites tinham de que os mesmos eram rudes, ignorantes e incivilizados. Além disso, a moradia de taipa e palha dos pobres, bem como seu modo de vida foram vistos como uma ameaça à modernização; por conseguinte, criou-se a necessidade do disciplinamento que e tinha como objetivo assegurar a ordem. Afirmamos, portanto, que promoveu-se uma segregação socioespacial entre ricos e pobres.

Os pobres eram vistos como uma ameaça ao processo de modernização das cidades. Consequentemente, deveriam ser contidos e enclausurados, sejam crianças, adultos ou idosos. Como afirma Chagas (2004, p. 171):

Tratavam-se, portanto, de homens e mulheres com comportamentos incompatíveis com a modernidade, cuja expressão deveria ser contida, de modo a não contrariarem a ordem estabelecida. A preocupação não atingia as condições nas quais as classes pobres viviam, mas, sobretudo, o perigo que elas representavam. Temia-se não só a prática de roubos e saques, mas a possibilidade de transmissão de patologias. Desta forma, o próprio corpo do pobre acabou sendo alvo de temor e repúdio. Como veremos a necessidade de reter os pobres e controlar seus costumes se constituir em uma das principais preocupações das elites e resultou na elaboração de várias leis, códigos e na fundação de instituições de caridade e auxílio voltado para vigiar, afastar e domar estes excluídos.

Outro aspecto do estigma criado sobre a população pobre foi estabelecido pelos sanitaristas e médicos no início do século XX. Viam-na como nociva e que poderia comprometer o processo da modernidade. Dentro dessa conjectura de criação da imagem de periculosidade dos pobres da Cidade da Parahyba, independentemente de que os mesmos trabalhassem ou se mendicassem, criavam-se uma série de estratégias assistencialistas que reforçavam e justificavam o distanciamento dos mesmos das localidades mais urbanizadas e frequentadas pelas elites. Na época, não havia distinção

entre trabalhadores com baixa remuneração, dos casos do trabalho por troca de comida e abrigo. Estavam todos no mesmo rol, mendigos¹⁰, prostitutas, ladrões todos eram pobres.

A modernização da Cidade da Parahyba contou com o afastamento dos pobres das áreas que estavam sendo urbanizadas e embelezadas. Para tanto, eram necessárias áreas mais distantes da Cidade Baixa e da Cidade Alta (casco original da cidade e que atualmente compõe o centro urbano). Assim, os pobres eram direcionados para residir em áreas mais afastadas e sem infraestrutura básica. Dentre essas áreas, destacamos Jaguaribe. Muitos pobres foram habitar nesse grande sítio que foi loteado e ocupado na primeira metade do século XX.

O sítio de Jaguaribe, em sua origem, era território da tribo indígena potiguara que, depois, passou a ser de domínio português. Nesse momento, teve suas terras administradas pela política fundiária do regime de sesmaria. Jaguaribe caracterizava-se por ser uma sesmaria sem ocupação e uso da área administrada por um único senhor, o sesmeiro Senhor José Henriques e sua esposa Dona Anna Joaquina de São José Henriques. Com a morte de Dona Anna, as terras foram divididas entre seu marido e filhos¹¹ (NASCIMENTO, 2013).

De acordo com Nascimento (2013), após o falecimento de Dona Anna, seus herdeiros, em acordo, decidiram doar parte das terras para Santa Casa de Misericórdia e dar a concessão de uso e ocupação de algumas áreas, transformando-as em sítios. Assegura Chagas (2004), o papel da Santa Casa de Misericórdia e dos padres franciscanos no processo de ocupação de Jaguaribe, pois ambos receberam doações de terras do sítio Jaguaribe. E outra área de Jaguaribe foi loteada via iniciativa privada, com negociação dos lotes para habitação.

A ocupação do loteamento atendia ao objetivo do Estado e também da elite local, de alojar os mendigos e migrantes provenientes do interior no novo loteamento.

Na ocupação de Jaguaribe, ação dos Henriques foi relevante, sobretudo quando, além das alocações e doações realizadas aos religiosos, passaram a vender parte das terras. Nos primeiros anos do século XX, o Major João Lourenço de Maria e Mello e sua esposa D.

¹⁰ As pessoas encontradas perambulando pelas ruas sem moradia fixa eram presas e obrigadas a trabalhar na pavimentação da cidade, essa prática permaneceu até a década de 1930.

¹¹ Manoel Tertuliano Tomaz Henriques, Maria da Conceição Henriques, Maria Lúcia Bandeira Henriques e Rosa Maria dos Prazeres Henriques.

Maria Rosa de Carvalho e Mello declaram ser proprietários de terreno em Jaguaribe, adquirido mediante compra a Maria Lucia Bandeira Henriques. A área adquirida por esse casal foi dividida em lotes e aforada a trabalhadores; além disso, nela foram alocados alguns pobres que viviam sob a proteção desse senhor e sua esposa. (CHAGAS, 2004, p. 223).

No século XX, o Subúrbio de Jaguaribe recebeu grande número de pessoas do interior do estado da Parahyba, sendo o local ocupado, predominantemente, por pobres provenientes das diversas localidades do estado ou da capital paraibana. Os migrantes trouxeram suas práticas cotidianas, como a criação de animais e a plantação do roçado.

Boa parte da alimentação dessa população pobre era extraída das matas, dos rios (caranguejo e peixe), das pequenas lavouras cultivadas em fundo de quintal, lugares onde se plantava os cereais e tubérculos que constituía a alimentação básica da época: milho feijão e mandioca. (DINIZ, 2004, p. 173).

A escolha da localidade para habitações dos pobres não aconteceu de maneira aleatória, essa distância agradava as elites do período. O distanciamento espacial é uma das alternativas encontrada pela elite, para que, convivência com os pobres fosse possível dentro desse processo de urbanização da cidade.

Com o objetivo de afastá-los das principais artérias da Cidade da Parahyba, pois os mesmos “enfeavam” a cidade e não tinham práticas sociais condizentes, com o que a elite julgava como civilizado, urbano e moderno. (NASCIMENTO, 2013, p. 144).

De acordo com Chagas (2004), o Subúrbio Jaguaribe ficou também conhecido pelo assistencialismo aos pobres, cuja finalidade era a manutenção da ordem e da disciplina. A Santa Casa de Misericórdia alocou em pequenos lotes de terra para os pobres – operários das fábricas, trabalhadores do comércio e domésticas – mediante o pagamento de taxas. Homens e mulheres que circulavam e viviam nas ruas principais da Cidade Alta e Cidade Baixa, foram induzidos por meio dessa concessão dos lotes para habitarem no Subúrbio Jaguaribe, pois, caso contrário, seriam encaminhados para “Cadeia Pública ou para o asilo de mendicidade” (CHAGAS, 2004, p.224).

Localidades reconhecidamente de habitação para pobres, como o Subúrbio Jaguaribe, não tinham infraestrutura alguma, a população do local vivia em habitações insalubres, era um verdadeiro depósito humano. As famílias mais pobres construíram suas casas de taipas e cobertas de palhas.

De acordo com o Código de Postura as residências deviam ser construídas de tijolos e cobertas de telhas, as casas deviam ter janelas na frente e também nas laterais para a circulação do nos ambientes, assim impendiam a contaminação por vírus ou bactérias pela via respiratória. A partir dos anos de 1920, foi proibida a construção de casas de palha na Cidade da Parahyba. As habitações para os pobres eram chamadas de casebre, cortiços e mocambos. (CHAGAS, 2004).

As famílias residentes no Subúrbio Jaguaribe, em sua maioria, encontravam trabalho na Cidade Baixa e na Cidade Alta, no entanto, as crianças e jovens recebiam uma educação adequada à sua classe social no próprio subúrbio de acordo com os interesses da elite.

Destacavam-se, na localidade, duas grandes instituições educativas: o Orphanato D. Ulrico e o Instituto São José. O processo de internamento ou enclausuramento das crianças fez parte da educação do período para a população pobre, pois, consideravam a família como incapaz de exercer o pátrio poder; com isso, tinham a transferência da educação das crianças para instituições de assistencialismo responsáveis por designar a educação e os destinos das crianças e jovens.

2.2 O papel das Instituições Educativas na modernização da Cidade da Parahyba: higienizar, educar e civilizar

Nas primeiras décadas do século XX a Cidade da Parahyba passou por várias transformações com as ações do poder público no sentido de modernizar e urbanizar o espaço, compondo esse cenário destacam-se as instituições educacionais.

Nos finais do século XIX, o Brasil deixou o regime monárquico para ser republicano com o nome de Estados Unidos do *Brazil*. Utilizou-se, dentre outras medidas, a criação de prédios públicos suntuosos como representações de mando e poder; muitas capitais brasileiras ganharam importância dentro da reconfiguração do território nacional.

De acordo com Kulesza (2006), com o início do período republicano no Brasil, a Igreja Católica retomou sua posição de comando na educação das elites paraibanas com seus inúmeros colégios e na criação de crianças, cujos pais eram desprovidos de recursos financeiros. Podemos citar o Orphanato D. Ulrico, construído em 1922 com a finalidade de educar as órfãs e/ou meninas pobres pelas Irmãs Pobres Catarina de Sena. Antes mesmo da construção do citado Orphanato, outras instituições educativas

dirigidas pela Igreja Católica já funcionavam, dentre elas: o Seminário Paraibano de 1892, para a formação de eclesiásticos; o Colégio Diocesano para a formação secundarista dos jovens paraibanos; e em 1893, o Colégio Nossa Senhora das Neves,¹² sob os cuidados das Damas do Coração Eucarístico passou a funcionar destinado a educação das meninas.

Conforme Kulesza (2006), o poder público, ausente ou pouco participativo na educação das crianças e jovens provenientes de famílias pobres, deixa lugar para a ação da Igreja Católica, que atuou no ensino das primeiras letras e da formação de algum ofício dos pobres para o trabalho.

Portanto, frisamos que a Igreja Católica promoveu a educação tanto da elite quanto dos pobres na Cidade da Parahyba, com a finalidade de recuperar seu espaço perdido, após as reformas pombalinas, contudo, com diferentes propostas educativas como é apresentado no decorrer dessa dissertação.

Nesse momento os chefes religiosos católicos da Cidade da Parahyba consolidavam suas influências entre os diversos setores da sociedade, além da educação estenderam seus domínios na política, economia e na cultura.

[...] até maio de 1918, constata-se que 103 seminaristas foram ordenados padres, sendo que seis deles foram sagrados bispos. Foi pela utilização desses quadros que a Igreja disputou com a elite intelectual os espaços de atuação política no Estado, recuperando assim o poder político momentaneamente abalado por um republicanismo, senão ateu, ao menos laico. (KULESKA, 2006, p. 90).

A historiografia paraibana fortalece a perspectiva que aponta as instituições educativas como responsáveis por educar e disciplinar ricos e pobres, cujo objetivo era a constituição de uma sociedade considerada-moderna, tornando-se cidadãos de um espaço urbano pautado nas ideias progressistas. Logo, a cidade passou a ser uma vitrine ou mesmo um símbolo de um Estado Republicano composto pela heterogeneidade de grupos que o definiam.

O processo de modernização da sociedade brasileira, nas décadas de 1920 e 1930, principalmente nos espaços urbanos possibilitou a elaboração de projetos que incorporaram a modernidade à estrutura educacional. (PINHEIRO, 2002, p.148).

¹² Em 1906, o Colégio Nossa Senhora das Neves mudou de direção que foi assumida pela ordem Religiosas da Sagrada Família. (KULESZA, 2006).

Segundo Pinheiro (2002), na década de 1920, foram intensos os debates sobre a constituição de uma sociedade moderna no Brasil, tendo como palco as cidades com articulação da modernidade à estrutura educacional. Destacamos o processo de urbanização e modernização de formas diferenciadas nas cidades brasileiras.

Nas décadas de 1910 a 1930, as elites paraibanas almejavam a urbanização da Cidade da Parahyba. Para que tal objetivo fosse cumprido, seria preciso focar na defesa da tríade: sanear, embelezar e iluminar. A cidade ainda apresentava as características do período colonial, com ruas estreitas, iluminação escassa e esgotos precários. Urbanizar e modernizar eram questões cruciais para uma parte dos moradores da capital paraibana.

[...] produz-se, então, uma política de intervenção urbana e social com objetivo de emancipar a cidade e seus moradores do jugo da natureza. (MONARCHA, 1999 apud CARDOSO, 2010, p. 30).

Todavia, as propostas de mudanças não se restringiam apenas à forma da cidade, isto é, arruamento e delineamento das ruas e lotes, embelezamento das fachadas das edificações, de construções de prédios públicos, salubridade das áreas públicas, abertura de avenidas, mas também, tratavam do próprio cotidiano com transformação dos comportamentos, hábitos e costumes.

As cidades precisavam mostrar a imponência do Estado republicano a partir da ordem, higiene, civilização e modernidade. Para isso, os espaços públicos, tais como os jardins, as praças, as principais ruas, as avenidas, os prédios administrativos e as edificações escolares precisavam representar essa modernização e civilização apregoadas, rompendo assim com o passado do Brasil Império (NASCIMENTO, 2010). Entender essas mudanças foi fundamental para ajudar-nos a contar a história da idealização e criação do Orphanato D. Ulrico.

Destarte, o discurso da modernização e civilização impôs, com esse processo, uma nova forma de pensar a sociedade brasileira. As instituições educativas foram consideradas essenciais para garantir a efetividade da mudança; dessa forma, passaram por reestruturações administrativa e pedagógica.

Os homens e mulheres ‘modernos’ deveriam estar preparados para acompanhar o processo de modernização e atender às necessidades objetivas impostas por esse novo momento histórico na capital e nas cidades do interior do estado paraibano. (PINHEIRO, 2002, p.148).

De acordo com Pinheiro (2002), as instituições educativas públicas passaram a ser vistas como um palco para políticos exercerem suas influências e poder perante à opinião pública. Seus nomes seriam incorporados às edificações majestosas construídas

no início do século XX. Consequentemente, a construção de edificações das instituições educativas públicas marcou a modernização e embelezariam a cidade.

As ideias difundidas pelo movimento higienista promoveram a higienização da estrutura física dos prédios públicos, das edificações e das ruas principais da cidade.

[...] se intensificam as noções de higienismo, que visam melhorias na estrutura da cidade, tem a função de embelezá-la, dotando-a de um aspecto moderno, como iluminação, ventilação e higiene adequada às funções a que são destinadas [...]. (CARDOSO, 2010, p.27).

Cardoso (2010) destacou que as instituições educativas tiveram seus prédios reformados para se adequar às normas higienistas. Dentre elas, citou o prédio da Escola Normal e o prédio do Liceu Paraibano.

A reestruturação que acontecia nas instituições educativas fazia parte de um movimento que englobava toda a capital paraibana e tinha como objetivo a concretização do “[...] projeto nacional de modernização e progresso, advindos com a república.” (BARRETO, 2010, p. 65).

As estruturas físicas e os currículos passaram por modificações para agregar os novos valores de parte da sociedade da época. As instituições educativas, conforme apontou Pinheiro (2002) se encontravam em edifícios “[...] suntuosos e marcavam a nova feição urbana que estava em pleno processo de mudanças e serviram, por conseguinte, para embelezar a cidade e trazer o ar da modernidade”. (PINHEIRO, 2002).

As reformas visualizadas no campo pedagógico e comportamental dos sujeitos que compunham o ambiente educativo puderam também ser observadas nas edificações das instituições educativas do século XX, que passaram por normas rígidas seguindo um padrão pré-estabelecido dentro dos critérios da higiene escolar.

Pinheiro (2002) tratou dessa nova concepção arquitetônica ao mencionar a edificação dos primeiros grupos escolares “[...] alocados em suntuosas edificações adaptadas ou construídas em bairros de elite ou nos centros das cidades.” (PINHEIRO, 2002, p.140). Essa nova concepção arquitetônica era parte integrante do projeto nacional de modernização e progresso que o estado da Paraíba tanto almejava.

Utilidade e embelezamento definiam o lugar da escola na cidade e associava a escola aos símbolos de ‘civilização e progresso’, confirmando a influência do higienismo no projeto de modernização nacional. (BARRETO, 2010, p.68).

As edificações dessas instituições educativas possuíam características próprias do processo de modernização, contando com majestosos desenhos arquitetônicos, recuo frontal e lateral, portas e janelas bem largas, o que proporcionava uma maior circulação do ar e áreas bem arborizadas.

De acordo Barreto (2010), o movimento higienista tornou-se mais ativo, inclusive, compreendendo as instituições educativas como ambientes de promoção de civilidade das crianças. Assim, era preciso que os responsáveis em instruir a população introduzissem no cotidiano escolar “[...] os princípios doutrinários da higiene tanto no aspecto pedagógico para a formação sanitária e moral da população”. (BARRETO, 2010, p. 59).

O movimento higienista esteve presente durante todo o processo de modernização da capital paraibana, incluindo sua concepção pedagógica. Provocou diversas mudanças nas formas de aprender e ensinar e nas relações interpessoais estabelecidas nas instituições educativas. Promoveu uma reestruturação na forma de se organizar o cotidiano das instituições educativas tanto para o currículo, material didático, controle dos alunos, como também dos docentes e demais profissionais.

As proposições contidas nas iniciativas das reformas, em linhas gerais, orientavam a organização escolar quanto aos métodos de ensino; currículos e disciplinas escolares; livros e manuais didáticos; classificação de alunos; tempo escolar; controle da saúde e do comportamento de alunos; estrutura e mobiliários dos prédios escolares. (BARRETO, 2010, p.63).

Para Barreto (2010), nos anos iniciais, a higiene passou a ser lecionada como um dos conteúdos a serem ministrados pelos professores. Posteriormente, ganhou *status* de disciplina, e foi agregada como saber pedagógico em níveis primário ou secundário do ensino.

A estrutura curricular dos ensinos primários e secundários incorpora a educação higiênica tanto como parte do conteúdo de outras disciplinas escolares, tais como as disciplinas de formação pedagógicas. (BARRETO, 2010, p.68).

Novas concepções pedagógicas foram inseridas na estrutura curricular que absorveram os modelos propostos para a construção de uma sociedade moderna. Foram elaborados projetos educacionais com foco na formação dos jovens cidadãos, que deveriam ter hábitos higiênicos, visando o progresso da cidade, e, por conseguinte, do estado.

[...] a escola é considerada pelos administradores e pela sociedade como indispensável para que o cidadão se tornasse um ser moderno,

seria a instituição que livraria a sociedade de seus costumes arcaicos, tornando-se então um dos requisitos básicos e condição indispensável para que o cidadão se tornasse um ser moderno. (ROCHA, 2005, p. 5611).

As instituições educativas fizeram um duplo movimento para a preparação dos jovens cidadãos: conteúdos e ideologias com a finalidade da aceitação das diretrizes e disciplina impostas. Toda essa discussão sobre os processos de mudanças do higienizar, educar, civilizar, embelezar e urbanizar, pelo qual passou a capital paraibana, influenciou a criação e manutenção do Orphanato D. Ulrico.

2.3 Apontamentos acerca do processo de criação do Orphanato D. Ulrico

Segundo Saviani (2007), uma instituição surge como uma estrutura material destinada a atender necessidades permanentes da sociedade. A Instituição Educativa que analisamos, de acordo com Chagas (2004), teve como principal propósito evitar a mendicância de meninas. Conforme o discurso da elite, se as meninas não fossem abrigadas ficariam nas ruas na condição de pedintes, desestabilizando a representação de uma sociedade tida como civilizada.

De acordo com Monteiro (1972), a ideia para criação do Orphanato D. Ulrico, para meninas, surgiu em 1913, e teve como idealizador o Desembargador Heráclito Cavalcanti, com apoio do governo do estado, de representantes da política local, comerciantes e industriais, dentre outros.

Pessoas de diferentes profissões tipicamente urbanas e de acesso limitado às elites contribuíram para a fundação do citado orfanato.

Para fundar o orfanato reuniu o Desembargador Heráclito em sua própria residência o que de melhor havia na sociedade paraibana – magistrados, médicos, advogados, engenheiros, comerciantes, industriais, professores sem distinção de credos políticos, expos-lhes as suas idéias e jamais deixou de contar com todo o apoio de tão generoso auxiliares. (MONTEIRO, 1972. p. 32).

De acordo com Castro (1950), no ano 1912, o Orphanato D. Ulrico foi desmembrado do Instituto de Assistência e Proteção à Infância que, no referido ano, estava sendo dirigida por Gaspar Lefèvre. Com a separação das duas instituições, o Orphanato D. Ulrico, em 1913, passou a ser administrado por Heráclito Cavalcanti. A partir desse ano, procedeu-se a arrecadação de donativos, feita por membros das elites paraibana, em prol da construção do edifício do Orphanato D. Ulrico.

A nossa primeira reunião para assentar as bases da propaganda colimando crear um abrigo para orphandade desvalida teve lugar no dia 2 de março do anno de 1913, no Mosteiro de S. Bento, e no dia 14 sahia pelas ruas da capital o primeiro bando precatório, despertando em uns enthusiasmo e em outros talvez certa descrença por tentativas outras frustradas, mas apezar disso o acolhimento recebido sobrepujava a falta de fé e era promissor para a victoria da campanha encetada. (*A IMPRENSA*, 1922, p.1).

Nos anos de 1913 a 1922, deu-se a construção do edifício e a compra do imobiliário para a citada instituição. Vários foram os membros das elites paraibanas que contribuíram para a construção e manutenção do Orphanato D. Ulrico. Para a identificação desses personagens, fizemos uso do jornal *A Imprensa* (1913-1928), do Estatuto da Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico, das atas da referida Comissão e das fichas de matrículas das internas que foram servir na casa desses sócios.

Segundo Monteiro (1972), em 1913, foi instituída a Comissão Permanente e Protetora do Orphanato D. Ulrico, atuante na referida construção, exercendo um papel de liderança na arrecadação de donativos.

Era composta por um presidente, por um primeiro e segundo vice-presidentes, um primeiro e segundo secretários e um tesoureiro, respectivamente, Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro, Maria do Carmo Inojosa Varejão, João Suassuna, Catharina Moura, Adelaide de Figueiredo e Manoel José da Cunha. A mesa diretora composta por presidente, vice-presidentes, primeiro e segundo secretários e tesoureiro tinham um mandato com duração de três anos com possibilidade de renovação (ESTATUTO, 1913).

O Estatuto da Comissão foi composto de quatro capítulos e dezenove artigos. Os capítulos consistem na seguinte estrutura: da associação em geral; da diretoria; dos direitos e deveres da comissão e disposições gerais. Um dos objetivos principais da Comissão, de acordo com o Estatuto aprovado em 1913, em seu artigo 2º, era:

A comissão permanente terá por fim angariar donativos e elementos por todos os meios que uma propaganda bem orientada puder empregar, não cessando a sua missão com a fundação do Orphanato, mas continuando, como protectora, após e mesma fundação. (CIDADE DA PARAHYBA, 1913. Estatuto da Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico em 1913, p.13).

Assim, iniciou-se a busca de donativos com a finalidade de angariar recursos para a construção do Orphanato. Houve várias atividades de organização de eventos, dentre eles destacava-se as quermesses, o leilão de prendas, as festas de Nossa Senhora das Neves, as festas das Aves, as festas das Árvores e bandos precatórios desfile em que as pessoas se propunham a pedir donativos, entre outras atividades. (MONTEIRO, 1972).

Na Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico, criada em 1913, tivemos a presença feminina da professora Catharina Moura,¹³ Maria do Carmo Inojosa Varejão e Adelaide de Figueiredo.

São sócios beneméritos desta instituição por serviços prestados e donativos valiosos, conforme os estatutos, os Drs. João Pereira de Castro, Francisco Cammillo de Hollanda; Madame Cammillo de Hollanda, Dr. Epitácio Pessoa, Simões, D. Adaucto Aurelio de Miranda Henriques, Dr. J. Maximiliano de Figueiredo, José Araujo Braga e Marieta de Inojosa Varejão. (CIDADE DA PARAHYBA. 1922. Relatório apresentando em Assembleia Geral do Orphanato D. Ulrico..., em 1922).

A professora Catharina Moura com consistente formação acadêmica, iniciada na Escola Normal Oficial, continuou seus estudos no Lyceu Paraibano e, posteriormente, na Faculdade de Direito de Recife. A mesma atuou como advogada e professora da Escola Normal da Cidade da Parahyba. Lecionou as cadeiras de português, desenho, francês e história da civilização. Acreditava na educação, como uma questão *sine qua non* para a emancipação das mulheres nesse processo de formação humana. Isso explica sua presença na primeira Comissão do Orphanato.

As outras duas mulheres que faziam parte da primeira comissão eram professoras da Escola Normal: Maria do Carmo Inojosa Varejão e Adelaide de Figueiredo, personagens da sociedade paraibana do início do século XX. Segundo Xavier (2015, p.120):

[...] elas serão sempre portadoras de qualidades nobres. Acreditava-se que as professoras que seja devido ao motivo de que o magistério, mesmo sendo uma profissão aceita pelos padrões sociais, não era para as mulheres de origem burguesa, mas sim para aquelas empobrecidas da burguesia ou oriundas das camadas médias. Mesmo assim, a função de professora aparece no mapa mental com única atividade pública remunerada possível as mulheres.

Havia duas formas de se tornar sócio do Orphanato D. Ulrico: por doações significativas ou por prestar serviços. Nas “Atas das Reuniões da Comissão Protetora e

¹³ Ver o livro “Catharina Moura e o feminismo na Parahyba do Norte”

Permanente do Orphanato D. Ulrico” foram diversos senhores e senhoras que atuaram nos eventos para angariar recursos. A organização de quermesses, festas no Jardim Público, festas infantis, concerto musical, festas das aves, festas árvores. As mesmas eram organizadas por comissões de recepção, decorações, comida e bar.

Nas fontes consultadas, não detectamos relatos da presença de pessoas pobres fazendo parte das comissões, embora tenham trabalhado nos bastidores dos eventos. Muitas das atividades eram feitas nas casas e, depois, levadas para os barracões das festas, como exemplo, as comidas e bebidas que eram feitas pelas domésticas nas casas das mulheres representantes da elite e vendidas nos pavilhões das festas pelas senhoritas, jovens da elite. Essa era uma forma de exposição social muito utilizada no início do século XX.

Nessas atividades, consistiam os eventos sociais em que membros da elite figuravam como grandes benfeitores dos mais pobres e, conseqüentemente, apareciam nos periódicos mais importantes da época.

O Colégio Nossa Senhora das Neves organizou eventos em benefício do Orphanato. O evento aconteceu no Centro de Catecismo N. Senhora das Neves em que foram apresentadas peças teatrais e musicais, tudo sob a vigilância das religiosas. Estes eram um dos raros momentos que as alunas do Colégio Nossa Senhora das Neves e algumas mulheres convidadas para os eventos atuavam em área não específica das questões domésticas.

Será interpretado o seguinte programma, caprichosamente ensaiado: << o ensaio do drama>>, comedia em 1 acto; <<Acto de Variedade>> - << Saudacção à Bandeira Nacional>>, << Cae a Chuva>>, Canção sertaneja, << Crença da Cruz>> modinha sacra e << Coração de Mãe>> Valsa; << Joãozinho e Margarida>> Opereta infantil em 3 actos; Apotheose da N. Senhora das Neves então à << Prece>> da Orphasinha. (*A Imprensa*, 08/09/1920, p. 2).

O evento ápice da arrecadação para o Orphanato D. Ulrico era a Festa de N. Senhora das Neves que acontecia todos os anos, entre os dias 26 de julho a 5 de agosto. A Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico se organizava com antecedência para a festa. A primeira Festa de Nossa Senhora das Neves organizada pela comissão foi em 1913. Os sócios divergiram, inicialmente, sobre o local para instalação do barracão do Orphanato D. Ulrico para a venda de bebidas, charutos, salgados e doces.

As opções sobre o local eram a Rua General Osório que foi rejeitada, pois, de acordo com os sócios beneméritos, o local era frequentado pela classe pobre e, devido a

isto, seria difícil a presença das elites. Então foi sugerido outro local, o barracão ficou instalado “[...] em frente do beco da companhia do Mosteiro de São Bento”. (CIDADE DA PARAHYBA, 1913. Ata da Comissão Protetora do Orphanato D. Ulrico... 17/05/1913).

Era uma preocupação constante da elite da Cidade da Parahyba de se manter separada dos pobres, o que manteve a população pobre fora do convívio das áreas urbanizadas, pois os pobres não deveriam ser vistos por perto. A construção do Orphanato D. Ulrico, bem como a edificação de outras instituições tinha como uma das finalidades retirar das ruas, os pobres. Os pobres poderiam conviver com as elites, só em situações em que estivessem a serviço das mesmas.

Desde 1913, em todas as Festas de Nossa Senhora das Neves erguia-se o Pavilhão do Orphanato D. Ulrico.

A Festa das Neves era erguido o Pavilhão do Orfanato D. Ulrico, durante anos seguidos, aonde eram servidos doces, salgados e bebidas finas a toda sociedade paraibana que lá ocorria para deixar alguns donativos, As garçonetes que serviam as mesinhas [...] eram moças da sociedade de então. (MONTEIRO, 1972, p.06).

Na figura 4 podemos ver o pavilhão organizado pelo Orphanato D. Ulrico. Na imagem, aparece algumas jovens garçonetes, as religiosas Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena e o Diretor do Orphanato, o Desembargador Heráclito Cavalcanti.

As garçonetes presente eram moças solteiras das elites, esperando começar as festas para servirem as bebidas e salgados aos convidados. A presença das religiosas garantiam a respeitabilidade das moças.

Figura 4: Pavilhão do Orphanato D. Ulrico durante a Festa de N. S. das Neves



Fonte: Acervo do Grupo de Estudos Urbanos, UFPB.

Durante a Festa de Nossa Senhora das Neves, outras instituições de caridade montavam seus barracões ou pavilhões com o intuito de arrecadar donativos, mas também, para exposição das famílias de prestígio da elite noticiadas em revistas ou jornais. Aparecem nas imagens (Figura 5 e 6) notícias das moças da elite nos pavilhões da Policlínica Infantil e do Asylo de Mendicidade na Festa de N. S. das Neves da Cidade da Parahyba.

Figura 5: Pavilhão da Polyclínica Infantil durante a Festa de N.S. das Neves



Fonte: Acervo do Grupo de Estudos Urbanos, UFPB.

Figura 6: As garçonnetes do pavilhão do Asylo de Mendicidade



Fonte: Acervo do Grupo de Estudos Urbanos, UFPB.

Buscamos, na medida do possível, demonstrar a atuação da elite na criação e fundação do Orphanato D. Ulrico, como também de outras instituições destinadas à caridade. Portanto, revela-se uma circulação de ideias sobre a atuação da elite com a presença dos pobres na cidade. No entanto, permanecem algumas lacunas referentes à participação da população pobre na criação do Orphanato D. Ulrico.

Com o arrecadado durante o período de nove anos, de 1913 a 1922, nos eventos sociais foi edificado o Orphanato D. Ulrico (Figura 7), situado no final da Avenida João Machado, no Subúrbio Jaguaribe, na Cidade da Parahyba.

Figura 7: Prédio do Orphanato D. Ulrico, 1922.



Fonte: Acervo do Grupo de Estudos Urbanos, UFPB.

Em 1922, o trecho da avenida não era calçado e tinha poucas habitações. A Avenida João Machado era uma via de ligação do Subúrbio Jaguaribe com a Cidade Alta e a Cidade Baixa, localidades mais urbanizadas da Cidade da Parahyba.

De acordo com Nascimento (2013), a referida avenida foi aberta de 1910 a 1912 e teve papel importante no processo de modernização e expansão urbana, pois passou a ligar o sítio de Jaguaribe com a área mais central e urbanizada.

Tinha 22 metros de largura e 1.35 metros de extensão, partia da Estrada dos Macacos, atravessava a estrada de Jaguaribe e Rua da Palmeira e terminava na Rua das Trincheiras, na altura da Igreja do Bom Jesus. Sua abertura sinalizou um marco no processo de modernização da Cidade, e em seu percurso edificaram-se moradias das classes mais abastadas construídas em lotes de dimensões maiores do que do casco original da cidade, com recuo lateral e frontal e jardins. (NASCIMENTO, 2013, p. 83)

A citada avenida passou a ser disputada por engenheiros que visualizavam nela um espaço para deixar expressos seus trabalhos arquitetônicos. Além disso, as elites da Parahyba consideravam necessário diferenciar o lugar de ricos e pobres. Apesar do Orphanato D. Ulrico ser uma instituição para meninas pobres, foi visto como símbolo de modernização, civilização e instrução. Lugar de abrigo e instrução para as futuras domésticas dos lares da elite.

O terreno para a construção do Orphanato foi doado para Comissão Protetora e Permanente do Orphanato D. Ulrico, pelo governo do estado durante a gestão de Castro

Pinto (1912-1915). A construção teve início em 04 de abril de 1916. Heráclito Cavalcanti afirmou, no relatório de 1922, que as dificuldades durante os nove anos da edificação do prédio foram muitas, mas, sempre que precisou, obteve colaboração para o andamento da obra e assegurou ter sempre o respaldo do governo da Parahyba do Norte e de outras pessoas.

Dr. João Pereira de Castro Pinto, requeri e obtive a cessão dos terrenos onde se acha situado o prédio e a chácara do Orphanato, tendo – 140 metros por 200 – de fundo, accrescidos ainda, a requerimento meu, por mais 72 metros de frente e de mais 200 metros de comprimento em toda sua extensão perfazendo uma área de – metros quadrados – 64.800 -, cuja a frente murada assim como a parte lateral, achando-se o restante limitado por cerca de arame. (MONTEIRO, 1972, p. 21).

Considerando que as dificuldades encontradas foram contornadas, citou o caso dos operários que trabalhavam na construção que por, seis meses, em vez dos salários, estavam recebendo apenas a “mercearia” custeada pelo diretor-presidente do Orphanato. Na documentação sobre a Instituição, em nenhum momento se menciona o pagamento do salário dos pedreiros, apenas se enaltece a atitude do diretor.

O prédio do Orphanato D. Ulrico teve sua planta elaborada por Raul Eloy dos Santos, engenheiro civil residente no Rio de Janeiro que realizou o trabalho de maneira gratuita como doação a citada instituição. A obra do prédio foi executada pelo engenheiro Matheus de Oliveira. Este senhor fez parte das comissões de organização de eventos, a fim de angariar recursos para a Instituição. No entanto, não ficou até o final da obra, rompendo o contrato de trabalho, passando a obra a ser inspecionada por Heráclito Cavalcanti. (MONTEIRO, 1972).

Nos anos de 1913 a 1922, temos a construção do edifício e a compra do imobiliário para a citada Instituição. Heráclito Cavalcanti ficou responsável diretamente pelo estabelecimento de 1913 a 1930 e, por questões políticas não muito claras, deixa o comando do Orphanato. A Instituição Educativa esteve presente no cenário educacional paraibano até o ano de 2010. Seu surgimento pode ser considerado resultado da modernização da cidade, visível pela grandiosidade arquitetônica do Orphanato. Até hoje o passante se espanta com o tamanho do prédio.

2.4 O Orphanato D. Ulrico: descrição e impressões do ambiente educacional

A construção do prédio do Orphanato D. Ulrico, assim como de outras instituições de cunho educativo, foi para atender às novas concepções que se almejava da cidade e de cidadãos imbuídos de um desejo modernização dos espaços urbanos. A Instituição Educativa esteve presente no cenário educacional paraibano até o ano de 2010.

Em pesquisa *in loco*, recebemos muitas informações desconstruídas dos funcionários da Escola Municipal Analice Caldas referentes ao acervo documental do Orphanato D. Ulrico, em conversa informal, obtivemos a informação que a atual diretora da instituição fez parte das Irmãs Pobres Santa Catarina de Sena. Além disso, na década de 1990, após um desentendimento das religiosas com a Diretoria Administrativa do Orphanato, elas tiveram que deixar a Instituição.

O Orphanato D. Ulrico deixou de funcionar em 2010, com isso, o seu prédio foi alugado à Escola Municipal Analice Caldas e, atualmente, funciona o Sesc Educação. O prédio do Orphanato D. Ulrico conserva a mesma estrutura física da arquitetura da edificação que foi inaugurada em 1922. Portanto, com o registro fotográfico atual do Orphanato D. Ulrico, é possível visualizar muito da origem da edificação inaugurada no ano de 1922.

Figura 8: Frente do Orphanato D. Ulrico- junho de 2011



Fonte: Arquivo da própria autora

A composição física do Orphanato contou com compartimentos em que se priorizou por um ambiente com maior iluminação e circulação do ar. Janelas e portas bem amplas. A porta central do térreo dá acesso a uma sala imensa que antes possuía uma grande mesa na qual as internas tinham aula de costura e bordados.

Na figura 9, temos uma parte da fachada do prédio com várias janelas amplas para propiciar a circulação e renovação do ar com a questão da não proliferação de doenças. Conforme Cardoso (2007), as construções privadas e públicas “inserção de janelas que propiciem uma renovação constante do ar e a disposição, sem tirar a harmonia do estilo *neo-dórico*” (p.190).

Figura 9: Fachada do prédio principal do Orphanato D. Ulrico



Fonte: Arquivo da própria autora

O anexo do prédio principal era o ambiente em que funcionava o Patronato, em 1936. Nesse anexo, encontramos alguns objetos antigos, dentre eles: uma foto de Damásio da Franca um dos diretores do Orphanato e prêmios recebidos pelo coral das meninas.

Figura10: Patronato - junho de 2011



Fonte: Arquivo da própria autora.

O Orphanato D. Ulrico inaugurou o prédio do Patronato no ano de 1936. O Patronato era o local de abrigo para as internas jovens que completavam 21 anos de idade e não tinham lugar para residir. A leitura das fichas de matrículas das internas do período de 1922 a 1929 revela que o Patronato não foi um local permanente, pois antes de as internas completarem 21 anos, já eram encaminhadas para trabalharem em residências, pelas Irmãs Pobres Santa Catarina de Sena.

As meninas que atingiam os 21 anos e não conseguiam trabalho ou uma residência para morar eram encaminhadas ao Patronato para trabalhar com costuras e bordados e recebiam 1/3 por peça. As moças trocavam, entre si, alguns alimentos da refeição em troca de linha, para assim garantir algum lucro nas peças encomendadas por fora. Essas trocas eram realizadas entre as próprias moças do patronato.

Mas, o seu objetivo ainda não está preenchido. As órfãs completando a maioria têm de ceder lugar a outras. Estão educadas, prontas para enfrentar a vida, cada qual na especialidade que aprendeu. Trabalham primorosamente em prendas domésticas. Não têm mãos a medir as encomendas de enxovais de noivas que o Orphanato recebe das principais famílias do Estado e de fora. É preciso construir um anexo para as que não encontram colocação ou não quiserem deixar o estabelecimento. (MONTEIRO, 1972, p.30)

Próximo ao Patronato, funcionava um consultório dentário. O ambiente ainda tinha muitos objetos antigos. Lá encontramos alguns objetos do período em que, no prédio, ainda funcionava o Orphanato D. Ulrico (figura 11).

Figura 11: Objetos do Orphanato D. Ulrico - junho de 2011

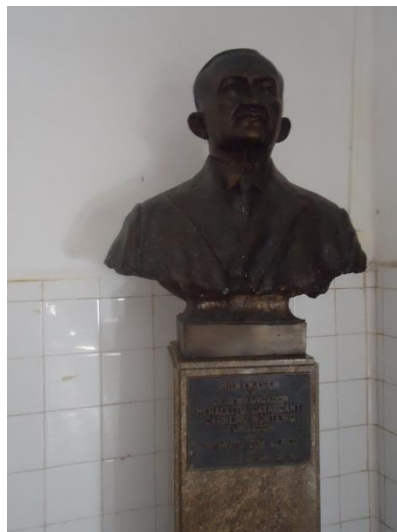


Fonte: Arquivos da própria autora.

Desde a fundação o Orphanato, tinha-se muito cuidado com a saúde das internas, vacinas e também cuidado com piolhos. Essa questão com a higiene foi algo que influenciou a própria estrutura arquitetônica da Instituição.

No prédio principal encontramos um salão onde se encontra o busto do Fundador do Orphanato D. Ulrico, do Desembargador Heráclito de Cavalcanti, em homenagem aos cinquenta anos do Orphanato comemorados em 1972.

Figura 12: Busto do Heráclito Cavalcanti - junho de 2011



Fonte: Arquivo da própria autora

Durante o funcionamento do Orphanato a área do térrea tinha uma segunda sala, a qual era um local de convivência para as moças contendo um pequeno santuário com imagens de Nossa Senhora e de Jesus.

As internas não dormiam em quartos individuais, mas sim, em quartos coletivos, que eram amplos e com mais de 20 camas. Cada dormitório ficava sob a vigilância de uma das religiosas da congregação, cuja cama ficava cercada por uma cortina, permitindo certa privacidade e visualização de todo o ambiente. As internas eram distribuídas pelos dormitórios de acordo com o tamanho: as “pequenas, medinhas, médias e as grandes”, esses eram os termos usados para distingui-las.

A cozinha, dependência onde eram preparadas as refeições, ainda possui a mobília, equipamentos e utensílios da época do funcionamento do Orphanato.

Figura13: Cozinha e refeitório do Orphanato - junho de 2011



Fonte: Arquivo da própria autora

As internas aprendiam as prendas domésticas fazendo as atividades cotidianas na Instituição. Essas atividades eram realizadas por equipes formadas por meninas, agrupadas de acordo com suas idades, sendo supervisionada por uma religiosa. Aprendiam a lavar panelas com areia da praia, pois dava mais brilho. O sistema de encanamento do Orphanato tinha água aquecida para lavar as louças, em a tubulação passar pelo fogão que pré-aquecia água.

As meninas mais velhas ensinavam às mais novas numa sequência decrescente, assim transmitiam o que aprendiam sobre os serviços domésticos, a higienização do corpo e o padrão de normas de comportamento. Dentre as normas a serem repassadas, um exemplo, é a proibição das internas de entrarem em contato com estranhos e de forma alguma poderiam ficar nas janelas.

A instituição tinha a preocupação em ter um amplo jardim no seu interior. Toda a construção mostra a preocupação com o embelezamento dos espaços públicos. Ostentavam riquíssimos detalhes em suas edificações.

Figura 14: Imagens do jardim - junho de 2011



Fonte: Arquivo da própria autora.

Ainda sobre a construção, há duas escadas em formatos de caracol que dão acesso ao primeiro andar onde ficava o dormitório, salas de estudo e outras dependências. Em algumas, encontramos as camas e alguns objetos, pessoais utilizados pelas meninas internas no período estudado.

No primeiro andar, tem-se acesso à Capela do Orphanato D. Ulrico, construída após a inauguração do prédio principal, em 1922 (Figura 15). A imagem da direita mostra o local onde as meninas que participavam do coral, se apresentavam nas cerimônias religiosas. Esse coral ganhou alguns prêmios em apresentações no estado da Paraíba, na década de 1990.

Figura 15: Imagens da Capela do Orphanato D. Ulrico - junho de 2011



Fonte: Arquivo da própria autora.

Visitamos também as salas de aulas, o roupeiro das meninas, secretarias, sala de estudos e várias outras salas de formato tanto grandes como pequenas. Não conseguíamos entender qual a funcionalidade desse ambiente, o que instigou ainda mais as nossas observações, em relação àquele espaço na vivência diária da Instituição.

2.5 A chegada das Irmãs Pobre de Santa Catarina de Sena à Cidade da Parahyba

O período republicano pouco modificou a situação da população pobre, pois, continuou a servir às elites, a nova configuração política foi realizada pelas elites articuladas com a Igreja Católica. As mesmas tinham receio da reação dos populares contra a ordem vigente. (SILVA, 2007).

De acordo com Moura (2000), foi com a Proclamação da República que tivemos um aumento de congregações religiosas, atuando no Brasil, com o objetivo principal de educar a população.

As primeiras congregações religiosas femininas que chegaram ao Brasil, no século XIX, foram as Filhas da Caridade (1849) e as Irmãs de São José de Chambéry (1858). A partir de 1891, a presença de religiosas se fortalece, principalmente as congregações advindas da França e Itália. Entre os anos de 1872 a 1920, foram identificadas cinquenta congregações religiosas europeias que se estabeleceram em terras brasileiras.

No Império, duas congregações femininas iniciam aqui suas atividades: as Filhas da Caridade, em 1849, e as Irmãs de São José de Chambéry, em 1858. A partir de 1891, intensifica-se a vida de religiosas estrangeiras, em sua maioria francesas e italianas. O trabalho educativo nos colégios, o cuidado com os doentes, das crianças e dos velhos em orfanatos e asilos constituirão suas principais atividades. (NUNES, 2000, p. 492).

Com a abertura da área educacional para atuação social, as congregações religiosas femininas ganham mais espaço, como é o caso das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena, convidadas para cuidar e educar das internas do Orphanato D. Ulrico. A citada congregação religiosa teve sua fundação na cidade de Sena na Itália, em 08 de setembro de 1873, por Saviana Petrilli. Deste o início da criação, a congregação tinha como preocupação a educação na infância de meninas pobres.

Na Europa, em consequência da difusão das ideias da Revolução Francesa e de sua ideologia laicizante, ocorreram conflitos políticos e ideológicos entre a Igreja e os Estados europeus, o que dificultou e, em alguns momentos impediu a atuação social no Brasil uma solução para esse problema, mostrando-se motivadas pela ideia de missão em terra estrangeira e legitimando, oportuna e religiosamente, o êxodo da Europa (NUNES, 2000, p. 492).

As Irmãs chegaram ao Brasil no ano de 1903. Atuaram, inicialmente, na cidade de Belém do Pará, com a fundação do Colégio Santa Catarina de Sena, assim teve “[...] início as atividades de formação cristã, alfabetização e trabalhos manuais para crianças pobres” (HISTÓRICO DO COLÉGIO SANTA CATARINA DE SENA, 2005, p.1).

A pesquisa revela a atuação das Irmãs Pobres Santa Catarina de Sena no Orphanato D. Ulrico, com as crianças pobres, no início do século XX, na Cidade da Parahyba. Recebiam uma educação voltada para a servidão aos trabalhos domésticos e que na maioria das vezes, não era remunerado.

Como podemos claramente verificar a força de trabalho das internas do Orphanato D. Ulrico foi também utilizada em outros colégios particulares das Irmãs, localizados no Piauí e no Pará, como também, as meninas foram encaminhadas para servir a outras instituições religiosas.

Chegaram hoje pelo << Manaus>>, as revdmas. Irmãs de S. Catharina que veem tomar conta do nosso <<Orphanato>>, obra de caridade e patriotismo que immortalisa os nomes de um pugilo de abnegados a cuja frente tem estando sempre em todos os momentos o desembargador Heráclito Cavalcanti, alma de tudo quanti se fez em prol de tão benéfica instituição. São ellas as revdmas, irmãs. Analia Petri (superiora), Natalia Buccino, Elisa Cavalcanti, Estephania Vaciani, Zita Gavini e Joanina Torres. Foram contratadas as referidas religiosas por intermédio do exmo. E revmo. Senhor d. Santino Maria da Silva Coutinho, m. d. Arcebispo do Pará que não medio esforços para efectivação da vinda das religiosas, querendo assim contrinbuir também s. excia, revdma para que fosse, quanto antes, dotada a Parahyba de tão necessária instituição de caridade. (A IMPRENSA, 1922, p.1)

Compreendemos o Orphanato D. Ulrico não apenas como um abrigo para as meninas órfãs. Mas também, como uma instituição educativa destinada às meninas pobres que precisavam de formação, como uma forma de garantir seu futuro que, para os responsáveis pela Instituição, não ia ser além das prendas domésticas. As Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena, já tinham experiência com a formação de meninas pobres, a escolha não foi aleatória.

[...] para dirigir este instituto as Irmãs dos Pobres Santa Catharina de Senna, cuja competência em matéria de educação profissional, já é

conhecida em nosso paiz, vindo o seu renome do velho mundo. (CIDADE DA PARAHYBA, 1922. Relatório apresentando em Assembleia Geral do Orphanato D. Ulrico..., em 1922).

As primeiras religiosas componentes da direção do Orphanato foram as irmãs Anália Petri (superiora), Natalina Buccino (vice-superiora), Estephania Vaciani, Zita Gavini, Elisa Cavalcanti e Joana Torres. As quatro primeiras, de nacionalidade italiana e as duas últimas eram brasileiras. Recebiam uma quantia em dinheiro para as suas despesas pessoais. Na figura abaixo, podemos ver a composição da primeira Diretoria do Orphanato D. Ulrico com as religiosas e o Desembargador Heráclito Cavalcanti.

Figura 16: Membros da primeira diretoria do Orphanato D. Ulrico em 1922



Fonte: Acervo do Orphanato D. Ulrico

Na imagem percebemos a presença de mais quatro religiosas; eram ao todo dez, que ficaram responsáveis pela educação e cuidado com as internas. De acordo com o relatório de 1922, as italianas eram conhecidas por suas severidades na forma de educar. Nos ideários do século XX, era preciso disciplinar a população pobre para que estivesse apta a viver em uma sociedade civilizada e urbanizada. Para tanto, o Orphanato D. Ulrico preparava as moças para que fossem capazes de satisfazer aquilo que planejaram para elas, e o destino a ser seguido.

Por meio da leitura de alguns documentos¹⁴, é possível percebermos a proposta de educação que as irmãs desenvolveram na supracitada instituição. Tratava-se de uma

¹⁴ Estatuto da Comissão Protetora e Permanente do Orfanato Dom Ulrico de 1913; o primeiro relatório da Assembleia Geral de 1922 e parte da Biografia do Desembargador Heráclito Cavalcanti.

educação voltada para o preparo das internas no mundo do trabalho. Era intitulada como uma educação profissional para as órfãs, com transmissão de conhecimentos voltados para as atividades relacionadas às prendas domésticas.

Quando os sócios beneméritos solicitavam os serviços domésticos de uma das internas, tratava-se de um trabalho não remunerado, em que as meninas trabalhavam em troca de comida e abrigo. Contradições de uma educação voltada para o trabalho e que, nesse caso, era não remunerado, corroborado pelas elites e aceito e incentivado pelas Irmãs.

As habilidades domésticas das jovens eram enaltecidas pelas Irmãs Pobres Santa Catarina de Sena e por senhoras da camada da sociedade mais abastadas financeiramente, estas senhoras conheciam as habilidades aprendidas pelas internas e as queriam como empregadas em suas casas. (MONTEIRO, 1972).

As internas chegavam ao Orphanato com a idade de 6 e a máxima de 11 anos. Tais informações nem sempre correspondem ao que foi verificado nas fichas de matrícula das internas.

As Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena se responsabilizaram, também, pela Escola Santa Luiza que foi criada para as crianças pobres de Jaguaribe, já que essa era uma localidade para população pobre. Monteiro (1972) descreveu a Escola Santa Luiza da seguinte maneira: “[...] uma construção rústica, coberta de palha e chão batido, mas que durante anos prestou serviços e deu alguma instrução aos filhos da gente pobre que vivia naquele bairro”. (MONTEIRO, 1972, p. 06). Esta escola foi criada para atender às meninas pobres do bairro de Jaguaribe. Não encontramos informações sobre o ano de funcionamento e também não acreditamos que as internas do Orphanato tenham frequentado tal escola, pois as mesmas viviam em um sistema de enclausuramento e recebiam visitas apenas dos parentes ou dos “padrinhos” uma vez ao mês.

Ao se estudar uma Instituição como a do Orphanato D. Ulrico, de acordo com Nosella e Buffa (2009), as possibilidades quanto ao estudo de instituições educativas, são complexas e diversas. Os estudos podem incidir a partir do contexto histórico e circunstâncias específicas da criação, e da instalação da escola, organização do espaço; a origem social dos alunos. (NOSELLA BUFFA, 2009). A criação e construção do Orphanato D. Ulrico, assim como de outras instituições de cunho educativo, fora para atender às novas concepções que se almejava de cidade e de cidadãos imbuídos na ideologia da modernização.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO DAS MENINAS DESVALIDAS DO ORPHANATO D. ULRICO

Com este capítulo, pretendemos apresentar a educação destinada às meninas desvalidas internas no Orphanato D. Ulrico, situado na Cidade da Parahyba, no período correspondente aos anos de 1922 à 1929.

Para enfatizarmos as trajetórias das internas, sujeitos da pesquisa, realizamos uma pesquisa documental no Arquivo do Orphanato D. Ulrico, no acervo pessoal do Professor Dr. Waldeci das Chagas e no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. As principais fontes utilizadas para caracterizar e revelar os possíveis trajetos das internas foram as fichas de matrículas.

No desenrolar da pesquisa documental, nós nos deparamos com o primeiro problema: o descaso com os documentos presentes no Arquivo do Orphanato D. Ulrico, pois só foi possível encontrar as fichas de matrículas das internas registradas, a partir da década de 1940, recorte temporal posterior ao da nossa pesquisa. No citado arquivo, não foram encontradas as fichas de matrícula das internas da década de 1920.

No entanto, tivemos acesso às fichas de matrículas das internas da década de 1920, através do acervo pessoal do Professor Dr. Waldeci das Chagas. Como mencionado no primeiro capítulo, o professor teve o cuidado de transcrevê-las na íntegra, sem suprimir informações. Em sua tese de doutorado, defendida em 2004, intitulada de *As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930*, faz menção ao Orphanato D. Ulrico e às fichas de matrículas das internas, ao investigar a Cidade da Parahyba, nas primeiras décadas do século XX e observou a maneira como as elites e os pobres vivenciaram o processo de urbanização/modernização, considerando, em especial, o Bairro de Jaguaribe, situado, à época, nas mediações da Cidade Alta e da Cidade Baixa. Atualmente faz parte da área central da capital paraibana.

As nossas inferências considerarão as semelhanças encontradas no formato das fichas transcritas pelo professor e outra da década de 1940, que tivemos acesso a partir da pesquisa documental realizada no Arquivo do Orphanato D. Ulrico. Na tentativa de

reforçar as semelhanças entre elas, é preciso mencionar que até a década de 1950 continuaram com estruturas e organizações semelhantes.

Figura 17 - Ficha de Matrícula de 1922

FICHA DE MATRÍCULA NO ORFANATO DOM ULRICO		74
Nome:	Castorina de Lourdes Oliveira	
Filiação:	Benjamim de Oliveira Melo	
Naturalidade:	Parahyba	
Data de Nascimento:	01/11/1915	
Data de Admissão:	14/07/1922 (07 anos)	
Observações:	Passou para o patronato em 19 de março de 1936. Esta servindo em casa de D. Nazareth Novaes desde 02 de fevereiro de 1940. Saiu com 21 anos.	

Fonte: Arquivo pessoal Waldeci da Chagas.

Figura 18: Ficha de Matrícula de 1946

<u>REUSA OLIVEIRA</u>	
<u>Idade:</u>	nascida em 8 de Março de 1936
<u>NATURALIDADE:</u>	ignorada, digo, Caiçara - Parahyba
<u>FILIAÇÃO:</u>	ignorada
<u>REG. CIV:</u>	nascimento 3.848 - liv. A - fls 5 e 6 - Caiçara. Parahyba.
<u>BAPTISMO:</u>	- -
<u>ADMISSÃO</u>	- em 16 de Julho de 1947
<u>OBSERVAÇÕES:</u>	tutelada ou coisa que o equivalha de Severino Ismael, em Caiçara. Internada por interferencia de Mons. Odilon Coutinho

Fonte: Arquivo do Orphanato D. Ulrico.

Ao observarmos as figuras 17 e 18, notamos que, apesar dos 25 anos que separaram as fichas, as informações se mantiveram, com acréscimos dos itens: idade, registro civil e batismo que não existiam em 1922. Percebemos, ainda, que as fichas da década de 1920, na parte superior do lado direito, tinham uma numeração: 74. Era uma

maneira de identificar os materiais que seriam utilizados pela interna, tais como: roupas, sapatos e objetos de uso pessoal. É importante ressaltar que as internas eram identificadas a partir do nome de batismo acompanhado por um número, que não necessariamente precisava aparecer nas fichas.

Portanto, as fichas de matrículas foram imprescindíveis para caracterizar as internas, tanto dentro da Instituição como os possíveis percursos seguidos pelas meninas quando saíram do Orphanato.

Para análise do perfil e da trajetória das internas, objetivo proposto para este capítulo sistematizou as informações que julgamos relevantes, contidas nas fichas de matrículas das internas, em quadros. Assim, a narrativa será apresentada considerando uma organização a partir das seguintes categorias: matrículas, orfandade, idades de ingresso, procedências, apadrinhamento e os possíveis destinos das internas, tais como, a própria permanência no Orphanato, o regresso à família, o Patronato, a vida religiosa, o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado.

A partir desses dados gerais, priorizamos questões que nos chamaram atenção ao longo da pesquisa, tais como: Quais os motivos que levaram as famílias pobres do interior da Cidade da Parahyba a matricular suas filhas no Orphanato D. Ulrico? Quais os fundamentos da educação promovida pelo Orphanato D. Ulrico às internas em defesa do trabalho manual e doméstico? Quais os indícios que apontam a Instituição como um espaço de preparação para habilitar as internas ao trabalho (remunerado ou não remunerado) de domésticas nas casas das famílias ricas da cidade?

A ficha de matrícula da interna C.L.O, datada no ano de 1922, nos indicou a tônica da dissertação. Portanto, pontuaremos as categorias presentes na ficha de matrícula de C. L. O. e que apareceram nas demais. No registro de matrícula de C.L.O encontramos as seguintes informações acerca da sua orfandade; presença no Patronato e a realização do trabalho sem remuneração. (CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de matrícula. C.L.O, 14/07/1922).

Para a análise, supomos que a interna era órfã de mãe, pois constava a presença do nome paterno e ausência do nome da mãe. Ao completar 21 anos de idade, ela deixou o Orphanato e foi para o Patronato em que ficou por 04 anos. No total foram 18 anos na Instituição (dos 07 aos 25 anos de idade).

Quando as meninas completavam a maioridade e não tinham parentes com quem podiam morar, ficavam no Patronato até que fossem agregadas à casa de algum sócio benemérito da Instituição ou outro qualquer membro da elite paraibana. E esse foi o caso de C.L.O, que, aos 25 anos saiu definitivamente indo “servir” na casa de D. Nazareth Novais.

A expressão “servir” foi comumente utilizada para expressar os destinos das internas. Também, encontramos outras expressões que designavam os destinos das jovens tais como: “entregue”, “residir” e “morar”. Essas expressões passaram-nos a ideia de que as internas, muitas vezes, eram vistas como propriedades do Orphanato e que precisavam ser repassadas adiante. Trouxemos a definição “servir”, pois a encontramos com maior frequência nos registros das internas matriculadas no período de 1922 a 1929.

Servir: V. intr. Ser escravo ou servidos, viver na condição de escravo; se dependente ou súdito/ Prestar serviços a alguém como criado ou doméstico/ fazer ofício de criado/ prestar serviço como dependente ou outrem/ prestar certa ordem de serviços, obedecer, estar dependente, obrar no interesse de alguém/ Desempenhar quaisquer funções/ Prestar serviços de qualquer natureza/ [...] Por alguém a servir, dar-lhe a ocupação de criado, o doméstico de; prestar serviços /como doméstico/ Estar às ordens de. (SOUZA, 2009, 136).

A jovem C.L.O precisava de um lugar para morar, pois já tinha passado do limite da idade de residir no Orphanato e no Patronato não havia tantas vagas. O Orphanato era requisitado sempre que necessário por membros da sociedade em busca de moças bem comportadas, que podiam fazer os serviços de domésticas; neste caso, era sem remuneração, já que a jovem precisava de moradia e comida e a D. Nazareth era sua benfeitora que lhe deu um teto, comida e roupa. Essas questões e outras apareceram ao longo da pesquisa realizada, assim, com mais ou menos intensidade, construímos uma narrativa que buscou apreender essa realidade percebida, considerando, da mesma forma, todos os limites da documentação encontrada, e também a condição jurídica das meninas que permitia a guarda e a permanência das jovens na Instituição.

3.1 A questão jurídica das menores abandonadas: a tutela e a adoção no Orphanato D. Ulrico

A tutela e a adoção eram meios jurídicos em que o juiz responsável designava uma família ou responsável adulto para zelar, proteger e auxiliar os bens e a criação de um menor de idade órfão ou sem a família presente. Contudo, existem diferenças entre a tutela e a adoção. A adoção, palavra originada do latim, se refere ao ato ou efeito de adotar, isto é, assumir uma criança como um filho no seu núcleo familiar. Durante o período de 1922 a 1929, existiu apenas um único caso de adoção verificada na documentação das internas do Orphanato D. Ulrico. Já a tutela era um encargo conferido a um adulto para zelar e administrar os bens de um menor de idade. Em 1916, com a instituição do Código Civil brasileiro foram introduzidas a tutela e a adoção como opções de receber e guardar uma criança ou jovem.

No Título VI, “Da tutela, da curatela e da ausência”, o documento afirmava que os menores de idade deveriam ser colocados em tutela em duas situações: nos casos de falecimento ou ausência dos pais; e com perda do poder pátrio. Salientamos que a tutela ficou mais restrita aos órfãos com posses. Em seu artigo 412, frisava que os menores abandonados teriam tutores nomeados pelo juiz de órfão, nos casos em que não houvesse a nomeação de tutores, eles eram colocados em estabelecimentos públicos que tinham por finalidade o abrigo de menores.

A figura do Juiz de Órfãos era presente desde a criação do Orphanato D. Ulrico, como mencionada no Estatuto da Comissão Permanente e Protectora de 1913, em seu Capítulo IV “As Disposições Gerais”:

Art. 16 – No caso de dissolução da comissão serão todos os bens e capitães existentes entregues ao Juiz de Orphãos da Capital, que reduzirá os bens a dinheiro em hasta publica, conforme as leis em vigor, depositando o produto na Caixa Economica, com sciencia do Curador Geral de Orphãos, e dahi somente poderá ser retirada para a fundação em um Orphanato na Capital. (ESTATUTO DA COMISSÃO PERMANENTE E PROTECTORA, 1913, p. 16).

Além disso, o próprio presidente do Orphanato D. Ulrico, o Sr. Heráclito Cavalcanti, era juiz de órfãos. Na documentação de registro de matrículas das internas apareceram os termos tutor, curador e portador, todavia, observamos o uso inapropriado de alguns termos que podem causar interpretações equivocadas. A pessoa responsável

pelo preenchimento das fichas de matrículas provavelmente era umas das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena.

A interna O.M.C aos 08 anos de idade, por não ter parentes com condições de criá-la e nem bens foi encaminhada ao Orphanato D. Ulrico. Em sua ficha de matrícula apareceu a expressão curador, contudo, conforme as informações do registro de matrícula, a citada interna não tinha posses, assim a expressão curador torna-se equivocada, de acordo com o Código Civil de 1916, artigo 411.

Em 1929, ela foi excluída da Instituição “[...] por terem sido esgotados todos os meios para correções”, não indicando quais infrações a interna cometeu e nem quais os mecanismos de correção utilizados pelas Irmãs para corrigi-las. Os responsáveis pelo Orphanato entregaram a interna ao juiz de órfão, que nomeou para seu curador o Sr. Carlos Guimarães, residente na rua das trincheiras, 483. (CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula. O.M. C, 09/10/ 1922).

Quadro 3 - Presença do juiz de órfãos

Internas	Expressões que fazem referência a posse ou a retirada da tutela
N.C.P	Tutor - Sr. José Guedes Cavalcanti.
E.P.M	Foi e reclamada ao juiz de órfão.
J.R.S	Juiz de órfão entregou ao tio materno. A ordem foi arquivada.
A.F.S	Juiz de órfão entregou a família.
H.M.A	Juiz de órfão entregou à família e a provisão foi arquivada.
G.S.C	Juiz de órfão entregou à família e a provisão foi arquivada.
M.C.T	Juiz de órfão entregou à família.
O.M.C	Foi excluída e o juiz de órfãos entregou ao curador Sr. Carlos Guimarães
M.N.S	O juiz de órfão entregou à mãe.

Fontes: Quadro elaborado pela autora a partir de informações contidas nas fichas de matrícula nos anos 1922-1929.

Para a época, de acordo com o Código de Menores de 1927, eram considerados menores abandonados os que tendo menos de 18 anos:

[...]

III – que tenham pai, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente ou impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para com o filho ou pupilo ou protegido. (BRASIL. Código de Menores, 1927)

O Documento respalda, juridicamente os, últimos 03 anos desse estudo; assim, se tornou relevante definir algumas questões que se encontravam em aberto. Foi apenas com o Código de 1927, que teremos a obrigatoriedade de uma professora primária nos estabelecimentos para infância desvalida, como constava no artigo 193.

Nas mensagens de presidentes de Estado, o Orphanato sempre se voltou para as obras de assistencialismo, a primeira menção foi no ano de criação em 1913:

Os mesmos e merecidos elogios devem cerca o empenho em que se acham os promotores bemfazejos de um Orphanato, que a mais feliz das lembranças propiciou com o nome sugestivo de D. Ulrico Sanntag o apóstolo da caridade christã, cuja memoria a Parahyba guarda religiosamente entre as suas reminiscências mais duradouras. [...] O governo deve auxiliar eficazmente, do modo mais prompto e seguro, a inauguração do Orphanato, para que assistamos mais uma vez ao descaminho do numerário adquirido com tanto labor, e para que não caia irremediavelmente em descredito na nossa terra uma ideia tão útil alevantada. (PARAHYBA. ESTADO. Mensagem..., 1913, p. 43).

O Orphanato D. Ulrico era compreendido como uma Instituição assistencial para meninas órfãs e /ou pobres da Cidade da Parahyba. Nos primeiros anos estudados, não encontramos qualquer menção sobre a instrução ou educação das primeiras letras e/ou primária.

Para alguns poucos casos encontrados meninas que mostravam saber ler e escrever. Lidamos com a hipótese de que as internas mais velhas aprendiam e repassavam para as mais jovens. Todo e qualquer conhecimento que se refere às prendas domésticas elas aprendiam com as religiosas que se distribuíam na organização do estabelecimento; cada uma ficava responsável por um setor: cozinha, rouparia, enfermaria, quartos, jardinagem e dos demais espaços da Instituição. Dividiam as internas por idade e formavam equipes que aprendiam a lidar com as intempéries daquele determinado ofício.

O Código de Menores de 1927 corroborou a construção de uma prática educacional para a população pobre especificamente para as meninas desvalidas, que já acontecia desde o século XIX.

Art. 202. As menores serão ensinados os seguintes officios : Costura e trabalhos de argulha; Lavagem de roupa; Engomagem ; Cozinha; Manufactura de chapéos; dactylographia; Jardinagem, horticultura, pomicultura e criação de aves.

§ 1º Os officios irão sendo creados, á medida que o desenvolvimento da escola o permittir.

§ 2º Os serviços domesticos da escola serão auxiliados pelas alumnas de acordo com a idade, saude e forças dellas.

As meninas chegaram a esses estabelecimentos por diversos motivos e nem sempre esclarecido na pesquisa, eram de diferentes ordens os motivos que levaram ao abandono ou o envio a orfanatos.

De acordo com Negrão (2004), podia ser de ordem psicológica, social, econômica e cultural, que estavam articuladas a nascimentos marcados pela “[...]miséria, falta de coragem de matá-lo, resultado de estupro ou de incesto, medo de revelar a paternidade, ausência de apoio familiar, gravidez indesejada, ilegitimidade”. (NEGRÃO, 2004, p. 32).

Negrão (2004) ao estudar o Asilo de Órfãos em Campinas, afirmou que, na cidade de Campinas-SP, tutelar uma órfã foi a forma encontrada para o usufruto do trabalho gratuito das meninas pobres, a prática era comum e aceita pela sociedade.

Seja no Orphanato D. Ulrico, no Asilo de Órfãos ou no Colégio de Nossa Senhora do Amparo as posturas eram as mesmas. Os tutores das internas dessas instituições eram vistos como distintos cidadãos e assim estavam a salvos de quaisquer suspeitas ou críticas.

[...] os quais poderiam receber as crianças pobres e abandonadas, para mantê-las sob seus tetos como auxiliares nos trabalhos domésticos, configurando-se como um gesto de solidariedade não deixar essas crianças na rua, não recebidas nas escolas existentes na época. (NEGRÃO, 2004, p.90).

Das 135 fichas de matrículas registradas entre 1922 a 1929, tivemos apenas um único caso de adoção de uma interna.

De acordo com Petitat (1994), a gratuidade das instituições tinha um encargo para as meninas desvalidas, pois as famílias ricas da sociedade contribuía para

construção dos espaços e suas manutenções e, depois, esperavam moças prontas para execução do trabalho doméstico em suas casas.

3.2 As meninas e jovens desvalidas do Orphanato D. Ulrico: características do ingressos, permanências e destinos

Figura 19: Internas do Orphanato D. Ulrico



Fonte: Arquivo do Orphanato D. Ulrico.

Nossa análise continua com uma fotografia. Assim nos lançamos a “[...] um olhar do presente que visita o passado e uma imagem do passado que é clandestina no presente”. (BARROS, 2005, p.118). A fotografia é oficial, pertencente ao arquivo do Orphanato registrada no ano de 1927, nela estão presentes os sujeitos da nossa pesquisa, as religiosas e as internas, que ocuparam os lugares captados pelas lentes: organização e disciplina talvez fossem a intenção do registro das lentes para a posteridade. Ao lado esquerdo visualizamos seis Irmãs, as duas primeiras estavam com bengalas, supomos ser pela idade já avançada. As irmãs Amália Petri, superiora, e a vice-superiora Natalina Buccini, ambas italianas chegaram ao Brasil em 1903, na cidade de Belém- PA e fundaram o Colégio das Irmãs Santa Catarina de Sena que existe até os dias atuais. Ao

lado direito, as internas foram distribuídas pelo tamanho, as que estavam na parte de baixo eram as menores, e as fileiras estavam compostas de acordo com a estatura. Também podemos ver na parte de cima das escadarias, internas já moças.

São a presença perturbadora de vidas detidas em sua duração, libertas de seu destino, não pelos prestígios da arte, mas pela virtude de uma mecânica impassível. A fotografia não cria, como arte, a eternidade, não embalsama o tempo, apenas o subtrai de sua primeira corrupção [...] a fotografia beneficia-se de uma transferência de realidade da coisa para sua superprodução. (BAZIN *apud* DUBOIS, 1994, p.80).

Todas estavam vestidas com blusas, jardineiras, meias brancas e sapatos pretos. Os cabelos a *la garçonne*, nada de adornos nos cabelos ou em qualquer outra parte do vestuário, não havia espaços e nem estímulos para vaidade entre as internas. Muitas das personagens que trouxemos para esta dissertação encontram-se nessa imagem. Era comum que as internas ficassem longos anos na Instituição.

De acordo com Rizzini e Gondra (2014), nada passou despercebido pelos higienistas. Sonos, banhos, vestimentas, alimentação, iluminação, entre outros, eram estipulados e dados de acordo com a dosagem prescrita. As orientações eram pautas das discussões entre médicos e sanitaristas. As medidas tinham como principal alvo a população pobre que era considerada uma ameaça ao restante da sociedade brasileira.

Dessa forma, as crianças pobres e suas famílias eram consideradas focos da insalubridade que diziam contaminar a cidade.

Para enclausurar essas crianças foram criadas no Brasil diversas instituições educativas que recebiam as mais diversas nomenclaturas. Asilo, Colônia Orfanológica, Internatos e no nosso caso, orfanato. As crianças eram classificadas como “[...] vadias, vagabundas, culpadas, viciosas, delinquentes, criminosas, órfãs, abandonadas e desvalidas”. (RIZZINI; GONDRA, 2014, p.578). Em sua maioria as instituições cumpriam uma tripla função de oferecer casa, oficina e escola.

A defesa do perfil de mulher que encontramos no Orphanato seria a educada para cuidar do lar, de filhos e marido, e essa defesa era presente na sociedade da época. Tal modo de compreensão sobre a mulher, principalmente daquelas das classes mais baixas, passou a ser naturalizada e se formou uma cultura que estipulava as formas que as mesmas deveriam agir diante da sociedade de acordo com a classe social que pertenciam.

O Orphanato D. Ulrico tinha caráter religioso, filantrópico e disciplinar voltado para meninas desvalidas. E como tal, exercia o controle e poder sobre as jovens das mais diversas formas, inclusive, sobre o papel que deveriam desempenhar na sociedade. O ensino oferecido às jovens era fundamental para a conformação dos seus destinos e de se manterem na condição de subalternas, contribuindo para o funcionamento da sociedade paraibana tal como ela se encontrava à época.

Desde muito cedo as internas tiveram uma aprendizagem relacionada com as atividades domésticas exclusivamente. Não precisavam desenvolver hábitos e costumes “[...] modernos” já que os espaços da sociedade urbanizada que frequentavam não requeriam habilidades civilizatórias. (GONDRA; SCHULLER, 2008, p.208).

Assim, no Orphanato, as internas recebiam uma educação de tradição católica voltada para o desenvolvimento da moral cristã, para a formação da mulher como esposa e mãe ou para exercer a função de cuidadora dos filhos e dos afazeres domésticos da casa de outras mulheres.

[...] os saberes prescritos para a formação escolar das meninas, podemos salientar, como o fez grande parte da historiografia especializada na temática da escolarização, que a preparação para vida doméstica era o ideal de instrução primária feminina, pelo menos conforme foi estabelecido pela legislação. (GONDRA; SCHULLER, 2008, p. 205).

Como pudemos observar no capítulo dois, as estruturas: econômica, política, cultural, educacional, social e os espaços urbanos foram passando por diversas modificações em seu existir, isto é, a sociedade paraibana ganhou aspectos de cidade moderna. E a própria educação passou pelo processo de modernização de estruturas pedagógica e também física, influenciadas, entre outros, pelo movimento higienista. Esses valores podem ser observados na construção, nas relações pedagógicas e nas formas de tratamento das internas.

No Orphanato, o ensino doméstico não era apenas para tornar as meninas excelentes donas de casa para seus futuros maridos, mas servia como medida de disciplinamento e para dar-lhes um ofício, pois quando deixassem a Instituição teriam um trabalho, ainda que, nem sempre fosse remunerado.

Mencionamos nos capítulos anteriores algumas circunstâncias vivenciadas pelas internas e suas famílias para exemplificar a situação de extrema pobreza das pessoas que viviam no bairro de Jaguaribe.

Constatamos que as jovens recebiam uma educação voltada às prendas domésticas. Isto não quer dizer que essas não aprendessem a escrever, ler e contar, mas nas duas primeiras décadas da Instituição o ensino das primeiras letras não nos pareceu como prioridade a ser ensinada às meninas.

A ciência do governo doméstico é uma pequenina enciclopédia que vai desde o manejo da vassoura a roupa, a boa disposição e conservação da mobília, a redução das cousas que parecem inúteis a tudo o que allivia os encargos da vida e faz um lar doméstico atraente e confortável. Necessário é ensinar a donzela os trabalhos domésticos que constituem o mundo da mulher, ensinar-lhes a ser boa dona de casa. (*A IMPRENSA*, 1913, p.1).

O debate presente ao longo do século XX sobre a pertinência ou não da educação escolar para mulheres, menciona manuais e livros que estipulavam as formas de comportamento que deveriam ser assimiladas pelas meninas, criando um modelo de mulher que deveria ser aceito pela sociedade. Aqui vivenciamos a intenção e a experiência da concretização de tal modelo.

3.2.1 As matrículas das internas do Orphanato D. Ulrico (1922-1929)

Em 1922, ano de inauguração do Orphanato D. Ulrico foi registrado o maior número de matrículas, com 48 internas. É importante destacar que as jovens passaram longos períodos na Instituição, uma das internas residiu por 18 anos; em outros casos, percebemos que nesses primeiros anos muitas jovens passaram mais de uma década. Dessas 48 internas, 11 jovens passaram mais de dez anos; de 01 a 03 anos de internação ficaram apenas 03 jovens.

Quadro 4 - Demonstrativo sobre matrículas de 1922-1929

	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929
Quanto ao número de matrícula	48	12	06	21	17	09	06	16

Fontes: Quadro elaborado pela autora a partir de informações contidas nas fichas de matrícula 1922-1929.

Algumas internas ficaram sob os cuidados do Orphanato antes mesmo de sua inauguração.

Desde que tínhamos saldo, estava terminado o prédio e nos achavamos em marchas e contra-marchas para conseguir a directoria interna do instituto, demorando-se a sua inauguração, apesar de o meu esforço, até perante o Presidente da Republica, e, surgindo uns casos prementes de sete creanças abandonadas, entendi que seria falta de compreensão de nossos deveres, se não procurasse ampara-las. Assim, entendendo-me com o Dr. Juiz Orfãos colloquei-as no Collegio de N.S. da Conceição dirigido por D. Amalia Camará(4), duas em casa de D. Mariana Aranha, nesta Capital, e uma em casa da própria madrinha em Cabedello. Com estas creanças temos dispendido até hoje, salvo algumas pequenas despesas não escripturada - 3.181\$000- Com ellas, que se acham presentes, inauguraremos o instituto. (CIDADE DA PARAHYBA, Ata da Inauguração do Orphanato D. Ulrico, 1922).

Entendemos como sendo uma urgência da família, pois não tiveram condições de cuidar de suas filhas ou pode ser encarado como uma estratégia dos responsáveis para demonstrar a necessidade e importância da sua criação para a sociedade paraibana do início século XX, fazendo com que um número maior de pessoas contribuísse para a construção do prédio do Orphanato. Tal situação foi noticiada, pelo o jornal *A Imprensa*, 1922, p.1. “Inaugurou-se Orphanato com oito órfãos, achando-se dois deles a quem a Directoria, já de tempos socorria ausentes com pessoas de confiança”.

As irmãs H.C.P e R.M.C.P foram entregues aos cuidados da Instituição em 1920. Eram naturais da cidade de Cabedelo, PB. O presidente no período era Heráclito Cavalcanti, que deixou as meninas no Colégio Nossa Senhora da Conceição até que o Orphanato fosse inaugurado em 1922.

A mais velha entre as irmãs R. M.C.P ficou 08 anos na Instituição enquanto sua irmã permaneceu por 06 anos. As duas tiveram o mesmo destino seguiram para a vida religiosa e foram para o Noviciado¹⁵ das Irmãs Pobres Santa Catarina de Sena, localizado na cidade de Belém-Pará. A ficha de matrícula informou também que H.C.P faleceu na cidade de Teixeira-PB e não indicou o ano nem os motivos que levaram ao

¹⁵ Local ou convento em que o noviço residia por 02 anos. Considerado o início na vida religiosa, período de experiência tanto para o noviço como para a família religiosa.

seu falecimento (CIDADE DA PARAHYBA. Fichas de Matrículas. R.M.C.P, 06/12/1920).

Temos também E.H, que nasceu na Cidade da Parahyba e foi entregue aos cuidados do Orphanato, quando tinha 08 anos de idade e, de 1920 à 1922, ficou no Colégio Nossa Senhora da Conceição. Depois, foi para o Orphanato onde ficou de 1922 até 1933, quando foi morar com seu pai. (CIDADE DA PARAHYBA. Fichas de Matrículas. H.C.P, 06/12/ 1920).

O menor número de jovens matriculadas se deu nos anos de 1924 e em 1928, com apenas seis jovens em cada um dos anos (Quadro 4), acreditamos que a Instituição não comportava todos os pedidos de matrículas e, devido a isso em alguns anos, ocorreu uma redução do número de meninas matriculadas. Na Ata do ano 1924, Heráclito Cavalcanti, informou a necessidade de ampliar o Orphanato, haja vista a demanda de meninas pobres na cidade. Lembrava aos sócios o fato de que não esquecessem os donativos. (CIDADE DA PARAHYBA. Ata de reunião..., sessão realizada em 1924).

No ano de 1928, ingressou no Orphanato A.M, nativa da cidade do Cabo-PE, órfã de mãe. Foi internada aos 11 anos de idade e passou apenas 02 meses, menor período de tempo encontrado nas fichas de matrículas de permanência das internas. A justificativa para a exclusão da jovem foi a de que seria “[...] incorrigível seu comportamento” e foi entregue ao pai. (CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula. A.M, 20/09/1928).

O caso de A.M foi inusitado pelo pouco tempo que permaneceu na Instituição. Um dos objetivos da educação proposta era manter sobre vigilância os corpos, as mentes e as almas das meninas moldando seus pensamentos e atitudes.

As meninas deixavam a Instituição caso a família fosse buscar ou quando eram entregues para trabalhar na casa de um algum sócio benemérito; neste último caso, as jovens não recebiam remuneração. Quando as internas atingiam a idade entre os 18 a 21 anos eram transferidas para o Patronato, o que gerava um agravante para a Instituição, pois no mesmo não tinha muitas vagas, por isso a necessidade de locação das jovens em uma casa de família.

Algumas das constatações que encontramos no Orphanato foram verificadas em outras instituições como no caso do Colégio Nossa Senhora do Amparo:

Administração do Colégio teve problema com o qual teve que conviver. Completada a educação e atingida à idade do regulamento, ficavam as meninas, já então moças, no estabelecimento, por não terem parentes, protetores ou tutores, constituindo, assim, uma sobrecarga no Colégio. (SABINO, 2012, p. 101).

Essa aceitação das internas em prestar serviços nas casas das famílias paraibanas, se deu devido à educação recebida. De acordo com Sabino (2012), nesses longos anos eram repassadas aprendizagens às crianças, que se restringiam às prendas domésticas, em um cenário de obediência e servidão.

O ingresso no Orphanato D. Ulrico era umas das poucas oportunidades que essas jovens teriam de inserção na sociedade, mas não podemos confundir com ascensão social, pois, a partir do momento do ingresso, a maioria delas já tinha suas trajetórias traçadas. Tudo isso acontecia de forma a silenciar as famílias das internas que não questionavam ou, pelo menos, não vieram a público manifestar nenhuma queixa. Também podemos levantar a hipótese de que as possíveis queixas nunca foram publicadas ou consideradas pelas formas de comunicação da época.

Sabe-se que a educação em internatos femininos beneficentes tem um poder maior de influência sobre as formandas, com relação aos valores cultivados, se comparados às escolas convencionais. Detém-se o controle estrito do tempo, espaços limitados, atitudes controladas em tempo integral, o hábito, o vestuário, que imprime e antecipa caráter. De antemão delimita-se claramente o grupo social a que pertencem, transformando-se em objeto de pública e privada caridade. Por fim, as conduzem a um certo modo de apropriação das tarefas, presumivelmente ligadas à natureza do sexo: habituá-las no que deveria ser sua ocupação no futuro como mães ou eventuais serventes de sua casa ou dos outros. (MADEIRA, 2008, p. 263).

Diante do exposto, percebemos que o Orphanato cumpriu seu propósito de internalizar atitudes e comportamentos compatíveis com sua instrução para as prendas domésticas, preparando, desde cedo, as internas para a função que desempenhariam na sociedade paraibana do início do século XX.

3.2.2 Orfandade

Orphã

Eil-a que passa, maltrapilha e triste,
Tendo na face a palidez da morte,
A riqueza para ella não existe,
Orphã, sosinha, vive a erra sem norte...
Tendo por leito o leito dos caminhos
E por tecto o azul vasto da amplidão...
Saudam-n'a, a cantar, os passarinhos

E doces beijos dá-lhe a viração...
 E segue assim a pobre peregrina
 Curtindo os negros sofrimentos seus...
 Até que a morte deste mundo a roube
 Lavando-a santa e pura, aos pés de
 Deus!
 (A IMPRENSA, 1914).

Com frequência, a primeira página do jornal *A Imprensa* apresentava poemas que ilustravam a situação de mendicância vivida pelas órfãs pobres que circulavam pela Cidade da Parahyba e que tanto envergonhavam a sociedade paraibana, que há muito vislumbrava o projeto de modernização, civilização e moralização da cidade. Entendemos a publicação desse poema e de outros publicados no jornal *A Imprensa*, era uma forma de chamar as elites para contribuírem nas diversas instituições educativas e assistenciais que estavam sendo criadas no período.

Apesar de a Instituição tratar-se de um orfanato, a maioria das meninas tinha pai e mãe. Só foram internadas nesse período apenas 09 órfãs de pai e mãe. No que se refere ao item de filiação, observamos que em algumas fichas constava apenas o nome materno; entendemos essas como “mães solteiras”, pois não havia escrito o nome do pai, e as jovens tinham apenas os sobrenomes das mães. E nos casos em que encontramos apenas o nome do pai, esse era viúvo ou ainda tinha a possibilidade de ter se separado da mulher. Traremos alguns casos para exemplificar os dados do quadro abaixo:

Quadro 5 - Quanto à filiação das internas

	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929
Pai e Mãe	36	08	06	18	10	06	05	14
Apenas o Pai	04	00	00	00	01	00	00	01
Apenas a Mãe	01	03	00	00	04	03	01	01
Órfã	05	01	00	02	01	00	00	00

Fontes: Quadro elaborado pela autora a partir de informações contidas nas fichas de matrícula 1922- 1929.

Em histórias como a da interna F.C.S, órfã de mãe, encontramos apenas o nome do pai nas informações sobre o destino da interna. Foi entregue ao tio materno, no ano de 1932. Ela era natural de Santa Rita-PB e chegou ao Orphanato aos 11 anos de idade. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, F.C.S, 17/12/1929).

Apenas com o nome materno, era o caso de M.A.L, natural de Guarabira-PB que chegou ao Orphanato com 06 anos de idade. As observações encontradas na ficha são ricas em detalhes. De acordo a ficha de matrícula (1926) “[...] foi interna a pedido do Coronel João de Farias Pimentel¹⁶, que dizem ser o pai”, o mesmo foi intendente, ou seja, administrador da cidade de Guarabira, um importante político do início do século XX. Em 1932, ela estava com 12 anos e, após ficar doente, foi entregue aos cuidados de D. Carolina Pimentel, também da cidade de Guarabira. A mesma era irmã do Coronel João Pimentel. Passados alguns meses, a interna passou para os cuidados da professora Izabel Ludojera dos Santos. (CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula. M.A.L, 13/03/1926).

As 09 internas órfãs, depois de um tempo no Orphanato, foram entregues para servir, na casa de um membro da sociedade paraibana, no Colégio da Providência ou na Casa de Caridade do Padre Ibiapina. A órfã com menor idade a deixar a Instituição tinha 14 anos e foi servir como cozinheira no Colégio da Providência; a mais velha saiu aos 19 anos.

Notamos que as meninas órfãs não chegavam a passar muitos anos na Instituição. Acreditamos que existia uma maior urgência na destinação, isto é, na colocação das órfãs em uma casa ou lugar em que pudessem trabalhar, pois não tinham seus pais e parentes que pudessem se responsabilizar por elas. Para estas, foram providenciados de imediato lugares para morar, algo bem curioso, já que as outras internas passaram longos anos até atingirem a maioridade e algumas ainda permaneceram no Patronato. Do que observamos, nenhuma das 09 órfãs foi para o Patronato.

Para F.L, natural de Goiana-PE, não encontramos os nomes dos pais da interna e também não havia nas fichas de matrículas data e mês de nascimento. Conseguimos determinar a idade devido ao ano de nascimento. Chegou ao Orphanato aos 11 anos,

¹⁶ O Centro de Documentação da cidade Guarabira leva o nome do Cel. João Pimentel.

por intermédio do Sr. Manoel Soares Londres e no ano de 1928 foi entregue à madrinha para os serviços de doméstica. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, F.L, 01/10/1925)

A interna S.M.J, oriunda da cidade de Guarabira-PB era órfã de pai e mãe e chegou à Instituição quando tinha 10 anos de idade. Ficou sob os cuidados das Irmãs por 05 anos, sendo entregue aos trabalhos domésticos na casa do Olívio Pinto, professor de desenho do Lyceu Paraibano e, também, um pintor bem conceituado na Cidade da Parahyba. (CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula, S.M.J,14/02/1925).

Em toda análise documental encontramos apenas um caso de adoção, da interna M.D, natural de Guarabira-PB. Na ficha de matrícula temos a ausência da filiação, mas ao sair do Orphanato foi para a companhia do seu pai adotivo José Lima. Nas observações a respeito do fato não há qualquer informação sobre a adoção. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, M.D, 01/04/ 1923).

3.2.3 A idade de ingresso da internas

De acordo com Monteiro (1972), em “Notas Históricas Relativas sobre o Orfanato Dom Ulrico”, as internas chegavam ao Orphanato com a idade mínima de 06 anos e máxima de 11 anos.

Tais informações nem sempre correspondem ao que foi verificado nas fichas de matrículas das meninas e jovens, já que nesses anos tivemos crianças de 03 anos de idade e adolescentes de 17 anos. Como pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro 6 - Idade de Admissão das internas no Orphanato D. Ulrico

	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929
03 – 07 de idade	13	01	02	04	03	03	03	04
08 - 10 de idade	19	05	01	11	04	03	02	04
11 - 13 de idade	13	05	03	06	07	03	01	07
Acima dos								

14anos de idade	03	01	00	00	01	00	00	00
------------------------	----	----	----	----	----	----	----	----

Fontes: Quadro elaborado pela autora a partir de informações contidas nas fichas de matrícula 1922-1929.

Na década de 1920, uma das internas mais jovens a ingressar na Instituição foi E.G.S, que chegou com 03 anos de idade. A interna mais jovem do ano de 1922 e a que ficou mais tempo sob os cuidados das Irmãs. Teve a companhia de sua irmã matriculada na Instituição, A.G.S, natural da Cidade da Parahyba, que chegou aos 06 anos de idade e quando tinha 15 anos foi internada na Colônia Juliano Moreira em 1931. Depois de um certo período, a jovem teve alta e foi residir com a mãe (F.C), não retornando ao Orphanato. A Colônia Juliano Moreira foi criada no ano de 1928 em substituição ao Asylo de Sant'Anna, de 1893. E atualmente recebe o nome de Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, localizado na capital paraibana.

As duas irmãs tiveram trajetórias bem diferentes. Não acreditamos que por escolha da família, mas realmente por falta de condições de ficarem com as duas filhas em casa, já que as meninas tinham outros irmãos. E, provavelmente, o Orphanato não aceitou de volta a jovem A.G.S, devido à sua internação na Colônia Juliano Moreira. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, A.G.S, 01/07/1922).

E.G.S aos 03 anos de idade ingressou na Instituição e a deixou para ir ao Patronato em 1938 e apenas saiu em 1940, quando foi trabalhar como doméstica na casa do Sr. Raul Maria por 02 anos. Foi obrigada a deixar a residência devido à suspeita de que estava com Lepra, já que sua mãe (F.C) encontrava-se em um leprosário. Depois de ter feito vários exames, e todos com resultados negativos, foi entregue para trabalhar na casa do Sr. José Gonçalves Carvalho Mello. As informações foram registradas pelas Irmãs na ficha de matrícula da moça. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, E.G.S, 01/07/1922).

M.A.S, natural de Mulungú-PB, tinha apenas 04 anos de idade. Ficou interna por 15 anos na Instituição sendo entregue à mãe no ano de 1939 e já se encontrava com 19 anos de idade. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, M.A.S, 17/08/1924).

A interna com mais idade a ingressar na Instituição foi R.W.V. Tinha 17 anos de idade e era natural de Campina Grande/PB. No ano de 1929 seguiu para o noviciado das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena, na Bahia. E em 1931 já fazia parte da

congregação das Irmãs, indo estudar no Piauí em 1940. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, R.W.V, 10/01/1926).

As aprendizagens das internas em torno das prendas domésticas eram consideradas preceitos da cristandade e condizentes com o papel das mulheres na sociedade paraibana do início do século XX.

3.2.4 A procedência das internas

Nos três primeiros anos estudados, notamos que houve uma maior procura para acesso à Instituição, principalmente das meninas e jovens oriundas do interior paraibano. Mas também, encontramos internas provenientes de outros estados da região Norte do país, tais como Pernambuco (06), Rio Grande do Norte (04) e Ceará (02), Piauí (01) e Acre (01), e em uma das fichas de matrícula apareceu a expressão “ignorada” no tocante à cidade em que nasceu a interna.

Quadro 7 - Procedência das Internas

	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929
Naturais da Parahyba (capital do estado)	15	03	01	08	02	01	03	05
Se de outros municípios	27	09	04	10	13	06	02	11
Se de outros Estados	05	00	01	03	01	02	01	00

Fontes: Quadro elaborado pela autora a partir de informações contidas nas fichas de matrícula 1922-1929.

De acordo com Chagas (2004), conforme já apresentado, na Cidade da Parahyba no início do século XX, havia uma grande quantidade de famílias advindas do interior. A Cidade da Parahyba não possuía infraestrutura e nem empregos para comportar o grande número de famílias que vinham dos mais diversos municípios do estado e de

estados vizinhos, que buscavam melhores condições de vida. Muitas dessas pessoas, por não terem abrigo e moradia, passaram a circular pelas ruas da cidade.

Tratam-se de matutas que toda semana chegam do interior, procedentes de várias cidades. São de bons costumes, mas sem nenhuma noção de copa, e as mais das vezes completamente alheias aos misteres da cozinha etc... Estas vivem se oferecendo de porta em porta ou por intermédio de outras suas velhas conhecidas aqui residentes [...]. As patroas não as querem por ser inexperientes, nem elas se dispunham ensinar. (JORNAL A UNIÃO, 1920).

Destaca-se o número superior de internas vindas do interior em relação ao número das procedentes da capital (Quadro 7). Supomos que, em tese, como já afirmado também pelo jornal *A União* de 1920, ser esse o principal objetivo das elites paraibanas ao contribuir na construção do Orphanato: abrigar as crianças e jovens pobres, pois existia um grande número de pessoas que viviam nas ruas, sem ocupação.

Como podemos visualizar, o número de famílias que chegavam do interior para a capital era de pessoas que saíam de suas cidades em busca de melhores condições de vida, mas quando chegavam à cidade se deparavam com a escassez de trabalho e moradia e a solução encontrada era distribuir os filhos pelas instituições assistenciais. De acordo com Gondra e Rizzini (2014), no período analisado se tinha o entendimento de que se o aumento da densidade demográfica nas grandes capitais reforçava a necessidade de diversas instituições minimizarem os perigos que a população pobre poderia causar à urbanização da cidade.

Como se pode notar, a população pobre aparece como um problema. A demografia como argumento parece cumprir a função de indicar densidade da população em geral, realçando a existência de subpopulações, de outros estratos, com características próprias: a massa de ignorantes e de crianças desprotegidas (GONDRA; RIZZINI, 2014, p. 577).

Citaremos fichas de matrículas para exemplificar situações de internas da capital da Parahyba, como de outros municípios e estados: L.E.F chegou à Instituição aos 04 anos de idade e foi matriculada no ano de 1929, natural de Teixeira/PB, quando completou 13 anos de idade, em 1942, saiu para ir residir com o pai. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, L.E.F, 19/11/1929).

Temos o caso da jovem I.H.C que ficou na Instituição por apenas dois meses, oriunda do estado do Ceará, foi reclamada por sua família, devido ao falecimento de seus pais no Alto Acre. Todo trâmite legal se deu sob a tutela do Chefe de Polícia, que a entregou ao Sr. Carlos Rocha. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, I.H.C, 05/10/1924).

3.2.5 Apadrinhamento¹⁷

Segundo Oliveira (2014), a questão do apadrinhamento pode ser vista como uma estratégia de relacionamento em uma sociedade desigual. As meninas que ingressavam na Instituição tinham poucos rendimentos ou nada. Esses padrinhos não eram de batismo, eram pessoas que se responsabilizam pelas jovens.

O apadrinhamento consistia em quando um membro da sociedade paraibana contribuía com as ações assistências para o Orphanato e, também, com os gastos das jovens. As internas recebiam produtos de higiene, roupas, sapatos e material de higiene pessoal, já que esses produtos eram escassos no Orphanato. Como forma de agradecimento pela ajuda recebida, caso o padrinho desejasse, a interna deixava à Instituição e ia residir junto ao seu protetor como forma de pagamento pelos benefícios que lhes foram concedidos. Verificou-se na documentação que algumas internas deixavam a Instituição e iam para a casa dos padrinhos. De acordo com Chagas (2004), “[...] na compreensão dos colaboradores do D. Ulrico, os pais das meninas não poderiam se opor a essa destinação, essa atitude se constituía num meio de assegurar-lhes a sobrevivência e da família livrar-se do ônus de criá-las”. (CHAGAS, 2004, p. 218).

No período de férias da Instituição quem tivesse um padrinho, e se esse desejasse, poderia deixar o Orphanato para visitá-lo. Era uma prévia do que seria a sua futura vida, pois as meninas iam para ajudar nos afazeres da casa: lavar, passar, varrer, costurar e cuidar das crianças. Essa era uma maneira encontrada para que os padrinhos conhecessem as internas, como também de as Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena

¹⁷ Compreendemos que o apadrinhamento implicava no trabalho não remunerado, porém optamos pela segmentação devido as especificidade das fichas de matrículas.

garantirem a moradia e ajuda com despesas para as internas. O processo visava preparar as meninas para um destino já traçado desde as suas entradas na Instituição.

[...] pessoas da sociedade que a levavam para gozar um fim de semana em ambiente familiar, como gesto filantrópico; tal fato, porém, nada mais era do que simular passeio a troco do serviço doméstico gratuito, ao que devia servir a Deus, através do homem. Com polidez, humildade, submissão, obediência e temor a Deus. (NEGRÃO, 2004, p. 137).

Acreditamos que não havia um contrato de papel, mas uma verbalização e uma prática recorrente em todo Brasil, como foi verificado em pesquisas realizadas em outras instituições, às quais fizemos referências nesta dissertação. Havia uma legislação do período imperial que assegurava a permanência de práticas, procedimentos e comportamentos e que teve vigência até as primeiras décadas do século XX. Uma delas era utilização da mão de obra feminina para os serviços domésticos em troca de comida, lar e vestimentas.

De acordo com Azevedo (2007), na ausência do pai, o juiz de órfãos nomeava um tutor, que no caso do Orphanato era o padrinho.

Até às primeiras décadas do século XX, a tutela, que antes usada como mecanismo de defesa para o órfão, passou a ser utilizada como ferramenta de agenciamento do trabalho infantil “[...] não raro, as pessoas faziam pedido de tutela para terem crianças e adolescentes executando-lhes serviços de forma compulsória”. (AZEVEDO, 2007, p. 04).

O Orphanato D. Ulrico era responsável pela destinação final da interna para casa de um “padrinho” ou de outra pessoa que desejasse ter umas das internas em sua residência ou de outra instituição para prestação de serviços domésticos. A casa da família ou dos chamados “padrinhos” era escolhida pelas as Irmãs que diziam qual menina devia ser apadrinhada ou qual menina iria para tal casa.

Essas situações foram entendidas na pesquisa como trabalho doméstico não remunerado, que será tratado mais adiante, uma vez que as internas deixavam a Instituição para trabalhar em troca da subsistência.

Caso a interna tivesse agradado aos padrinhos, ao completar uma determinada idade, geralmente era a partir dos 14 anos de idade, saíria da Instituição para essas casas por isso que o tempo das férias era determinante para aceitação ou não da interna nesses lares. A educação que a interna recebia na Instituição para as prendas domésticas, a

disciplina e obediência eram fatores imprescindíveis na busca de um padrinho ou de uma casa para morarem.

O caso da interna D.B ilustra bem essa concepção, natural de Natuba-PB, chegou ao Orphanato com 07 anos de idade e saiu quando tinha completado 13 anos, sendo entregue para seus padrinhos, Eptácio Pessoa Sobrinho e D. Margarida Pessoa. Constava na ficha de matrícula que a jovem serviu na função de cozinheira. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, D.B, 18/08/1924).

Essa foi uma das formas encontradas pelas elites da Cidade da Parahyba para apropriação do trabalho feminino não remunerado. Na maioria das fichas de matrículas apareceram os nomes das pessoas com quem as jovens iriam morar, mas em 14 das fichas havia as palavras padrinho ou madrinha.

Quadro 8 - Quanto ao Apadrinhamento

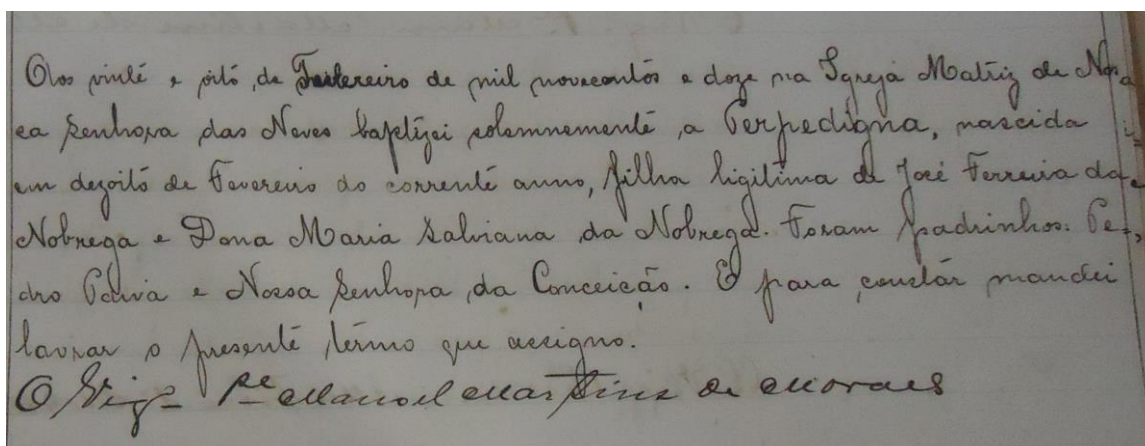
	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929
Apadrinhamento	04	00	01	05	01	01	01	01

Fontes: Quadro elaborado pela autora a partir de informações contidas nas fichas de matrícula 1922-1929.

Na capital da Parahyba, tivemos a interna A.S que chegou à Instituição com 07 anos de idade e saiu aos 16 anos e, no ano de 1931, foi entregue à madrinha D. Julita Cruz. (CIDADE DA PARAHYBA Ficha de Matrícula, A.S, 22/12/1922).

P. F. N, natural da Cidade da Parahyba, foi entregue ao Orphanato aos 10 anos de idade e deixou a Instituição com a madrinha, D. Cosma, no ano de 1930. Quando saiu, a interna tinha 18 anos de idade. Na certidão de batismo da interna não constou o nome da madrinha, mas sim, de Nossa Senhora da Conceição. Como podemos verificar na certidão de batismo de P.F.N. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, P.F.N 07/08/1922).

Figura 20 - Certidão de Batismo de P.F.N do ano de 1912



Fonte: Arquivo da Arquidiocese da Paraíba.

M.C.L era órfã de pai e mãe. Chegou aos 11 anos na Instituição e em 1929 foi servir como cozinheira no Colégio das Irmãs em Pirpirituba/ PB, quando ainda tinha 14 anos de idade. Após o fechamento do Colégio foi para casa da madrinha, D. Eulina, e apareceram informações que em 1940 a jovem casou-se. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, M.C.L, 15/05/1922).

3.2.6 Destinos

Os destinos mais comuns das meninas desvalidas do Orphanato foram as permanências no Orphanato, regressos para a família, vida religiosa, idas ao Patronato, doenças, falecimentos, exclusão (sobre esse assunto, falaremos mais adiante), encaminhamento para outras instituições, acessos aos trabalhos remunerados e não remunerados. Essas informações encontram-se sintetizadas no quadro 9, que trouxemos para discussão tentando identificar situações vivenciadas pelas internas que mostraram a complexidade das relações estabelecidas entre as meninas e as elites paraibanas do início do século XX.

Segundo Marcílio (1998), no geral, havia quatro motivos para a saída das internas de instituições educativas: “[...] casamento, contrato de locação de serviços em casa de boas famílias; entrega a seus parentes, ou emprego nas escolas públicas como professora”. (MARCÍLIO, 1998, p.282).

Há casos de internas que se encaixam em mais de um item apresentado no quadro abaixo. Como podemos ver na trajetória da interna H.C.P, demonstrou-se que ela era uma das jovens que entrou para o noviciado das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena em Belém do Pará, em 1926. Nos registros do Orphanato foi informado que a mesma faleceu em Teixeira-PB. Não sabemos como a jovem foi para essa cidade, pois a mesma não tinha vínculo de parentescos registrados no lugar, sendo natural da cidade de Cabedelo-PB e, também, não sabemos o ano de seu falecimento (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, H.C.P, 06/12/1920).

Quadro 9 - Destino das Internas

	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929
Permanências no Orphanato	02	00	01	00	00	00	00	01
Regresso à família	19	09	01	11	08	06	04	10
Vida Religiosa	03	00	00	01	02	00	00	00
Patronato	03	01	00	05	02	01	00	04
Doenças	02	00	00	00	00	01	00	00
Falecimentos	03	00	00	00	00	00	00	00
Exclusão	02	00	00	00	00	00	01	01
Outras instituições	06	00	00	00	00	00	00	01
Trabalho Remunerado	04	01	00	01	00	01	00	00
Trabalho sem Remuneração	15	01	03	09	07	04	01	03

Fontes: Quadro elaborado pela autora a partir de informações contidas nas fichas de matrícula 1922-1929.

Abaixo analisaremos, a partir dos dados apresentados, os possíveis destinos das jovens que internas no Orphanato, depois de algum tempo, eram, em alguns casos, obrigadas a nele permanecerem, pois não tinham para onde ir; outras, destinadas a viverem em outros lugares e casas de acordo com a orientação e liberação da própria Instituição que as recebeu.

3.2.6.1 Permanências no Orphanato

Nos 08 anos de matrículas analisadas por esta pesquisa, tivemos apenas 03 casos registrados nas fichas de matrículas de internas que permaneceram, ainda que temporariamente, no Orphanato, quando completaram a maioridade, como é o caso da interna Jo.T.O que saiu da Instituição aos 25 anos. A indicação na ficha de matrícula anunciava que deveriam ceder seus lugares para outras, permanecendo não mais como internas, mas como auxiliares das Irmãs. Esta jovem passou quatro anos nessa condição, logo depois encontrou outro destino como veremos no item “Trabalho não remunerado”, tendo mais 05 irmãs matriculadas no mesmo ano. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, Jo.T.O, 30/08/1922).

Desde a inauguração do Orphanato D. Ulrico, havia uma preocupação com as jovens que não tivessem para onde ir quando chegassem à maioridade e, também, não tivessem encontrado trabalhos para se sustentarem.

A preocupação inicial dos responsáveis pelo Orphanato D. Ulrico acabou não se concretizando, pois havia uma procura da sociedade por terem em seus lares moças prendadas e educadas nos preceitos religiosos.

3.2.6.2 Regresso às Famílias

Conforme os registros, no decorrer dos 08 anos analisados, 68 meninas retornaram para seus lares. Provavelmente, algumas delas foram trabalhar, seja com remuneração ou sem remuneração. Como já afirmamos, houve casos em que a interna se inseriu em mais de um item do quadro acima apresentado. As jovens ao serem entregues às famílias, pais, mães, irmãos, tios e avós, muitas vezes, para alguns casos,

eram também oferecidas para exercerem serviços não remunerados em outras casas, como já mencionamos.

No ano de 1922 houve matrículas de seis jovens de uma mesma família, A.T.O, J.T.O, M.T.O, Z.T.O, J.T.O e Jo.T.O que passaram longos anos na Instituição. A jovem que menos tempo passou no Orphanato ficou por 06 anos e a que passou mais tempo ficou por 15 anos. Cinco tiveram o mesmo destino, voltando para sua cidade natal, em Espírito Santo-PB para residir com o “Tio Rufino”. Apenas Jo.T.O teve um destino diferente, que indicaremos a seguir. (CIDADE DA PARAHYBA, Fichas de Matrículas, A.T.O, J.T.O, M.T.O, Z.T.O, J.T.O, 30/08/1922).

M.C.T permaneceu por 08 anos no Orphanato e, em 1930, foi consentido pelo juiz de órfão que entregasse a jovem à sua mãe. No caso específico de M.C.T., esse era o procedimento necessário, pois a jovem era menor, tinha 14 anos de idade e só chegaria a maioridade aos 21 anos de acordo com o Código de Civil de 1916, vigente naquele momento. Supomos que a saída da mesma se deu pelo fato de a mãe ter melhorado de condições, podendo suprir as necessidades financeiras de sua filha. Quando deixada para cuidados a jovem passava a ser de responsabilidade da Instituição. Com o retorno para família, a guarda era novamente repassada; talvez, isso explique a expressão “foi entregue”, que apareceu com grande frequência no caso das internas que retornaram para a família. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, M.C.T 11/08/1922).

L.E.F, oriunda de Teixeira-PB, chegou ao Orphanato com 03 anos de idade, permanecendo na Instituição por 13 anos e saiu em 1942, com 16 anos de idade para residir com o pai. Sua irmã Li. E.F, também matriculada na Instituição com 06 anos de idade, saiu dois anos antes, em 1940, na companhia da mãe. As Irmãs Santa Catarina de Sena acrescentaram a informação, na ficha de matrícula, de que a mesma teria se prostituído. (CIDADE DA PARAHYBA, Fichas de Matrículas, Li. E. F, 19/11/1929).

Foi bastante comum encontrarmos informações das meninas, mesmo depois que já haviam deixado a Instituição. As religiosas que cuidavam do Orphanato acompanhavam a vida das internas e anotavam as informações nas fichas de matrículas, por isso, é comum encontrarmos data de informações que fogem do período histórico da pesquisa. Entendemos que essas informações foram valiosas para a compreensão do pensamento da época sobre as ex-internas, tornando possível apreendermos como eram

acolhidas pela sociedade, a partir dos resultados práticos da educação que receberam na Instituição.

3.2.6.3 Vida Religiosa

O termo noviciado foi encontrado nos registros de algumas internas do Orphanato, significando, acreditamos, o tempo de formação necessário para o exercício a vida religiosa. O Direito Canônico¹⁸ define o noviciado como o período:

[...] com o qual se começa a vida no instituto, destina-se a que os noviços conheçam melhor a vocação divina, a vocação própria do instituto, façam experiência do modo de viver do instituto, conformem com o espírito dele a mente e o coração e comprovem sua intenção e idoneidade. (Código de Direito Canônico, 1983 p. 646).

O período de aprendizagem no noviciado podia ter a duração de um e, no máximo, de dois anos. Foram seis internas que seguiram o caminho da vida religiosa. Tivemos algumas internas que foram para as instituições das Irmãs, mas para servir como domésticas, cozinheiras e atividades ligadas às prendas domésticas, e não com o intuito de se tornarem noviças, casos bem diferentes das trajetórias das internas que mencionaremos a seguir.

M.I.C, natural do Recife-PE, ingressou no Orphanato com 10 anos de idade. Chegou em 1922 e saiu em 1929. Seguiu para a vida religiosa e foi encaminhada para o noviciado das Irmãs do Pobres de Santa Catarina de Sena, na Bahia. No ano de 1931 fez os votos de pobreza, obediência e castidade celibatária de consagração para assumir a vida religiosa na congregação das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena. Na ficha de matrícula de M.I.C., no ano de 1940, há informações de que a ex-interna trabalhava no Colégio Nossa Senhora da Luz, que atualmente recebe o nome de Centro Educacional Nossa Senhora da Luz (CENSL), na cidade de Guarabira-PB.

M.I.C seguiu para trabalhar no Colégio Nossa Senhora da Luz, fundado pelo Cônego Mons. Emiliano de Cristo, no ano de 1936. A Madre Ester Veritá e a Irmã Petri inspecionaram as instalações construídas, sendo também responsáveis pela educação das meninas desvalidas do Orphanato D. Ulrico.

¹⁸ É o conjunto de leis e regulamentos feitos ou adotados pelos líderes da Igreja, para o governo da organização cristã e seus membros.

O educandário feminino foi dirigido pelas Irmãs da Congregação dos Pobres de Santa Catarina de Sena, que tinha na supervisão a Superiora Irmã Diomira Brizzi. A Instituição era vista como referência educacional, tanto na cidade de Guarabira como, também, nas cidades circunvizinhas. As Irmãs deixaram a Instituição em 1979, após 44 anos de serviços prestados. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, M.I.C, 31/05/1922).

Figura 21: Colégio Nossa Senhora da Luz



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora da Luz.

M.N.S.M oriunda da cidade de Nova Cruz- RN, seguiu para vida religiosa. Entrou como postulante - período de formação anterior ao noviciado, quando tem-se a intenção de ingressar na consagração religiosa - na Congregação das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena e, em 1929, seguiu para a Bahia, ingressando no noviciado. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, M.N.S.M, 01/12/ 1922).

Z.T.C chegou aos 10 anos de idade e no ano de 1936, ingressou no Patronato e saiu em 1937 para o noviciado das Irmãs Capuchinhos no Ceará, tendo professorado os

votos religiosos com o nome de irmã Otávia¹⁹. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, Z.T.C, 14/10/ 1925).

R.W.V , natural de Campina Grande-PB, chegou à Instituição com 17 anos e, em 1929, seguiu para o noviciado das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena, na Bahia. No ano 1931, seguiu a vida religiosa, conta também que a jovem permaneceu por um determinado período no Piauí, em 1940. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, R.W.V, 10/01/10/ 1926).

O.M.S, nativa de Alagoinha-PB, ingressou no estabelecimento quando tinha 12 anos de idade e permaneceu sob os cuidados das Irmãs por 10 anos. Em 1936, foi para o Patronato e, no ano seguinte, foi para o noviciado das Irmãs Capuchinhos no Ceará e recebeu o nome de Irmã Aurélia. (CIDADE DA PRAHYBA, Ficha de Matrícula, O.M.S 29/03/ 1926).

3.2.6.4 Patronato anexo ao Orphanato D. Ulrico

O Patronato foi inaugurado em 1936 e ficava anexo ao Orphanato D. Ulrico. Quando as internas estavam próximas de completar a maioridade e que ainda não tinham encontrado uma residência para morar, havia a possibilidade de permanecer no Patronato até que lhes fossem encontrados empregos ou casas para residir, em troca dos serviços prestados.

O tempo de permanência no Patronato era transitório até que as jovens arrumassem um serviço, na maioria das vezes, era por intermédio das Irmãs Catarina, e não encontramos registros de que as jovens recebessem qualquer remuneração para permanecerem no espaço. Quando as internas se aproximavam dos 18 anos, eram encaminhadas para o Patronato. Não se permitia a convivência com as internas menores. A presença de crianças era apenas quando exerciam alguma atividade auxiliando as Irmãs, não era admitido que as moradoras do Patronato dormissem ou fizessem as refeições no Orphanato.

¹⁹ Era comum após realizarem os votos na Instituição religiosa, as irmãs mudarem o nome de batismo, para o nome de algum santo ou beato da Igreja, como no caso da interna Z.T.C que passou a se chamar de Irmã Otávia.

De acordo com Monteiro (1972), uma moradia após a maioridade era necessária devido ao grande número de meninas que as famílias não tinham como sustentar. “É preciso construir um anexo para as que não encontraram colocação ou não quiserem deixar o estabelecimento”. (MONTEIRO, 1972, p. 33).

Quadro 10 - Internas que passaram pelo Patronato

Iniciais	Ano que ingressavam no Patronato	Destino
C.L.O – 1922	1936	Serviços de doméstica-1940
E.G.S – 1922	1938	Serviços de doméstica-1940
I.G.S – 1923	1940	Atendente de Posto-1945
M.P – 1923	1935	Não informa
C.L.S – 1925	1937	Família- 1937 ²⁰
M.C.M.A – 1925	1936	Serviços de doméstica-1941
M.N.B – 1925	1938	Serviços de doméstica-1940
M.E.C – 1925	1940	Família – 1940
S.A.P – 1925	1939	Família – 1939
#. L.S – 1925	1936	Família – 1939
Z.T.C – 1925	1936	Noviciado- 1937
O.M.S – 1926	1936	Noviciado- 1937
N.N.L – 1926	1937	Serviços de doméstica – 1939
G.S.C – 1927	1939	Família-1939
M.D.S -1927	1937	Professora – 1941
A.A.A- 1929	1939	Serviços de Agulha
M.D.A- 1929	1940	Serviços de doméstica-1945
L.N.S – 1929	1941	Excluída – 1941

Fontes: Quadro elaborado pela autora a partir de informações contidas nas fichas de matrículas 1922-1929.

Visualizamos que, das 135 internas matriculadas no período, apenas 18 internas ingressaram no Patronato.

²⁰ Permaneceu por alguns meses no Patronato e depois foi residir com sua família.

No quadro mostrado acima, podemos ver, para além do Patronato, os diversos destinos das moças. Algumas retornaram para suas famílias, outras conseguiram moradia, e temos dois casos de trabalhos com remuneração que foram os de M.D.S e I.G.S, que serão mostrados no item trabalho remunerado.

A.A.A, nasceu na cidade Serra da Raiz-PB, chegou ao Orphanato com 11 anos de idade e permaneceu sob os cuidados do Orphanato por 10 anos. No ano de 1939, passou para o Patronato para prestar serviços de agulhas. No caso de A.A.A, ficou na Instituição para os serviços de agulha, seja fazendo os enxovais encomendados ao Orphanato, seja para o ensino das internas nos trabalhos manuais. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, A.A.A 17/01/1929). Essa temporada no Patronato era um tempo de espera para que seus destinos fossem sacramentados.

3.2.6.5 Doenças, Falecimentos e Exclusões

As internas M.A.F e S.F vieram a óbito ainda no período em que estavam sob os cuidados do Orphanato. S.F, oriunda de Goiana-PE, aos 09 anos de idade ingressou na Instituição, não chegou a ficar 01 ano, pois contraiu tuberculose e foi internada no Hospital Santa Izabel. M.A.F, natural de Alagoinha-PB, chegou à Instituição aos 07 anos de idade. Após o período de 09 anos no Orphanato, veio a falecer, em 1931, de tuberculose. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula de M.A.F, 14/06/ 1922); (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula de S.F, 15/12/1922)

Honra seja ao dr. José Maciel que, com a publicação de seu ilustrado e vibrante trabalho, veio soltar um brado necessario em favor da sociedade em que vivemos, a braços com o terrível morbo da tuberculose, que é um verdadeiro flagello – pior que a varíola – quando implanta-se no seio de um povo, como sucede aqui nesta cidade e em outras do interior do Estado, mesmo lá no alto sertão, onde os tuberculosos do litoral, que para ali acorrem, contaminaram famílias inteiras, d’antes completamente sadia, hoje fatalmente arruinadas. Quem haja perambulado pelas ruas pobres desta urbe, ruas cheias de casebres escuros, húmidos, empoeirados, com quintaes cheios de lixo, por onde os médicos da hygiene não costumam passear e nem outros funcionários do governo. (*A IMPRENSA*, 1921, p. 1).

A Cidade da Parahyba viveu momentos de preocupação, pois a epidemia de tuberculose assolou a população, principalmente os pobres, que estavam mais expostos

às contaminações nas ruas da cidade. Podemos verificar que, apesar de todos os cuidados das Irmãs com as questões de higienização e a própria estrutura física da instalação predial do Orphanato D. Ulrico, ainda assim, houve mortes.

E.P.M, nasceu em Alagoa Nova-PB, chegou à Instituição aos 13 anos e ficou até os 17 anos. Saiu do Orphanato para um hospital de doenças nervosas e mentais. O Hospício de Alienados foi inaugurado em 1883, no bairro da Tamarineira, na cidade de Recife, que na época da internação da E.P.M chamava-se Hospital de Doenças Nervosas e Mentais²¹. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula de E.P.M, 04/06/1922).

3.2.6.6 Outras Instituições

A intenção da narrativa de pesquisa buscou analisar as fontes, de forma que elas possibilitassem ao leitor apreender os objetivos da criação do Orphanato D. Ulrico, ainda que não explícitos pelas autoridades da época ou pelas Irmãs Santa Catarina de Sena. A intenção de recolher e preparar as jovens para o trabalho doméstico nos pareceu presente não só aqui, mas em outras instituições espalhadas pelo Brasil.

O uso da mão de obra feminina de forma exploratória não se deu apenas por membros das elites paraibanas, mas também foi utilizada em outras Casas da Congregação Religiosa Santa Catarina de Sena e por outras instituições.

A jovem E.M chegou aos 10 anos de idade, natural do Ceará. No que se refere à filiação constava a expressão "ignorada". Aos 17 anos foi prestar serviços no Colégio de Providência na Bahia, no ano de 1929. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, E.M, 03/08/1922).

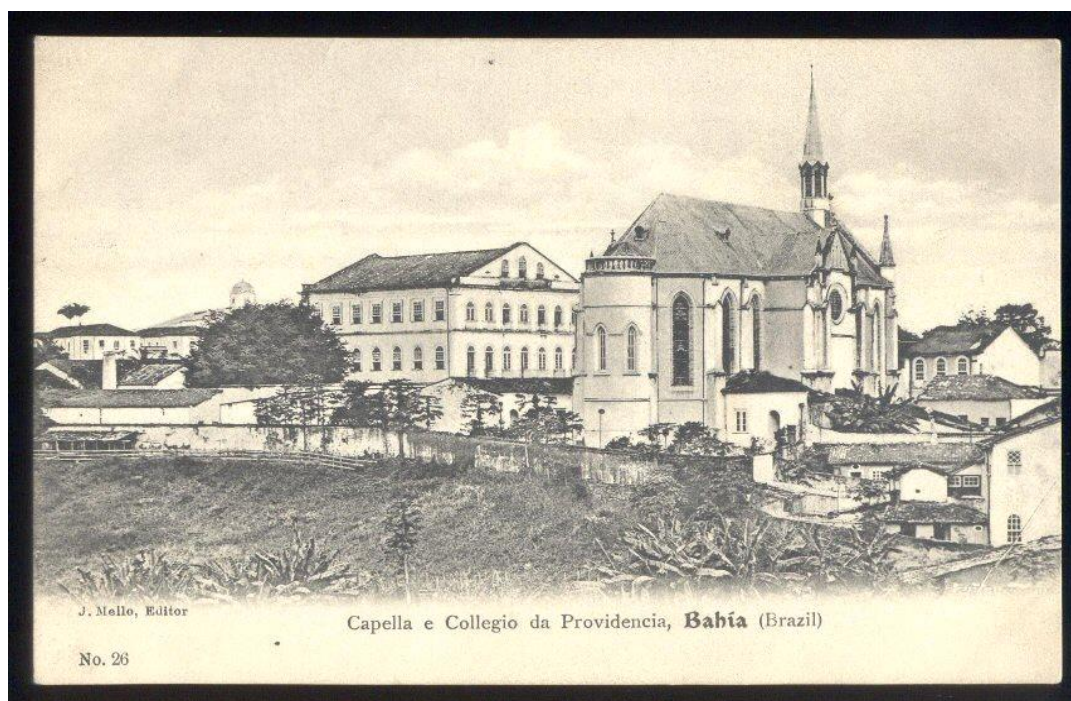
N.G.S oriunda da cidade de Cabedelo-PB, chegou ao Orphanato quando tinha 12 anos de idade. Em sua ficha de matrícula foi encontrado apenas o nome da mãe. Foi encaminhada para os serviços de limpeza no Colégio da Providência na Bahia, no ano de 1929. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, N.G.S, 12/07/1922).

O Colégio baiano foi fundado no século XIX, no ano de 1855, teve como benfeitora a Associação das Senhoras de Caridade. Tinha como foco as meninas órfãs que não tinham recursos financeiros e, por isso, eram abandonadas; também, recebia alunas externas e pensionistas pagantes. As duas jovens que foram encaminhadas para

²¹Atualmente é o Hospital Ulysses Pernambucano.

o então Colégio da Providência eram também órfãs. As meninas foram prestar serviços e, em nenhum momento, encontramos indícios que tenham ido para estudar.

Figura 22 - Capella e Collegio da Providencia, Bahia



Fonte: J. Mello, Editor.

M.S.A passou 08 anos sob os cuidados do Orphanato. De acordo com as fichas de matrículas de 1922, a interna “seguiu para trabalhar” em 1930, no Colégio da Providência na Bahia. Não constou a informação sobre qual função a jovem iria desempenhar, acreditamos ser nos serviços domésticos, pois essas habilidades eram desenvolvidas pelas jovens do Orphanato. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, M.S.A, 03/09/1922).

A jovem R.M.C, natural da Cidade da Parahyba, chegou à Instituição com 13 anos, permaneceu por 04 anos, e em 1926, foi servir como cozinheira no Colégio das Irmãs Pobres de Santa Catarina, em Belém do Pará. Destino semelhante teve a A.F.L, pois foi no mesmo ano e para mesma Instituição que R.M.C. (CIDADE DA PARAHYBA, Fichas de Matrículas, R.M.C, 20/09/ 1922).

Encontramos nos registros de M.N.P apenas o nome da mãe. A interna era natural do Espírito Santo-PB e ingressou aos 13 anos de idade, permanecendo por 05

anos e, em 1927, foi enviada como cozinheira para o noviciado das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena em Belém do Pará. Dois anos depois, seguiu para trabalhar no Colégio da Providência na Bahia. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, R.M.C, 20/09/1922).

A.N nasceu na cidade de Mamanguape-PB, aos 12 anos de idade foi entregue aos cuidados do Orphanato. No ano de 1925, com 16 anos de idade, foi servir no Colégio Sagrado Coração de Jesus-PB. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, A.N, 24/08/1922).

Figura 23 - Colégio Sagrado Coração de Jesus Bananeiras-PB



Fonte: Anuario Ecclesiastico da Parahyba do Norte. Volume II, 1908-1918

A.J.I, natural de Pocinhos-PB, órfã de pai e mãe, chegou ao Orphanato aos 13 anos de idade e, no ano de 1927, seguiu para a Casa de Caridade do Padre Ibiapina. De acordo com Nascimento (2009), a Instituição em Pocinhos -PB foi fundada nas últimas décadas do século XIX, pelo Padre Ibiapina que fundou 20 casas de caridade na região norte. Foram elas: 04 no Ceará, 10 na Paraíba, 03 em Pernambuco e 03 no Rio Grande do Norte. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, A.J.I, 01/12/1922).

Figura 24 - Casa de Caridade do Padre Ibiapina-Pocinhos-PB



Fonte: Edmilson Rodrigues do Ó (1970).

Como afirma Diniz (2004), a educação nas casas do Padre Ibiapina aliava trabalho, confinamento e silêncio, essa tríade pode ser vista em outras instituições para a população pobre como no caso do Orphanato D. Ulrico, que era indispensável educar os corpos e as mentes das meninas desvalidas ou órfãs. Acreditavam no poder disciplinador do trabalho como forma de incutir hábitos e comportamentos condizentes com que a sociedade julgava ser o mais plausível para as mulheres da população pobre.

[...] ensinemo-las a preparar convenientemente uma refeição, a lavar, a passar a ferro, a concertar as meias, fazer uma camisa, a cortar as suas roupas e vestidos. Que ellas saibam que uma boa cozinha poupa despesa com o medico e a pharmacia. [...] Quando estiverem casadoiras convencei-as que a felicidade no matrimonio não resultado da fortuna ou da posição do marido, das suas qualidades Moraes e do seu character. Si vós lhes ensinardes tudo isso ellas o compreenderem, ficae seguros de que as vossas filhas estão no caminho da verdadeira felicidade e deixae o resto à Providencia divina. (*A IMPRENSA*, 1913, p.1).

Assim o jornal *A Imprensa* instigava na população a ideologia de uma educação para as meninas e, em especial, para as pobres que defendia a obediência, subserviência e a conformação com seus destinos, pois, tudo estava delegado à divina providência. As mulheres eram educadas na pedagogia da conformação e do não enfretamento, na moral cristã e na perfeição para a execução das prendas domésticas. Mas isto não significa que todas cumpriram ou aceitaram os destinos aos quais foram submetidas, mas era esse o pensamento que vigorava no início do século XX.

3.2.6.7 Trabalho Remunerado

Os casos de trabalhos que ofereceram contratações e remunerações às jovens foram exceções que fugiram dos demais. Nos períodos de matrículas analisados, tivemos poucos casos de trabalhos remunerados e fizemos a distinção entre trabalho remunerado e o trabalho não remunerado. No primeiro encontramos a expressão do tipo “empregou-se”. Esses são os casos que iremos retratar neste tópico. As profissões que verificamos foram de professora, costureira, serviços de agulha e atendente de um posto de higiene²².

L.P.M, nascida em Garanhuz-PE, chegou no Orphanato com 15 anos, permanecendo até o ano de 1928 na condição de interna e continuou na Instituição auxiliando as Irmãs. Depois, seguiu para Bahia onde se empregou no Colégio da Providência. A diferença na ficha dessa jovem é que apareceu a expressão “empregou-se”, diferente de outras jovens que foram designadas para a mesma Instituição com outros termos. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, L.P.M, 26/11/1922)

No caso de M.D.S, natural da cidade de Bom Jardim-RN, chegou ao Orphanato quando tinha 10 anos e, aos 20 anos de idade, foi para o Patronato, onde permaneceu por 01 ano; e no ano de 1938, saiu definitivamente da Instituição. A ficha de matrícula informou que “presentemente” a interna, no ano de 1941, regia uma escola rural, na cidade de Teixeira-PB. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, M.D.S, 28/10/1927).

²² De acordo com Rodrigues (2010), surgiu para combater as enfermidades da época. Atendiam de forma gratuita a população pobre e oferecia assistência médica, auxílio para crianças e gestantes e para enfermidades que assolavam a população.

Não há como afirmarmos se a jovem teve escolarização em níveis primário ou secundário, já que no Orphanato, na década de 1920, não constatamos a oferta de qualquer nível de escolarização para as meninas. Podemos supor que a jovem pode ter aprendido a ler com as freiras e, dessa forma, ter conseguido a autorização necessária para lecionar, mesmo sem uma titulação.

Encontramos outras instituições educativas que também se preocuparam com a educação das meninas desvalidas na Cidade da Parahyba. Foram elas as Casas de Caridade do Padre Ibiapina (fundada no século XIX); Colégio São José – 1905; Escola Santa Inês – 1909 e o Instituto São José – 1932. Em todas essas instituições havia a instrução para as primeiras letras, porém o que prevalecia era uma educação voltada para as prendas domésticas.

A preocupação com formação das futuras empregadas domésticas era tão latente, que foi alvo de discussões no Jornal *A União* (1920). A matéria anunciava que a existência das aulas de primeiras letras dificultava encontrar moças que pudessem trabalhar como domésticas.

O Asylo de Órfãos em Campinas- SP e o Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará foram fundados durante o século XIX, no entanto, se assemelharam com o que encontramos no Orphanato D. Ulrico na Cidade da Parahyba, no século XX. As semelhanças passavam pelas formas de pensar e as finalidades da educação para meninas pobres. Independentemente da região, os destinos das jovens pobres eram os mesmos: servirem nas casas dos beneméritos.

M.N.A, nasceu na cidade de Guarabira-PB, permaneceu por 09 anos e ao completar a maioridade ficou auxiliando as Irmãs por mais de 01 ano e, em 1932, deixou a Instituição em companhia da mãe para trabalhar em um ateliê de costura. A ficha de matrícula não informou a localização ou quem tenha contratado a jovem. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, M.N.A,02/ 04/ 1922).

I.P.S, era natural de Patos-PB. Constava na ficha de matrícula apenas o nome da mãe e chegou ao Orphanato quando tinha 04 anos de idade. Em 1940, foi para o Patronato; o registro de nascimento foi feito nesse ano no dia 18/12/1940. A interna permaneceu por 22 anos somando o período do Orphanato mais o Patronato. No ano de

1945 foi ser atendente no Posto de Higiene. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, I.P.S, 01/03/1923).

Esses casos foram exceções de trabalhos que fugiram do perfil dos demais, comumente presentes por apresentar possibilidades de contratação e remuneração. As indicações das fichas de matrícula e o levantamento bibliográfico nos levaram a acreditar que instituições como o Orphanato D. Ulrico foram criadas para serem escolas de empregadas domésticas. Essa era uma realidade encontrada em outras instituições como podemos observar nas pesquisas de Negrão (2004), Sousa (2009) e Sabino (2012).

Segundo Negrão (2004),

[...] fato de o Asilo de Órfãs ser considerado “escola” de empregadas domésticas, pois por não terem dote, dificilmente arranjariam casamento. E referenda a condição de “escravidão disfarçada”, quando alguma família abastada se interessava em ter uma órfã a seu serviço; raramente ocorriam casos de adoção de órfãs como filhas (NEGRÃO, 2002, p. 07).

Para a Paraíba, podemos concordar com assertiva, pois no caso do Orphanato D. Ulrico, foi essa a realidade encontrada. Meninas que recebiam uma educação para obediência, baseada nos preceitos religiosos e aprendizagens nas prendas domésticas como contribuição para encontrarem uma casa de “boa família” que as abrigassem ao saírem da Instituição.

Diferentemente do que acontecia nas Casas do Padre Ibiapina (Paraíba) e no Colégio Nossa Senhora Amparo (Província do Grão- Pará), pois as órfãs recebiam um dote na tentativa de arrumação de um casamento. Na documentação do Orphanato não encontramos quaisquer indícios que levassem à essa conclusão.

O que diferenciou as trajetórias de M.N.A, I. P.S e M.D.S foi o recebimento da remuneração. Não podemos mensurar se era um pagamento justo ou não pela atividade que desempenhavam, porém as oportunidades distintas das demais colegas chamaram a atenção.

No próximo item indicaremos algumas trajetórias ligadas aos trabalhos não remunerados, mais recorrentes na Instituição.

3.2.6.8 Trabalhos não remunerados

[...] estou certo de que ela dará uma ótima empregada; é civilizada, fala com educação. Tenho muito boa impressão a seu respeito. Toda vez que a via, sempre me tratava cortesmente e perguntava como ia passando, de maneira muito educada; e quando estive aqui para ajudar vocês em trabalhos de agulha, observei que sempre fechava a porta de maneira apropriada, sem nunca batê-la. Tenho a certeza de que dará excelente empregada; e será de grande serventia [...]. (AUSTEN, 2011, p.11).

A epígrafe foi retirada do livro *Emma* da autora inglesa, Jane Austen, a primeira publicação do romance foi em 1815. Essa foi uma fala do Sr. Woodhouse em referência à filha de um empregado de sua propriedade. Vejam o que ele aponta como características para uma boa empregada: ser civilizada, falar com educação, atitude cortês, saber fazer trabalhos de agulha e ter noções de como se comportar dentro de uma casa.

Mais de 100 anos separam a publicação do livro da inauguração do Orphanato D. Ulrico, e o personagem definiu com precisão o que a sociedade da Cidade da Parahyba do início do século XX buscava, ao levarem para suas casas, internas do Orphanato D. Ulrico. Como sociedades tão distintas culturalmente, economicamente, geograficamente tiveram o mesmo entendimento sobre o comportamento feminino, atravessando os oceanos e o tempo cronológico na garantia da circulação de ideias.

Os pensamentos que retrataram o imaginário feminino, seja na literatura ou na documentação encontrada reforçaram a compreensão das pretensões de instituições como o Orphanato D. Ulrico e tantas outras criadas no Brasil.

Na análise, destacamos o trabalho não remunerado como uma grande marca na história da Instituição, além dos dados encontrados e apresentados, nos indicou, também, elementos para encaminharmos as conclusões deste texto.

Este foi o destino recorrente para as internas do Orphanato D. Ulrico, perdendo apenas aos das jovens que retornavam para suas famílias, mas que também, ainda assim, poderiam servir em outras casas sem contratos ou salários.

A partir da catalogação das informações, chegamos ao número de 43 internas que foram servir em casas. Se contabilizarmos com as jovens que tinham os apadrinhamentos e as que foram servir em instituições, o número aumenta para 58.

As novas residências da elite agora demandavam novos profissionais para sua manutenção: jardineiros, copeiras, cozinheiros, costureiros,

bordadeiras, babás e outros profissionais que precisaram mudar seus modos rudes, tornando-se afáveis no trato, capazes de seguir novas regras de acordo com os padrões civilizados seus patrões. (VIEIRA, 2011, p.66).

Na Cidade da Parahyba, assim como em outras capitais brasileiras, havia a procura por mulheres para prestarem os serviços domésticos. O Orphanato D. Ulrico, por ser depositário de meninas de pais que continuavam sem condições de cuidá-las, e, ainda de órfãs, oferecia as moças para servir à uma família ou instituição.

As novas residências da elite agora demandavam novos profissionais para sua manutenção: jardineiros, copeiras, cozinheiros, costureiros, bordadeiras, babás e outros profissionais que precisaram mudar seus modos rudes, tornando-se afáveis no trato, capazes de seguir novas regras de acordo com os padrões civilizados dos seus patrões. (VIEIRA, 2011, p.66).

A análise das situações política, social e econômica da cidade e do estado da Parahyba ajudou-nos a perceber as razões que perpassaram a construção e a permanência do Orphanato no nascente cenário urbano.

O caráter filantrópico da Instituição não era apenas benemérito, mas, também, da construção e manutenção de estratos sociais, mantendo as meninas pobres como empregadas e servidoras das famílias mais ricas.

Para que tal estratificação fosse colocada em prática, no caso das internas, era necessário prepará-las para atender à demanda de mão de obra, pois a sociedade encontrava-se temerosa da possível escassez de bons profissionais, em decorrência do fim da escravidão acabaram por desenvolver novas formas de controlar a mão de obra da população pobre. (SABINO, 2012, p. 126).

Por trás, portanto, do aparato filantrópico, por todos celebrados, estavam objetivos bem racionalizados e práticos, próprios de uma sociedade capitalista, capaz de transformar [...] numa escola de empregadas domésticas e futuras e laboriosas esposas de operários produtivos. (LAPA, 1995, p. 224).

Citamos apenas algumas trajetórias de meninas que trabalharam sem remuneração, pois, infelizmente, o que constatamos foi uma série de repetições dessas histórias e de destinos já traçados, muitas vezes, pelas próprias Irmãs no ato de matrículas das jovens.

M.J.S., natural de Itambé-PE, ficou aos cuidados das Irmãs por 06 anos e depois foi para o Rio de Janeiro residir na casa do Dr. Bezerra (parente do diretor do Orphanato Desembargador Heráclito Cavalcanti). A jovem deixou a Instituição quando tinha 15 anos. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrículas, M.J.S, 14/11/1922).

O caso da família Oliveira, como já expusemos, das 06 filhas internas, 05 delas (M.T.O, J.T.O, Z.T.O, J.T.O, A.T.O, Jo.T.O) regressaram para a família. Citaremos apenas o caso de Jo.T.O que saiu do Orphanato e foi para o Patronato em 1936 aos 24 anos de idade. Aos 25 anos, a jovem deixou o Patronato. A interna saiu com maior idade para servir como doméstica na casa do Sr. Antônio Galdino Guedes e, em 1940, permanecia ainda na mesma casa como constou na sua ficha de matrícula. (CIDADE DA PARAHYBA, Fichas de Matrículas, Jo.T.O, 30/08/1922).

Bastante ilustrativo das ações dessas mulheres foi a experiência da popular Deolinda Ferreira de Oliveira, mãe de seis filhas menores. Natural da cidade de Espírito Santo, no interior do estado, essa chegou à Cidade da Parahyba nos primeiros anos do século XX e, após bater de porta em porta à procura de meios para viver, foi proibida de habitar num casebre de taipa e palha na Rua Índio Piragibe, onde dividia um cômodo com as filhas. Passou, então, a morar em Jaguaribe, num casebre construído num terreno de propriedade dos franciscanos. Numa das suas empreitadas diárias, bateu à porta do Sr. Antonio Galdino Guedes - comerciante bem sucedido - a quem pediu misericórdia. A esposa desse comerciante não hesitou; acolheu Deolinda como lavadeira e interveio junto aos franciscanos a que acolhessem-na, juntamente com as suas filhas. O estado de pobreza e abandono da família sensibilizou os franciscanos, que beneficiaram Deolinda com um lote de terra, onde foi construído um casebre [...] as filhas de Deolinda, foram internadas e criadas no Orfanato D. Ulrico, instituição encarregada de cuidar das meninas pobres e mantida pelas Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena. (CHAGAS, 2004, p. 225).

A mãe das 06 internas matriculadas em 1922 foi apenas um dos casos das famílias que deixaram o interior do estado e passaram para residir na cidade.

N.N.L deu entrada na Instituição quando tinha 09 anos de idade e constava, na ficha de matrícula, apenas o nome da mãe. N.N.L permaneceu interna por 11 anos e, em 1937, entrou para o Patronato onde permaneceu até 1939. Logo depois, partiu para o Rio de Janeiro, ficando por 03 meses. Retornou a João Pessoa²³, indo residir com a

²³ Depois de 1930 a Capital do estado deixa de se chamar Cidade da Parahyba e recebe o nome de João Pessoa.

mãe que servia na residência do Sr. Jayme Lima. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, N.N.L, 08/04/1926).

C.L.O, nascida na Cidade da Parahyba era órfã de mãe. Em 1936, tendo permanecido por 14 anos na Instituição, foi levada para o Patronato e permaneceu até 1940, quando foi servir na casa de Nazareth Novais. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, 14/07/1922).

M.C.T, natural de Santa Rita-PB, ingressou no Orphanato aos 11 anos de idade, órfã, pois no item filiação apareceu a expressão “ignorada”. Permaneceu na Instituição por 7 anos, saiu em 1929, quando foi entregue ao Sr. Heronides Cunha para o serviço de governanta. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, M.C.T, 06/10/1922).

M.D, a jovem não possuía sobrenome. Na ficha de matrícula, na informação sobre filiação, temos a expressão “ignorada”, nascida em Sapé, sem o dia e o mês de nascimento, contando apenas o ano de 1917. Chegou ao Orphanato com 08 anos de idade, permaneceu no estabelecimento apenas por 01 ano, sendo entregue em 1926 à família Lins da cidade de Sapé. (CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula, M.D 08/11/1922).

Embora fossem responsáveis pelos serviços domésticos, seja, pela manutenção da casa, ou da sua limpeza, lavagem de roupa, passar e cozinhar, geralmente moças como J.T.O não eram remuneradas por tais funções. Trabalhavam em troca da comida, principalmente se eram órfãs, ou se a mãe declarasse verbalmente não dispor de condições para criá-las. (CHAGAS, 2004, p. 206).

Consideramos válido mencionar a predominância de uma educação para o trabalho como sendo um aspecto imprescindível na composição de novos hábitos higiênicos, morais e sociais que deveriam organizar a vida das meninas desvalidas, tornando-as trabalhadoras valiosas ou esposas de trabalhadores que sustentariam os diversos setores econômicos da sociedade.

O Orphanato D. Ulrico passou a ser um centro de referência de jovens que eram preparadas para a vida do lar. Isto pôde ser verificado diante da grande rotatividade de pessoas em busca de uma jovem para abrigar em suas residências.

Assim, a vida futura passava pelo possível casamento. Se não, o trabalho sem remuneração na casa de uma “boa família” garantiria a sobrevivência. As ex-internas e

suas famílias não poderiam se negar a prestar os serviços, pois essa era uma forma de pagarem pela estadia durante o período em que estiveram no Orphanato D. Ulrico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reflexões acerca dos destinos das internas do Orphanato D. Ulrico

O caminho do conhecimento é fascinante, mas árduo e penoso, um processo que não se pode prever no todo. Nem sempre é possível antecipar o amadurecimento de certas ideias. (CARLOS, 2008, p. 13).

Buscamos nessa dissertação compreender quais as propostas educacionais para as meninas pobres e o que aconteceu com as mesmas depois de deixarem o Orphanato. Constatamos que houve, prioritariamente, uma educação voltada para as prendas domésticas e que, ao saírem da Instituição, essas meninas iam trabalhar nas casas dos sócios beneméritos do Orphanato D. Ulrico, em troca de abrigo e comida, indicando assim uma fatalidade traçada nos destinos dessas jovens pobres.

Figura 25 - Ex-internas do Orphanato D. Ulrico



Fonte: Acervo do Orphanato D. Ulrico

A fotografia foi registrada em uma reunião das ex-internas que aconteceu no próprio Orphanato D. Ulrico na década de 1940. Segundo Barros (2005, p. 354), as imagens “[...] ao mesmo tempo eram silenciosas e falantes”. A fotografia é simbólica, pois representa um dos primeiros grupos de internas que deixaram a Instituição. As meninas eram de entradas, de idades e até mesmo de anos e décadas diferentes, uma vez

que passaram muitos anos convivendo com moças, e até adultas, na mesma Instituição. A imagem representa uma existência para além dos anos passados na Instituição e possíveis indicativos dos destinos delas. Esse é um dos poucos registros fotográficos que encontramos das internas e o único documento que encontramos depois da saída dos jovens do Orphanato D. Ulrico.

Apesar de não ter sido um destino muito recorrente, encontramos em 03 fichas de matrículas²⁴ a expressão “casou-se”. Esse “destino” estava intrinsecamente relacionado à representação que era dada à mulher casada na sociedade da época, que atribuía-lhe um status social de respeito e mais valorização.

Perquirir elementos que subsidiassem nosso entendimento acerca do destino das internas foi uma questão substancialmente importante no nosso trabalho. Nesse sentido, constatamos que foi predominante, no destino das meninas pobres do Orphanato D. Ulrico, o trabalho exploratório e sem remuneração.

Embora o regime escravocrata tivesse sido extinto, as práticas em que essas meninas estavam sujeitas, assemelhavam-se muito ao da escravidão. Isso foi um “aperfeiçoamento” do próprio sistema capitalista, algo muito bem articulado entre Instituição e sociedade. Essas articulações não estão explícitas, é preciso um olhar atento para as particularidades de cada sociedade e para a criação e contexto histórico e social de cada instituição educativa.

Esses eram os resquícios de uma sociedade escravista que, por mais de dois séculos, utilizou-se da mão de obra gratuita dos escravos para os serviços de agricultura e serviços domésticos, que geralmente eram realizados por meninas escravas. Durante o início das primeiras décadas do período republicano, essas questões ainda prevaleciam, pois parte da sociedade elitista paraibana aproveitou-se dos serviços domésticos das ex-internas do Orphanato D. Ulrico para suprir a falta de trabalhadores antes escravizados. Com essa finalidade, utilizou-se de estratégias intituladas de “caridade”, no século XIX e no XX, a “filantropia” ou a “benemerência”, como atitudes dos políticos, comerciantes, médicos e outros membros da sociedade e de suas respectivas senhoras, que eram vistas como atos de extrema generosidade ao acolherem as internas em suas residências.

²⁴ Encontramos nas fichas de matrículas de C.L. S- 1925; M.B.A. G – 1926, que as mesmas no ano de 1931 ficaram um período na colônia Juliano Moreira. E, por fim, M.C. L – 1926 saiu da Instituição aos 14 anos de idade para ser cozinheira. Na casa desta interna temos o ano do matrimônio em 09/12/1940.

De acordo com Negrão (2004) a filantropia era uma via de mão dupla, já que muitos políticos se promoviam ao terem seus nomes ligados às Instituições Educativas. No caso do Orphanato D. Ulrico houve muitos políticos, religiosos, comerciantes, professores, que se utilizaram dos cargos e promoveram seus nomes e, também, fizeram uso dos serviços domésticos das ex-internas.

As famílias abastadas procuravam a Instituição em busca de moças prendadas. Algumas senhoras já eram sócias e seus maridos haviam contribuído para a manutenção do Orphanato D. Ulrico. Por isso, afirmamos, em alguns momentos, que as jovens ao ingressarem na Instituição, tinham seus destinos traçados.

Esses gestos de benemerência eram parte integrante do processo de modernização na Cidade da Parahyba. A população pobre que mendigava pelas ruas da cidade com suas crianças eram consideradas potencialmente perigosas, o que causava certo constrangimento aos que andavam pelas ruas da Cidade da Parahyba. Isso era algo que já incomodava desde o século XIX e permaneceu nos anos iniciais do século XX.

Havia também uma tendência de desqualificação das famílias pobres difundindo um discurso que as mesmas eram incapazes e inadequadas para a moralização e a instrução de suas proles, conforme já demonstramos. A intenção de “cuidar” da infância pobre não significava proporcionar melhores condições de vida nas instituições ou após a saída delas, mas sim, exercer um maior controle sobre seus comportamentos e destinos julgados coerentes com as suas origens sociais.

O cuidado com as pequenas desvalidas, sejam as internas do Orphanato D. Ulrico que, como vimos, passaram muitos anos no sistema de enclausuramento, assim como as do Colégio de Nossa Senhora do Amparo, o Asilo de Órfãos em Campinas, o Asilo de Órfãos Anália Franco de Ribeirão Preto, o Colégio de Órfãos de Pernambuco, a Casa das Educandas no Pará e as Casas de Caridade do Padre Ibiapina são apenas alguns exemplos pelo Brasil, pois temos um número bastante considerável de instituições educativas para a população pobre criadas durante o período imperial e republicano.

Pôde-se supor que a reclusão em instituições foi permeada de estratégias, que em nada promoviam as meninas e, apenas, reforçava o estigma e a imposição de uma força condicionante, a fim de coibir qualquer desejo de ascensão social.

As moças chegavam às instituições ainda crianças, o que favorecia o processo de inculcação para os comportamentos e as atitudes diante da sociedade, instruindo-as para serem úteis à mesma. Para isso, era necessário a aquisição de novos hábitos destinados às meninas por meio de disciplina, da obediência e do cuidado com as atividades relacionadas ao lar e à civilidade.

As meninas pobres, como as que estavam internas no Orphanato no período que pesquisamos, por diversas circunstâncias econômicas, políticas, culturais e sociais tinham o caminho já delineado, não queremos dizer que, necessariamente, todas cumpriram com os destinos que lhes foram atribuídos, pois como verificamos algumas exceções foram citadas.

Citamos apenas algumas internas, focando sempre o destino final que, em sua maioria, as histórias se repetem, pois eram limitadas as oportunidades para as meninas e jovens do Orphanato. O trabalho remunerado foi o destino de um número bem reduzido, sendo eles: de professora, de costureira, de serviços de agulha e de atendente do posto de higiene. Das 135 internas matriculadas no período analisado, apenas 07 delas recebiam alguma remuneração pelo trabalho realizado.

Tivemos variantes de trabalhos não remunerados, na medida em que, ora as internas eram exploradas pelos “apadrinhamentos”, sendo indicadas para trabalhar nas casas de “boas famílias”; ora pelas Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena que se utilizavam da mão de obra das jovens em diversas instituições educacionais. Um total de 58 delas foi prestar serviço doméstico não remunerado. Esse destino ficou abaixo, apenas, do regresso às famílias, que contabilizou 68 internas, o que não inviabiliza a possibilidade dessas 68 internas também terem sido indicadas para o trabalho na casa de alguma família. A educação das internas estava vinculada ao cuidado do lar e aos trabalhos com agulhas, limitando assim suas atuações no mercado de trabalho.

O Orphanato D. Ulrico buscou articular a formação necessária às meninas pobres e aos destinos já condicionados às desvalidas que lhes foram resguardadas, a partir de uma complexa relação entre o Estado e a sociedade, e que teceram os desafios do caminhar das ex-internas.

As vozes das internas do Orphanato foram silenciadas e aquelas que porventura, ousaram levantar sua voz foram abafadas, como podemos observar nos casos de exclusão daquelas que foram taxadas de “incorrigíveis” ou quem sabe até mesmo das internas que deram entrada em hospitais de doenças mentais.

A tentativa de silenciamento dos sujeitos era uma prática recorrente em instituições educativas, a fim de evitar que os sujeitos fossem de encontro ao sistema de regras, normas e disciplinas ditadas pelo Estado, pela sociedade elitista e pela Igreja Católica.

Aquelas que andavam na contramão eram vistas dentro de uma anormalidade. Havia um padrão de cidadania e as instituições educativas estavam contribuindo para que tal intuito fosse garantido. Era uma espécie de sistema fabril, em que deveram sair do Orphanato D. Ulrico, moças capazes de viver na sociedade elitista sem, contudo, desafiar ou sonhar com qualquer forma de ascensão social; afinal de contas seus destinos já estavam selados.

O incluir para excluir foi verificado em outras instituições, como exemplo na tese de doutorado de Ana Maria Melo Negrão, que resultou no livro publicado em 2004. A pesquisadora apresenta a realidade vivenciada pelas Órfãs e meninas pobres da Cidade de Campinas.

E, naquele contexto de assistencialismo, o asilo garantiu o direito social à sobrevivência material das internas pobres, órfãs ou em situações emergentes, segmentos absolutamente vulneráveis e incapazes de se manterem por si sós, merecendo toda a atenção da sociedade, em suprimimento ao que o Estado deixava de fazer. E, nesse sentindo, o Asilo deu-lhes o prato de comida, a cama, o vestido xadrezinho, a roupa branca de primeira-comunhão, o sapato de pulseirinha, o pomar para sorver o verde das frondosas árvores de tamarindo e de mangas e de jabuticabas, o pátio para o lazer diário, agulha de tricô, a linha do bordado [...]. (NEGRÃO, 2004, p, 234).

Sejam as meninas do Orphanato D. Ulrico na Cidade da Parahyba ou as órfãs do Asilo em Campinas, as limitações e as restrições impostas por sociedades (nordeste-sudeste) geograficamente tão distantes, mas que se assemelham no tocante à educação e aos destinos que foram impostos às meninas pobres. Essa era uma realidade educacional das meninas desvalida encontradas em todo Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. Zahar, 1978.
- AUSTEN, J. **Orgulho e Preconceito**. São Paulo: Abril cultural, 1982.
- AUSTEN, J. **Emma**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- AZEVEDO, G.C. Os Juizes de Órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. **Revista Histórica do Arquivo do Estado de São Paulo**. São Paulo. Ano 3, Nov. 2007. Disponível: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao27/materia01/> Acesso em: 24/02/2015
- BACELLAR, C. Fontes Documentais: Uso e Mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org). **Fontes Históricas**. 2ª Ed, São Paulo: Contexto, 2010, p. 23-79.
- BARRETO, A. de L. P. Higienismo e Educação na Paraíba. In: CARDOSO, C. A de Amorin; KULESZA W. A. (org). **A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade**. João Pessoa, editora universitária: UFPB, 2010. p. 59-81.
- BIZERRA, I.K.C. **Educação na Primeira República Parahybana**: legislação, imprensa e sujeitos no governo de Camillo de Hollanda (1916-1920). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- BUFFA, E. OS ESTUDOS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W. Org(s). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, p. 151-164.
- CAMARA, S. Infância Pobre e Instituições Assistenciais no Brasil Republicano. In: FARIA FILHO, L. M. de; ARAÚJO, V. C. de. **História da educação e da assistência à infância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 17-56
- CARDOSO, C. A. de A. A Escola e Modernidade no Brasil e na Espanha (1910-1930). In: CARDOSO, C. A. de A; MAIA, D. S, Org(s). **Territorio, Ciudad y Educación**. Seminário de Investigadores Brasileños em Europa, APEC, 2007, p.
- CARDOSO, C. A. de A. Vivas para a cidade!! O Liceu Paraibano e a Modernização do Espaço Urbano. In: CARDOSO, C. A. de A; KULESZA, W. A Org(s). **A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade**. João Pessoa, editora universitária: UFPB, 2010, p. 19-34.
- CARLOS, A.F.A. **A Cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- CARLOS, A.F.A. Espaço – **A(re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CASTANHO, S. INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: final do Império e Primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, M. I. M;

SANDANO, W. (orgs). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 39-57.

CHAGAS, W.F. **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

DINIZ, A.D.D. **A Maldição do Trabalho**. João Pessoa: Manufatura, 2004.

DUBOIS, P. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, Papirus, 1994.

ESPINDOLA, M. L. **Primeira República, Intelectuais e Educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915)**. Dissertação (Mestrado em educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FARIAS, A. M. de S. M. **Urbanização e Modernidade: A construção do espaço urbano de João Pessoa (dos anos 20 aos anos 70)**. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 1997.

FERNANDES, Rogério; KUHLMANN, Moysés. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano (Org.). **A infância e sua educação: materialidade, práticas e representações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GALVÍNCIO, A. S. **Atuação Educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1912): jornalismo, literatura e conferência**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

GONDRA, J.G; SCHULLER, A. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Tão Longe, tão Perto: As meninas do Seminário**. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e STEPHANOU, Maria (orgs). **Histórias e Memórias da Educação**. Vol. II – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

KULESZA W. A. Igreja e Educação na Primeira República. In: SCOCUGLIA, A. C; MACHADO, C. J. dos S. Org(s). **Pesquisa e historiografia brasileira**. - Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 87-103.

LAPA, J.R.A. **Os cantos e os antros**. São Paulo: Edusp, 1995.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, Editora da Unicamp, 2005.

MACHADO, C.J; NUNES, M.L; MENDES, M.C.F. **Catharina Moura e o feminismo na Parahyba do Norte**. Editora: UFC, 2013

MADEIRA, M.G. L. **A Pedagogia Feminina das Casas de Caridade do Padre Ibiapina**. UFC: Fortaleza, 2008.

MAGALHÃES, J. P. “A história das instituições educacionais em perspectiva”. In: GATTI JÚNIOR, D.& INÁCIO FILHO, G. (orgs). **História da educação perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, Autores Associados; Uberlândia, EDUFU. 2005. p. 91-103

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo nexos. História das instituições educativas**. Bragança Paulista, Edusf. 2004

MAIA, D. S. **Tempos lentos na cidade: permanência e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa- PB**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina, 1859 - 1919: uma face do conservadorismo**. São Paulo: UNESP, 1996.

MARCÍLIO, M.L. **História Social da Criança Abandonado**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MENDES, M.C.F. **Memórias e Práticas Educacionais da Educadora Argentina Pereira Gomes: o seu legado no cenário educativo da Paraíba (1916-1962)**. Dissertação (Mestrado em educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MONARCHA, C. A. Escola Normal de São Paulo e a Reforma Urbana. In: MONARCHA, C.A. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. São Paulo: Unicamp, 1999, p. 57-109.

NASCIMENTO, R. M. A. **A Gênese do Mercado Imobiliário na Cidade da Parahyba Pós Lei de Terras**. Monografia, UFPB, 2010.

NASCIMENTO, R.M.A. **As transformações na Cidade da Parahyba: as apropriações e comercialização do espaço e a segregação socioespacial no Subúrbio Jaguaribe**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

NASCIMENTO, R.M.A. **História da Educação do Orfanato Dom Ulrico (1913-1949)**. 2012, 70p. Monografia (Graduação em Pedagogia). Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba. 2012.

NASCIMENTO. M.C.M. **Filhas e Irmãs do Padre Ibiapina: Educação e Devoção na Paraíba (1860-1883)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

NEGRÃO, A. M. **Infância, Educação e Direitos Sociais: Asilo de órfãos (1870-1960)**. Campinas-SP: Unicamp/CMU, 2004.

NOSELLA, P.; BUFFA E. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. IN: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 482-509.

OLIVEIRA, I.P.C. **Entre Casas, Ruas e Igrejas: crianças abandonadas na cidade da Paraíba oitocentista**, 2014. 195p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, 2014.

PETITAT, A. **Produção da escola: produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PINHEIRO, A. C. F. A Era das Escolas Rurais Primárias na Paraíba (1935-1960). In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, sociedade e Educação no Brasil. 6. 2003, Aracajú - SE. **Anais**. Aracajú: UFS. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario6/titulos_Ens_fund.htm. Acesso em 04/04/2015

PINHEIRO, A. C. F. **Da era das cadeiras isoladas á era dos grupos escolares na Paraíba**. – Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

RIZZINI, I. **O cidadão polido e o selvagem bruto a educação dos meninos desvalido na Amazônia imperial**. Tese (doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RIZZINI, I; GONDRA, J.G. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). **Revista Brasileira de Educação**. V.19, n.58, p. 561-583, jul-set. 2014.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROCHA, D. M. **O Lyceu Paraibano e a Modernização do Espaço Urbano**. In: ENCONTRO UNIFICADO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DA UFPB, 6, 2005. Disponível em: www.prpg.ufpb.br/.../33-xiii-enic-2005-livro-de-resumos-humanas. Acesso em: 27/04/2013.

RODRIGUES, H.S.V. **Recado aos Mergulhões** - Volume 1 - Evolução da História dos Campus Neutrais Santa Vitória do Palmar e Chuí. 2010

SABINO, E. B. **Assistência e a Educação de Meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão- Pará (1860-1889)**, 2012. 158p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará, 2012.

SANFELICE, J.L. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M; SANDANO, W. Org(s). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, p.75-95.

SAVIANI, D. Instituições Escolares no Brasil: conceito e Reconstrução Histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M; SANDANO, W. Org(s). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, p.3-27.

SCHUELER, A.F.M. Internatos, Asilos e Instituições Disciplinares na História da Educação Brasileira. **Revista Contemporânea de Educação**, UFRJ, V. 4, n.7, ISSN 1809-5747, 2009. Acesso em 04/07/2013. Disponível em: <http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/72/64>

SILVA, S. M. A. **As órfãs sociais dos Colégios das Irmãs**: as escolas gratuitas nos colégios confessionais católicos no século XX. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013, Mato Grosso.

SILVA, S. M.A. **À luz dos Valores Religiosos**: escolas confessionais católicas e a escolarização das mulheres piauienses (1906-1973). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

SOUZA, S.A.S. **As Órfãs e Desvalidas do Asilo Filhas de Ana**: regras de conduta e feminilidade em Cachoeira (1891 – 1905). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

VASCONCELOS, L.M. Catharina Moura e o feminismo. **Revista Histebr online**, Campina, nº 54, p. 300-302, dez, 2013. ISSN: 1676-2584.

VIDAL, D. G. Por uma ampliação da noção de documento escolar. In: NASCIMENTO, M. I. M; SANDANO, W. (orgs). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 59-71

VIDAL, D. G. Um Caleidoscópio de imagens de infância. In: FARIA FILHO. L. M. de. (Org.). **A infância e sua educação**: matérias, práticas e representações/ Portugal e Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.p. 7-11.

VIEIRA, M.T.B.P. **O Asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade. (1908-1931)**, 2011. 251p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

XAVIER, J.F. **Razões e Sensibilidades**: um estudo sobre a construção do imaginário da docência feminina (1865 – 1917). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

FONTES

Mensagens

PINTO, João Pereira Castro de. **Mensagem Apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba na abertura da 2ª sessão ordinária da 7ª legislatura**, 01 de outubro de 1913. Parahyba Imprensa Oficial, 1913. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u546/>. Acesso em 30/09/2013.

PINTO, João Pereira Castro de. **Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura**, em 1º de setembro de 1914. Parahyba Imprensa Official, 1914. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u547/>>. Acesso em 30/09/2013.

SUASSUNA, João. **Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na 4ª sessão ordinária da 9ª legislatura**, em 01 de outubro de 19127. Parahyba Imprensa Official, 1927. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u561/>>. Acesso em 30/09/2013.

ALBURQUERQUE, João Pessoa Cavalcanti. **Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa na abertura da 2ª Reunião da 10ª legislatura**, em 05 de agosto de 1929. Parahyba Imprensa Official, 1929. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u563/>>. Acesso em 30/09/2013.

Leis

BRAZIL. República dos Estados Unidos. **Decreto Nº 847**, de 11 de outubro de 1890. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acesso em: 20 de setembro de 2013.

BRASIL. República dos Estados Unidos. Lei Nº 3.071. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm>. Acesso em 02/03/2015.

BRAZIL. República dos Estados Unidos. **Decreto Nº 17.934-A Código de Menores**, 12 de outubro de 1927. Rio de Janeiro, 1927. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

PARAHYBA NORTE. **Estatuto da Comissão Permanente e Protectora do Orphanato D. Ulrico** em 03 de julho de 1913. Imprensa Official, 1913.

VATICANO. **Código do Direito Canônico**. Braga: Editorial Apostolado da Oração. 4ª Edição. ISBN 978-972-39-0098-9, 1983. Disponível em <http://www.vatican.va/archive/cdc/index_po.htm>. Acesso em: 15/01/2015.

Relatório

MONTEIRO, Heráclito Cavalcanti Carneiro. *Relatório Apresentado a Assembléa Geral do Orphanato D. Ulrico* por ocasião da inauguração do referido estabelecimento em 2 de abril de 1922. Cidade da Parahyba, 1922.

Atas

MONTEIRO, Heráclito Cavalcanti Carneiro. **Ata da Sessão Convocada pelo presidente da Comissão Permanente e Protetora do Orphanato D. Ulrico** em 29 de abril de 1913. Cidade da Parahyba, 1913.

MONTEIRO, Heráclito Cavalcanti Carneiro. **Ata da Sessão Convocada pelo presidente da Comissão Permanente e Protetora do Orphanato D. Ulrico** em 17 de maio de 1913. Cidade da Parahyba, 1913.

MONTEIRO, Heráclito Cavalcanti Carneiro. **Ata da Sessão Convocada pelo presidente da Comissão Permanente e Protetora do Orphanato D. Ulrico** em 20 de junho de 1913. Cidade da Parahyba, 1913.

MONTEIRO, Heráclito Cavalcanti Carneiro. **Ata da Sessão Convocada pelo presidente da Comissão Permanente e Protetora do Orphanato D. Ulrico** em 30 de junho de 1913. Cidade da Parahyba, 1913.

MONTEIRO, Heráclito Cavalcanti Carneiro. **Ata da Sessão Convocada pelo presidente da Comissão Permanente e Protetora do Orphanato D. Ulrico** em 30 de agosto de 1913. Cidade da Parahyba, 1913.

MONTEIRO, Heráclito Cavalcanti Carneiro. **Ata da Sessão Convocada pelo presidente da Comissão Permanente e Protetora do Orphanato D. Ulrico** em 31 de outubro de 1913. Cidade da Parahyba, 1913.

MONTEIRO, Heráclito Cavalcanti Carneiro. **Ata da Sessão Convocada pelo presidente da Comissão Permanente e Protetora do Orphanato D. Ulrico** em 05 de julho de 1914. Cidade da Parahyba, 1914.

MONTEIRO, Heráclito Cavalcanti Carneiro. **Ata da Sessão Convocada pelo presidente da Comissão Permanente e Protetora do Orphanato D. Ulrico** em 20 de julho de 1919. Cidade da Parahyba, 1919.

MONTEIRO, Heráclito Cavalcanti Carneiro. **Ata da Assembleia Geral** em 23 de março de 1922. Cidade da Parahyba, 1922.

MONTEIRO, Heráclito Cavalcanti Carneiro. **Ata de Inauguração do Orphanato D. Ulrico** em 02 de abril de 1922. Cidade da Parahyba, 1922.

MONTEIRO, Heráclito Cavalcanti Carneiro. **Ata da Assembleia Geral** em 08 de julho de 1922. Cidade da Parahyba, 1922.

MONTEIRO, Heráclito Cavalcanti Carneiro. **Ata da Assembleia Geral** em 29 de junho de 1922. Cidade da Parahyba, 1922.

Livros

CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba: flagrantes da sua evolução**. João Pessoa: A União, 1945.

MELLO, J. B. de. **Evolução do ensino da Paraíba**. Ed. João Pessoa, Imprensa Oficial, 1956.

MONTEIRO, General Frederico Mindêllo Carneiro. **Notas Históricas Relativas ao Orfanato Dom Ulrico**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1972.

Histórico dos 100 anos de fundação “**Colégio Santa Catarina de Sena**”.
Disponível em: <<http://www.cscs.com.br/historico.htm>>. Acesso em: 27/09/2014

Ficha de Matrícula

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna **C.L.O** em 14/07/1922.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna **O.M.C** em 09/10/ 1922.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna **R.M.C.P** em 06/12/ 1920.

CIDADE DA PARAHYBA. Fichas de Matrículas do Orphanato D. Ulrico, interna **H.C.P**, 06/12/ 1920.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna **A.M** em 20/09/1928.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **F.C.S** em 17/12/1929.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna **M.A.L** em 13/03/1926.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna **F.L**, em 01/10/1925.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **S.M.J** em 14/02/1925.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.D** em 01/04/ 1923.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **A.G.S** em 01/07/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **E.G.S** em 01/07/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.A.S** em 17/08/1924.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **R.W.V** em 10/01/1926.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **L.E.F** em 19/11/1929.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **I.H.C** em 05/10/1924.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **D.B** em 18/08/1924.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **P.F.N** em 07/08/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.C.L** em 15/05/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **H.C.P** em 06/12/1920.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **Jo.T.O** em 30/08/192.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **A.T.O** em 30/08/192.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **J.T.O** em 30/08/192.,

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.T.O** em 30/08/192.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **Z.T.O** em 30/08/192.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **J.T.O** em 30/08/192.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna,, **M.C.T** em 11/08/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Fichas de Matrículas do Orphanato D. Ulrico, interna, **L.E.F** em 19/11/1929.

CIDADE DA PARAHYBA, Fichas de Matrículas do Orphanato D. Ulrico, interna, **Li. E. F** em 19/11/1929.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.I.C**, 31/05/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **Z.T.C** em 14/10/ 1925.

CIDADE DA PRAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna **O.M.S** em 29/03/ 1926.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna **A.A.A** 17/01/1929.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna **M.A.F** em 14/06/ 1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna **S.F**, 15/12/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matricula do Orphanato D. Ulrico, interna de **E.P.M** em 04/06/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **E.M**, 03/08/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna **N.G.S** em 12/07/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna **M.S.A** em 03/09/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Fichas de Matrículas do Orphanato D. Ulrico, interna **R.M.C** em 20/09/ 1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna **A.N** em 24/08/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **A.J.I** em 01/12/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **L.P.M** em 26/11/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.D.S** em 28/10/ 1927.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.N.A** em 02/ 04/ 1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **I.P.S** em 01/03/1923.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrículas do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.J.S** em 14/11/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **N.N.L** em 08/04/1926.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.C.T** em 06/10/1922.

CIDADE DA PARAHYBA, Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.D** em 08/11/1922.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **N.C.P**, 04/101/1924.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **J.R.S**, 08/03/1923.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **A.F.S**, 11/10/1925.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **H.M.A**, 27/02/1925.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **G.S.C**, 27/02/1925.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.N.S**, 03/03/1926.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.P**, 15/05/1923.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **C.L.S**, 01/10/1925.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.C.M.A**, 08/10/1925.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.N.B**, 18/04/1925.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.E.C**, 24/09/1925.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **S.A.P**, 03/10/1925.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **#.L.S**, 14/10/1925.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **G.S.C**, 27/02/1927.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **M.D.A**, 23/04/1929.

CIDADE DA PARAHYBA. Ficha de Matrícula do Orphanato D. Ulrico, interna, **L.N.S**, 25/01/1929.

Jornal A Imprensa

INSTITUTOS DE BENEFICENTES. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 04/04/1913.

ORPHANATO D. ULRICO. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 15/05/1913.

D. ULRICO SONNTAG. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 19/05/1913.

A ENGEITADINHA. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 21/07/1914.

DR. HERÁCLITO CAVALCANTI. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 08/03/1915.

CONSTRUÇÃO DO ORPHANATO. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 08/04/1915.

ORPHANATO “D. ULRICO”. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 21/02/1916.

DR. HERÁCLITO CAVALCANTI. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 13/03/1916.

O ORPHANATO D. ULRICO. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 17/04/1916.

ELEITA A DIRECTORIA. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 22/06/1916.

CONCERTO MUSICAL. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 27/07/1916.

ORPHANATO D. ULRICO. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 21/09/1916.

ORPHANATO D. ULRICO. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 28/09/1916.

FESTA DA CARIDADE. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 23/11/1916.

ORPHANATO “D. ULRICO”. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 21/08/1919.

DESEMBARGADOR HERÁCLITO CAVALCANTI. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 08/03/1922.

ORPHANATO D. ULRICO. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 18/03/1922.

ORPHANATO D. ULRICO. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 29/03/1922.

INAUGURAÇÃO DO ORPHANATO D. ULRICO E O SEU FESTIVAL. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 01/04/1922.

ORPHANATO D. ULRICO – SUA SOLENE INAUGURAÇÃO. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 05/04/1922.

ORPHANATO D. ULRICO. *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 12/04/1922.

RELATÓRIO DO ORPHANATO D. ULRICO (1913-1922). *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 12/04/1922.

RELATÓRIO DO ORPHANATO D. ULRICO (1913-1922). *Jornal A Imprensa*. Parahyba, 03/05/1922.